REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXVI - Nº 181 - SÁBADO, 15 DE OUTUBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2011/2012)

PRESIDENTE	MARCO MAIA – PT-RS
1ª VICE-PRESIDENTE	ROSE DE FREITAS – PMDB-ES
2º VICE-PRESIDENTE	EDUARDO DA FONTE – PP-PE
1º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES – PSDB-TO
2º SECRETÁRIO	JORGE TADEU MUDALEN – DEM-SP
3º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR-PE
4º SECRETÁRIO	JÚLIO DELGADO – PSB-MG
1º SUPLENTE	GERALDO RESENDE – PMDB-MS
2º SUPLENTE	MANATO – PDT-ES
3º SUPLENTE	CARLOS EDUARDO CADOCA – PSC-PE
4º SUPLENTE	SÉRGIO MORAES – PTB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 284ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2011

*** Inexistência de *quorum* regimental para abertura da sessão**

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

MENSAGENS

Nº 480/2011 – do Poder Executivo – Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, Interino, e das Relações Exteriores, o texto da proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010..... 56605

Nº 481/2011 – do Poder Executivo – Submeto à elevada consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino, a retirada de tramitação do texto do Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Escritório de Representação da Agência de Cooperação Internacional do Japão, celebrado em Brasília, em 18 de fevereiro de 2008, submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 76, de 18 de fevereiro de 2009..... 56619

Nº 483/11 – Do Poder Executivo – Comunica a Excelentíssima Senhora Presidenta da República que se ausentará do País, no período de 17 a 21 de outubro de 2011, para realizar viagem oficial à África do Sul, Moçambique e Angola..... 56621

OFÍCIOS

Nº 329/11 – Do Senhor Deputado Roberto Santiago, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, encaminhando os autos da PFC nº 10/03. 56621

Nº 649/11 – Do Senhor Deputado Sergio Brito, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, solicita numeração de Representação da Comissão Especial de Fiscalização das Obras de Canalização do Córrego do Parque da Câmara Municipal de Americana – SP. (Representação nº 8/2011)..... 56622

Nº 134/11 – Do Senhor Deputado Silvio Costa – Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que comunica a aprovação do PL nº 1.829/11..... 56625

Nº 135/11 – Do Senhor Deputado Silvio Costa – Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que comunica a aprovação do PL nº 1.869/11..... 56625

Nº 280/11 – Do Senhor Deputado Edson Ezequiel – Presidente da Comissão de Viação e Transportes, que comunica a aprovação do PL nº 1.243/11. 56625

PRESIDENTE (Izalci) – Aviso sobre não contagem de prazos regimentais com a presente sessão. 56625

IV – Pequeno Expediente

AMAURI TEIXEIRA (PT – BA – Pela ordem) – Não consideração da presente sessão para efeito de contagem de prazo regimental, tendo em vista a inexistência de *quorum* para a sua abertura. 56625

PRESIDENTE (Izalci) – Solicitação ao Deputado Amauri Teixeira de apoiamento à proposta de alteração do Regimento Interno para destinação das sessões das segundas, quintas e sextas-feiras para debates. 56625

AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Criação pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Saúde Toda Hora, de incentivos a pequenos Municípios para instalação de salas de estabilização em unidades de saúde. 56625

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Homenagem à memória do Deputado Ulysses Guimarães, ao ensejo do transcurso dos 19º aniversário do seu falecimento..... 56627

CELIA ROCHA (Bloco/PTB – AL) – Engajamento da oradora na luta em defesa dos portadores de necessidades especiais. Exigência da adesão do Congresso Nacional à luta pela defesa de políticas públicas garantidoras dos direitos sociais dos pessoas com deficiência..... 56628

AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS – DF) – Encontro da bancada federal brasiliense com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, destinado ao debate da transferência de diretorias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal da Capital da República para São Paulo, Estado de São Paulo. Defesa de inclusão na pauta da proposta de emenda à Constituição sobre a extinção do voto secreto nas deliberações da Casa e do

Senado Federal e da aprovação do Projeto de Lei nº 595, de 2003, sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil*..... 56629

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE – Pela ordem) – Anúncio de pronunciamento, pelo orador, após a manifestação do Deputado Izalci..... 56630

IZALCI (Bloco/PR – DF) – Realização pela Casa de sessão solene por ocasião do transcurso do Dia do Professor. Não pagamento por Estados do piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica. Oportunidade de inclusão, no processo de elaboração do novo Plano Nacional de Educação – PNE, de propostas em benefício do magistério. Anúncio da apresentação de requerimento de convocação do Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE para a prestação de esclarecimentos sobre o esvaziamento do órgão no Distrito Federal..... 56631

V – Grande Expediente

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

INDICAÇÃO

Nº 1.802/2011 – do Sr. Izalci – Sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a inclusão de livros de conhecimentos gerais, literatura, história do Brasil ou poesia nas cestas de alimentos distribuídas por meio dos Programas Sociais destinados a Famílias de Baixa Renda..... 56632

VI – Comunicações Parlamentares

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Expectativa quanto à decisão, pelo Supremo Tribunal Federal, sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições municipais de 2012. Iminência de indicação do novo Ministro da Suprema Corte..... 56633

CELIA ROCHA (Bloco/PTB – AL) – Transcurso do 21º aniversário de criação do Sistema Único de Saúde – SUS. Conveniência do restabelecimento, pelo Senado Federal, do projeto de lei original sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Relevância da atuação do SUS. Necessidade de discussão acerca do financiamento do sistema.... 56633

AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS – DF) – Conveniência da manutenção, pelo Congresso Nacional, do veto aposto a projeto de lei sobre alteração do nome de bombeiro civil para brigadista particular. Otimismo quanto ao restabelecimento da paz no Oriente Médio, tendo em vista a possibilidade de celebração de acordo entre o Estado de Israel e o grupo Hamas para a libertação de prisioneiros.. 56635

PADRE TON (PT – RO – Pela ordem) – Realização do 1º Seminário Estadual de Adesão ao Projeto Balde Cheio, no Município de São Felipe d'Oeste, Estado de Rondônia. Inauguração do Hospital São Daniel Comboni, no Município de Cacoal. Assassinato de indígena no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia. Apelo ao Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, de imediato julgamento da Ação Cível Originária nº 312 sobre a titulação de terras ocupadas por indígenas..... 56637

AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Realização, pela Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, de audiência pública no Supremo Tribunal Federal destinada ao debate da situação de comunidades indígenas no Estado da Bahia. Expectativa quanto ao acatamento pela Suprema Corte de ação a favor dos indígenas da região. Visita do Embaixador Paulo Cordeiro à Casa, ao ensejo da realização da exposição *Expressões Africanas*. Atuação da diplomacia brasileira em prol da pacificação de conflitos internacionais. Destaque do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff no cenário internacional. Instalação de parques de energia eólica em Municípios do Estado da Bahia pelo Governo Jaques Wagner. Reforma do mercado CEASA do Rio Vermelho, em Salvador. Importância do cumprimento de cronograma de realização de obras pelo Governo do Estado. Outorga à Presidente Dilma Rousseff da condecoração *Stara Planina*, pelo Governo búlgaro, ao ensejo de sua recente visita à Bulgária..... 56637

IZALCI (Bloco/PR – DF) – Posicionamento do orador favorável à extinção do voto secreto nas deliberações da Casa. Necessidade da adoção de ações para a redução do número de acidentes de trânsito no Distrito Federal. Nomeação do Deputado Distrital Cristiano Araújo para o cargo de Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo do Distrito Federal. Expectativa de realização de investimentos em projetos desenvolvidos pelo órgão. Relevância do Programa Bolsa Universitária e do Programa DF Digital. Defesa de implantação da escola de tempo integral em cidades-satélites de Brasília. Importância do Projeto Parque Capital Digital, do Polo de Microeletrônica e Semicondutores e do Polo do Conhecimento no Distrito Federal..... 56640

MAURO BENEVIDES (PMDB – CE – Pela ordem) – Homenagem póstuma ao médico José Sarto Saraiva..... 56642

VII – Encerramento

2 – ATA DA 285ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, VESPERTINA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2011

– Ata sucinta

3 – DESPACHOS DO PRESIDENTE

– OFÍCIO – Of. nº 8/2011 – Do Juiz Jorsenildo Dourado do Nascimento..... 56657

– PROPOSIÇÕES – REQ nº 2.550/2011, REQ nº 2.612/2011. 56657

4 – PARECERES – PL nºs 1.243-A/2011, 1.829-A/2011, 1.869-A/2011. 56658

SEÇÃO II

5 – MESA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

7 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

8 – COMISSÕES

SEÇÃO I

Ata da 284ª Sessão, em 14 de outubro de 2011

Presidência dos Srs.: Izalci, Amauri Teixeira, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Não havendo **quorum** regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.

I – ABERTURA DA SESSÃO (Às 9 horas e 29 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. AMAURI TEIXEIRA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 480, DE 2011
(Do Poder Executivo)
AVISO Nº 723/2011 – C. Civil

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, Interino, e das Relações Exteriores, o texto da proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda, Interino, e das Relações Exteriores, o texto da proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010.

Brasília, 11 de outubro de 2011.

EM Interministerial nº 96/2011 – MF/MRE

Brasília, 12 de julho de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Com o objetivo de alterar os critérios de formação da Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI), e fortalecer sua legitimidade e eficiência, a Junta de Governadores do Fundo aprovou, com o voto favorável do Brasil, proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo da instituição, nos termos da Resolução Nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010. A proposta integra um conjunto de reformas de quotas e governança definidas com base em entendimentos no âmbito do G-20, do Comitê Monetário e Financeiro Internacional e da Diretoria Executiva do FMI, que contaram com a participação e apoio brasileiros.

2. A mudança nos critérios de formação da Diretoria Executiva visa eliminar a diferença existente entre os cinco diretores executivos representando os cinco países com maiores quotas no Fundo – atualmente Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França – que são indicados pelos seus respectivos governos, e os 19 demais diretores executivos, entre os quais está o diretor brasileiro, que são eleitos pelos governadores dos demais países membros no Fundo para mandatos com dois anos de duração. Com a entrada em vigor da Emenda, todos os diretores executivos passarão a ser eleitos. Portanto, mantém-se inalterado o procedimento para a eleição do diretor executivo brasileiro que, na últi-

ma eleição, em 2010, foi eleito pelos governadores de nove países (além do Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago).

3. Um dos objetivos da Emenda é facilitar possíveis rearranjos na composição das cadeiras de países no Fundo, dado que possibilita que os cinco maiores quotistas da organização possam formar cadeiras com outros países. O rearranjo também permitirá reduzir o número de cadeiras comandadas por países desenvolvidos que estão sobrerrepresentados na Diretoria Executiva do Fundo.

4. A Emenda ao Convênio Constitutivo do FMI, cumpre destacar, corresponde a uma modificação no texto de um tratado internacional e, no Brasil, seu consentimento necessita de aprovação parlamentar, via Decreto Legislativo, de acordo com o que reza o art. 49, inciso I, da Constituição Federal. Após a tramitação e aprovação do assunto nas Casas do Poder Legislativo, o País poderá, então, ratificar a emenda e, após sua vigência no plano internacional, promulgá-la por meio de Decreto Presidencial.

5. A entrada em vigor das reformas de quotas e governança aprovadas pela Junta de Governadores do FMI em 15 de dezembro de 2010, nos termos da Resolução 66-2, ficou vinculada à aprovação desta Emenda ao Convênio Constitutivo. Ressalte-se que essas reformas incluem um aumento de 100% das quotas do FMI, com redistribuição das participações em quotas e, consequentemente, de poder de voto dos membros na instituição. O Brasil será especialmente favorecido. O País passará a deter 2,316% das quotas totais, um aumento de 0,533 pontos percentuais em relação à reforma de 2008. Esse aumento coloca o Brasil como o segundo maior beneficiário da reforma de 2010, após a China. Além disso, tal participação fará com que o País seja elevado da décima quarta à décima posição no **ranking** dos quotistas do Fundo.

6. Esse conjunto de reformas contribui para aumentar o peso dos países emergentes e em desenvolvimento nos processos decisórios do FMI. De acordo com a Resolução Nº 66-2, os países membros do Fundo comprometem-se a envidar esforços para concluir as etapas necessárias no âmbito doméstico para a ratificação dessas medidas no mais tardar até outubro de 2012.

7. Com esse intuito, em anexo, encaminhamos à consideração de Vossa Excelência os textos de modificação ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, versões originais em inglês e traduções para o português, bem como comparativo do texto em português a ser emendado, a fim de serem levados à apreciação do Congresso Nacional.

Respeitosamente, – **Nelson Henrique Barbosa Filho, Antonio de Aguiar Patriota.**

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Junta de Governadores

RESOLUÇÃO Nº 66-2

Décima Quarta Revisão Geral de Quotas e Reforma da Diretoria Executiva

Em conformidade com a Seção 13 do Estatuto do FMI, a seguinte Resolução foi submetida aos Governadores em 10 de novembro de 2010 para uma votação sem convocatória de reunião:

RESOLVE:

CONSIDERANDO que a Diretoria Executiva submeteu à Junta de Governadores um relatório intitulado "Décima Quarta Revisão Geral de Quotas Reforma da Diretoria Executiva: Relatório da Diretoria Executiva para a Junta de Governadores", doravante o "Relatório"; e

CONSIDERANDO que o Comitê Monetário e Financeiro Internacional, no seu Comunicado de abril de 2009, solicitou à Diretoria Executiva a antecipação do prazo para a conclusão da Décima Quarta Revisão Geral de Quotas em dois anos, até janeiro de 2011; e

CONSIDERANDO que a Diretoria Executiva recomendou aumentos das quotas dos membros do Fundo, como resultado da Décima Quarta Revisão Geral de Quotas; e

CONSIDERANDO que a Diretoria Executiva recomendou uma emenda ao Convênio Constitutivo a fim de instituir uma Diretoria Executiva composta unicamente de Diretores Executivos eleitos; e

CONSIDERANDO que a Diretoria Executiva recomendou que, após a primeira eleição regular da Diretoria Executiva depois da entrada em vigor da proposta de emenda ao Convênio Constitutivo aprovada nos termos da Resolução n º 63-2 da Junta de Governadores, um Diretor Executivo eleito por sete ou mais membros deverá ter o direito de nomear dois Diretores Executivos Suplentes; e

CONSIDERANDO que o Presidente da Junta de Governadores solicitou ao Secretário do Fundo que apresentasse a proposta da Diretoria Executiva à Junta de Governadores; e

CONSIDERANDO que o Relatório da Diretoria Executiva, estabelecendo a sua proposta, foi apresentado à Junta de Governadores pelo Secretário do Fundo; e

CONSIDERANDO que a Diretoria Executiva solicitou à Junta de Governadores que votasse a seguinte Resolução sem convocatória de reunião, nos termos da Seção 13 do Estatuto do Fundo:

ASSIM É QUE, a Junta de Governadores, observando as recomendações e o referido Relatório da Diretoria Executiva, RESOLVE que:

Aumentos de Quotas dos Membros

O Fundo Monetário Internacional propõe que, sujeito às disposições desta Resolução, as quotas dos membros do Fundo serão aumentadas para os montantes indicados contra seus nomes no Anexo I desta Resolução.

O aumento de quotas de um membro, como proposto por esta Resolução, não se tornará efetivo a menos que o membro tenha consentido por escrito com o aumento no mais tardar até a data fixada no ou sob o parágrafo 4 abaixo, e tenha pago o aumento na íntegra no prazo fixado no ou sob o parágrafo 5 abaixo, considerando que nenhum membro com recompras, encargos ou avaliações em atraso na Conta Geral de Recursos pode consentir ou pagar para o aumento de sua quota até a quitação daquelas obrigações em atraso.

Nenhum aumento de quotas proposto pela presente Resolução entrará em vigor até que:

– a Diretoria Executiva tenha determinado que os membros detendo não menos de 70 por cento do total das quotas em 5 de novembro de 2010 consentiram por escrito com os aumentos de suas quotas;
– a proposta de emenda ao Convênio Constitutivo apresentada no Anexo II desta Resolução tenha entrado em vigor; e
– a proposta de emenda ao Convênio Constitutivo aprovada pela Resolução Nº 63-2 da Junta de Governadores tenha entrado em vigor.

Cada membro compromete-se a envidar seus melhores esforços para concluir estas etapas o mais tardar até as Reuniões Anuais de 2012. A Diretoria Executiva é solicitado a acompanhar, numa base trimestral, o progresso registrado na implementação dessas medidas.

Avisos em conformidade com o parágrafo 2 acima devem ser efetuados por um oficial do membro devidamente autorizado e devem ser recebidos no Fundo antes de 18:00h, horário de Washington, do dia 31 de dezembro de 2011, sendo que a Diretoria Executiva pode prorrogar esse prazo como determinar.

Cada membro pagará ao Fundo, o aumento de sua quota no prazo de 30 dias após a última de **(a)** a data em que notificar o Fundo do seu consentimento, ou **(b)** a data em que todas as condições estabelecidas no parágrafo 3 acima tenham sido reunidas, sendo que a Diretoria Executiva pode prorrogar o prazo de pagamento como determinar.

Ao decidir sobre a prorrogação do prazo para consentimento ou pagamento do aumento de quotas, a Diretoria Executiva dará atenção especial à situação dos membros que ainda podem desejar consentir ou pagar o aumento de quotas, incluindo membros com mora prolongada na Conta Geral de Recursos, consistindo de recompras, encargos ou avaliações em atraso na Conta Geral de Recursos que, a seu juízo, estão cooperando com o Fundo para a quitação dessas obrigações.

Para os membros que ainda não tenham consentido com o aumento das quotas nos termos da Décima Primeira Revisão Geral e nos termos da Resolução Nº 63-2 da Junta de Governadores, o prazo para consentimento para tais aumentos de quotas será a data determinada pelo ou sob o parágrafo 4 acima.

Cada membro pagará 25 por cento do seu aumento em direitos especiais de saque ou em moedas de outros membros especificados, com sua anuência, pelo Fundo, ou em qualquer combinação de direitos especiais de saque e tais moedas. O saldo remanescente do aumento deverá ser pago pelo membro na sua própria moeda.

Fórmula de Quota e Décima Quinta Revisão Geral de Quotas

A Diretoria Executiva é solicitada a concluir uma revisão abrangente da fórmula até janeiro de 2013.

A Diretoria Executiva é solicitada a antecipar o cronograma para a conclusão da Décima Quinta Revisão Geral de Quotas para janeiro de 2014. Espera-se que qualquer realinhamento resulte em aumentos da participação de quotas das economias dinâmicas, em linha com as suas posições relativas

na economia mundial, e, portanto, analogamente da participação de países de mercados emergentes e em desenvolvimento como um todo. Serão tomadas medidas para proteger a voz e representação dos membros mais pobres.

Revisão de Arranjos de Crédito do NAB

À luz dos aumentos de quotas propostos pela Décima Quarta Revisão Geral, a Diretoria Executiva e os participantes nos Novos Acordos de Empréstimo (NAB) são solicitados a realizar uma revisão dos acordos de crédito do NAB até novembro de 2011, com a correspondente redução do NAB, preservando as participações relativas, para se tornar eficaz quando as condições previstas no parágrafo 3 desta Resolução sejam cumpridos e os pagamentos de quotas associados ao limite de participação definido no parágrafo 3 (i) desta Resolução tenham sido feitos.

Proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional sobre Reforma da Diretoria Executiva

A proposta de emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional definida no Anexo II desta Resolução (a "Proposta de Emenda sobre a Reforma da Diretoria Executiva") está aprovada.

O Secretário é direcionado a consultar todos os membros do Fundo, por carta ou telegrama circular, ou outros meios rápidos de comunicação, se aceitam, em conformidade com as disposições do Artigo XXVIII do Convênio, a Proposta de Emenda sobe a Reforma da Diretoria Executiva.

A comunicação a ser enviada a todos os membros, em conformidade com o parágrafo 13 desta Resolução, deverá especificar que a Proposta de Emenda sobre a Reforma da Diretoria Executiva entrará em vigor para todos os membros na data em que o Fundo atestar, por uma comunicação formal dirigida a todos os membros, que três quintos dos membros, detendo oitenta e cinco por cento do total do poder de votos, aceitaram a Proposta de Emenda sobre a Reforma da Diretoria Executiva.

Diretores Executivos Suplentes Adicionais

Após a primeira eleição regular da Diretoria Executiva depois da entrada em vigor da emenda ao Convênio Constitutivo aprovada nos termos da Resolução Nº 63-2 da Junta de Governadores, um Diretor Executivo eleito por sete ou mais membros terá direito a nomear dois Diretores Executivos Suplentes.

Como condição para a nomeação de dois Diretores Executivos Suplentes, um Diretor Executivo é demandado a designar por notificação ao Secretário do Fundo: (i) o Suplente que deverá atuar como Diretor Executivo, quando ele não estiver presente e os dois Suplentes estiverem presentes; e (ii) o Suplente que exercerá os poderes do Diretor Executivo, nos termos do Artigo XII, Seção 3 (f). Mediante notificação dirigida ao Secretário do Fundo, um Diretor Executivo pode alterar essas designações a qualquer momento.

Tamanho e Composição da Diretoria Executiva

A Junta de Governadores toma nota sobre: (i) o compromisso de reduzir, como um meio de conseguir uma maior representação dos países emergentes e em desenvolvimento, o número de Diretores Executivos que representa países avançados da Europa em dois o mais tardar até a primeira eleição regular da Diretoria Executiva, após as condições previstas no parágrafo 3 desta Resolução sejam cumpridas, e (ii) o compromisso dos membros do Fundo de manter uma Diretoria Executiva composta por 24 Diretores Executivos, e de rever a composição da Diretoria Executiva a cada oito anos após a data de cumprimento das condições previstas no parágrafo 3 desta Resolução.

(Adotada em 15 de dezembro de 2010)

ANEXO I.
PROPOSTA DE QUOTAS

	Proposta de Quotas (em milhões de DES)		Proposta de Quotas (em milhões de DES)
Afeganistão	323,8	El Salvador	287,2
Albânia	139,3	Guiné Equatorial	157,5
Argélia	1.959,9	Eritreia	36,6
Angola	740,1	Estônia	243,6
Antigua e Barbuda	20,0	Etiópia	300,7
Argentina	3.187,3	Fiji	98,4
Armênia	128,8	Finlândia	2.410,6
Austrália	6.572,4	França	20.155,1
Áustria	3.932,0	Gabão	216,0
Azerbaijão	391,7	Gâmbia	62,2
Bahamas	182,4	Geórgia	210,4
Bahrein	395,0	Alemanha	26.634,4
Bangladesh	1.066,6	Gana	738,0
Barbados	94,5	Grécia	2.428,9
Bielorrússia	681,5	Granada	16,4
Bélgica	6.410,7	Guatemala	428,6
Belize	26,7	Guiné	214,2
Benin	123,8	Guiné Bissau	28,4
Butão	20,4	Guiana	181,8
Bolívia	240,1	Haiti	163,8
Bósnia e Herzegovina	265,2	Honduras	249,8
Botsuana	197,2	Hungria	1.940,0
Brasil	11.042,0	Islândia	321,8
Brunei	301,3	Índia	13.114,4
Bulgária	896,3	Indonésia	4.648,4
Burkina Faso	120,4	Irã	3.567,1
Burundi	154,0	Iraque	1.663,8
Camboja	175,0	Irlanda	3.449,9
Camarões	276,0	Israel	1.920,9
Canadá	11.023,9	Itália	15.070,0
Cabo Verde	23,7	Jamaica	382,9
República Centro Africana	111,4	Japão	30.820,5
Chade	140,2	Jordânia	343,1
Chile	1.744,3	Cazaquistão	1.158,4
China	30.482,9	Quênia	542,8
Colômbia	2.044,5	Kiribati	11,2
Comores	17,8	República da Coréia	8.582,7
República Democrática do Congo	1.066,0	Kossovo	82,6
República do Congo	162,0	Kuaite	1.933,5
Costa Rica	369,4	Quirguistão	177,6
Costa do Marfim	650,4	Laos	105,8
Croácia	717,4	Letônia	332,3
Chipre	303,8	Líbano	633,5
República Tcheca	2.180,2	Lesoto	69,8
Dinamarca	3.439,4	Libéria	258,4
Djibuti	31,8	Líbia	1.573,2
Dominica	11,5	Lituânia	441,6
República Dominicana	477,4	Luxemburgo	1.321,8
Equador	697,7	Macedônia, Antiga República Iugoslava	140,3
Egito	2.037,1	Madagascar	244,4

Proposta de Quotas (continuação)

	Proposta de Quotas (em milhões de DES)		Proposta de Quotas (em milhões de DES)
Malaui	138,8	Serra Leoa	207,4
Malásia	3.633,8	Cingapura	3.891,9
Maldivas	21,2	Eslováquia	1.001,0
Mali	186,6	Eslovênia	586,5
Malta	168,3	Ilhas Salomão	20,8
Ilhas Marshall	4,9	Somália	163,4
Mauritânia	128,8	África do Sul	3.051,2
Maurício	142,2	Espanha	9.535,5
México	8 912,7	Sri Lanka	578,8
Micronésia	7,2	São Cristóvão e Nevis	12,5
Moldávia	172,5	Santa Lúcia	21,4
Mongólia	72,3	São Vicente e Granadinas	11,7
Montenegro	60,5	Sudão	630,2
Marrocos	894,4	Suriname	128,9
Moçambique	227,2	Suazilândia	78,5
Miamnar	516,8	Suécia	4.430,0
Namíbia	191,1	Suíça	5.771,1
Nepal	156,9	Síria	1.109,8
Holanda	8.736,5	Tadjiquistão	174,0
Nova Zelândia	1.252,1	Tanzânia	397,8
Nicarágua	260,0	Tailândia	3.211,9
Níger	131,6	Timor-Leste	25,6
Nigéria	2.454,5	Togo	146,8
Noruega	3.754,7	Tonga	13,8
Omã	544,4	Trinidad e Tobago	469,8
Paquistão	2.031,0	Tunísia	545,2
Palau	4,9	Turquia	4.658,6
Panamá	376,8	Turcomenistão	238,6
Papua Nova Guiné	263,2	Tuvalu	2,5
Paraguai	201,4	Uganda	361,0
Peru	1.334,5	Ucrânia	2.011,8
Filipinas	2.042,9	Emirados Árabes Unidos	2.311,2
Polônia	4.095,4	Reino Unido	20.155,1
Portugal	2.060,1	Estados Unidos da América	82.994,2
Catar	735,1	Uruguai	429,1
Romênia	1 811,4	Uzbequistão	551,2
Rússia	12.903,7	Vanuatu	23,8
Ruanda	160,2	Venezuela	3.722,7
Samoa	16,2	Vietnã	1.153,1
San Marino	49,2	Iêmen	487,0
São Tomé e Príncipe	14,8	Zâmbia	978,2
Arábia Saudita	9.992,6	Zimbábue	706,8
Senegal	323,6		
Sérvia	654,8		
Seicheles	22,9		

ANEXO II

PROPOSTA DE EMENDA AO CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

sobre a Reforma da Diretoria Executiva

Os Governos em cujo nome o presente Convênio é assinado concordam com o seguinte:

A Seção 3, (b), do Artigo XII passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(b)* Sujeito ao disposto na alínea *(c)* desta seção, a Diretoria Executiva consistirá de 20 diretores executivos eleitos pelos membros, tendo o Diretor Gerente como seu presidente."

A Seção 3, (c), do Artigo XII passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(c)* Para o efeito de cada eleição regular de diretores executivos, a Junta de Governadores, por maioria de oitenta e cinco por cento do total de poder de votos, poderá aumentar ou diminuir o número de diretores executivos especificado na alínea (b) acima."

A Seção 3, (d), do Artigo XII passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(d)* As eleições de diretores executivos deverão ser efetuadas em intervalos de dois anos, de acordo com as regras a serem adotadas pela Junta de Governadores. Tais regras incluirão um limite ao número total de votos que mais de um membro poderá emitir em favor de um mesmo candidato."

A Seção 3, (f), do Artigo XII passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(f)* Os diretores executivos continuarão na função até que seus sucessores tenham sido eleitos. Quando o cargo de um diretor executivo vagar mais de noventa dias antes do término de seu mandato, outro diretor executivo deverá ser eleito pelos membros que elegeram o diretor executivo anterior para o restante do mandato. Será exigida para a eleição a maioria dos votos lançados. Enquanto o cargo permanecer vago, o suplente do diretor executivo anterior exercerá seus poderes, exceto o de indicação de um suplente."

A Seção 3, (i), do Artigo XII passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(i)* (i) Cada diretor executivo terá o direito de emitir o número de votos que contaram para sua eleição.

(ii) Quando as disposições da seção 5, (b), deste artigo forem aplicáveis, os votos que um diretor executivo, de outra forma, teria direito a emitir, deverão ser aumentados ou diminuídos de forma correspondente. Todos os votos que um Diretor Executivo tiver o direito de emitir serão emitidos como uma unidade.

(iii) Quando terminar a suspensão de direitos de voto de um membro, segundo o Artigo XXVI, Seção 2, *(b)*, o membro poderá acordar com todos os países membros que elegeram um Diretor Executivo que os votos outorgados a esse membro sejam emitidos por esse Diretor Executivo, desde que, se nenhuma eleição regular de Diretores Executivos tiver ocorrido durante o período da suspensão, o Diretor Executivo de cujo processo de eleição o país membro tenha participado, anteriormente à suspensão, ou seu sucessor eleito de acordo com o parágrafo 3, (c), (i), do Anexo L ou de acordo com a alínea (f) anterior, terá o direito de emitir os votos outorgados ao membro. Considerar-se-á que o país membro participou da eleição do Diretor Executivo que emitir os votos a si outorgados."

A Seção 3, (j), do Artigo XII passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"*(j)* A Junta de Governadores adotará regulamentos segundo os quais um membro poderá enviar um representante para comparecer a qualquer reunião da Diretoria Executiva quando um pedido formulado por esse membro, ou um assunto de seu particular interesse, for tratado."

A Seção 8 do Artigo XII passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"O Fundo terá, a qualquer tempo, o direito de comunicar seus pontos de vista informalmente a qualquer membro, sobre qualquer questão levantada nos termos deste Convênio. O Fundo poderá, por maioria de setenta por cento do total de poder de votos, decidir publicar relatório apresentado a um membro sobre suas condições monetárias ou econômicas e acontecimentos que, diretamente, tendam a produzir um sério desequilíbrio no balanço internacional de pagamentos dos membros. O membro pertinente terá direito à representação segundo a seção 3, (j), deste artigo. O Fundo não publicará relatório que envolva alterações na estrutura fundamental da organização econômica dos membros."

A alínea (a), (ii), do Artigo XXI passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"*(a)*

(ii) Para decisões da Diretoria Executiva em matérias relacionadas exclusivamente ao Depar-

tamento de Direitos Especiais de Saque, somente os diretores executivos eleitos por pelo menos um membro participante terão direito a voto. Cada um destes Diretores Executivos terá direito a emitir o número de votos atribuídos aos membros participantes cujos votos contaram para sua eleição. Somente a presença dos Diretores Executivos eleitos por membros participantes e os votos atribuídos a membros participantes serão contabilizados para o propósito de determinar se existe quorum ou se a decisão foi tomada pela maioria exigida."

O Artigo XXIX, (a), passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"*(a)* Qualquer questão de interpretação das disposições deste Convênio que surgir entre qualquer membro e o Fundo, ou entre quaisquer membros do Fundo, será submetida à Diretoria Executiva para decisão. Se a questão afetar particularmente um membro, este membro terá direito de se fazer representar de acordo com o artigo XII, seção 3, *(j)*."

O parágrafo 1, (a), do Anexo D passará a vigorar com a seguinte redação:

"1. *(a)* Cada membro ou grupo de membros que tiver o número de votos a ele ou eles alocados emitido por um Diretor Executivo indicará um Conselheiro para o Conselho, o qual será um Governador, Ministro de Estado de um país-membro, ou pessoa de nível hierárquico equivalente, e poderá nomear não mais de sete Associados. A Junta de Governadores poderá modificar, por maioria de oitenta e cinco por cento do total do poder de votos, o número de Associados que poderão ser nomeados. O Conselheiro, ou Associado, permanecerá no seu cargo até que uma nova nomeação seja realizada ou até a próxima eleição regular de diretores executivos, o que ocorrer primeiro."

O parágrafo 5, (e), do Anexo D será eliminado.

O parágrafo 5, (f), do Anexo D passará a constituir o parágrafo 5, (e), do Anexo D, e o novo parágrafo 5, (e), passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(e)* Quando um Diretor Executivo tem o direito de emitir os votos alocados a um país membro de acordo com o Artigo XII, Seção 3, (i), (iii), o Conselheiro nomeado pelo grupo de países membros que elegeram esse Diretor Executivo terá a faculdade de votar e emitir os votos alocados ao país membro em questão. Considerar-se-á que o país membro participou da nomeação do Conselheiro que tiver o direito de votar e emitir os votos alocados ao membro."

O Anexo E passará a vigorar com a seguinte redação:

"Disposições Transitórias com relação aos Diretores Executivos

1. Após a entrada em vigor do presente Anexo:

Cada Diretor Executivo nomeado de acordo com o antigo artigo XII, seções 3, (b), (i), ou 3, (c), e que estiver em exercício imediatamente antes da entrada em vigor do presente Anexo será considerado eleito pelo membro que o nomeou; e

Cada Diretor Executivo que emitir os votos de um membro de acordo com o antigo artigo XII, seção 3, (i), (ii), imediatamente antes da entrada em vigor do presente Anexo será considerado eleito por esse membro."

O parágrafo 1, (b), do Anexo L passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(b)* nomear Governador ou Governador Suplente, nomear ou participar da nomeação de um Conselheiro ou Conselheiro Suplente, ou eleger ou participar da eleição de um Diretor Executivo."

O *caput* do parágrafo 3, (c), do Anexo L passará a vigorar com a seguinte redação:

"*(c)* O Diretor Executivo eleito pelo país membro, ou de cuja eleição o país tenha participado, terá seu mandato revogado, a menos que esse Diretor Executivo tivesse a faculdade de emitir o número de votos outorgados a outros membros, cujos direitos de voto não tenham sido suspensos. Nesse último caso:"

RESOLUTION Nº 66-2

Fourteenth General Review of Quotas and Reform of the Executive Board In accordance with Section 13 of the By-Laws, the following Resolution was submitted to the Governors on November 10, 2010 for a vote without meeting:

RESOLVED:

WHEREAS the Executive Board has submitted to the Board of Governors a report entitled "Fourteenth General Review of Quotas and Reform of the Executive Board: Report of the Executive Board to the Board of Governors," hereinafter the "Report"; and

WHEREAS the International Monetary and Financial Committee in its April 2009 Communiqué called on the Executive Board to bring forward the deadline for

completion of the Fourteenth General Review of Quotas by two years, to January 2011; and

WHEREAS the Executive Board has recommended increases in the quotas of members of the Fund as a result of the Fourteenth General Review of Quotas; and

WHEREAS the Executive Board has recommended an amendment of the Articles of Agreement to establish an Executive Board consisting solely of elected Executive Directors; and

WHEREAS the Executive Board has recommended that, following the first regular election of Executive Directors after entry into force of the proposed amendment of the Articles of Agreement approved under Board of Governors Resolution No. 63-2, an Executive Director elected by 7 or more members should be entitled to appoint two Alternate Executive Directors; and

WHEREAS the Chairman of the Board of Governors has requested the Secretary of the Fund to bring the proposal of the Executive Board before the Board of Governors; and

WHEREAS the Report of the Executive Board setting forth its proposal has been submitted to the Board of Governors by the Secretary of the Fund; and

WHEREAS the Executive Board has requested the Board of Governors to vote on the following Resolution without meeting, pursuant to Section 13 of the By-Laws of the Fund:

NOW, THEREFORE, the Board of Governors, noting the recommendations and the said Report of the Executive Board, hereby RESOLVES that:

Increases in Quotas of Members

The International Monetary Fund proposes that, subject to the provisions of this Resolution, the quotas of members of the Fund shall be increased to the amounts shown against their names in Attachment I to this Resolution.

A member's increase in quota as proposed by this Resolution shall not become effective unless that member has consented in writing to the increase not later than the date prescribed by or under paragraph 4 below and has paid the increase in full within the period prescribed by or under paragraph 5 below, provided that no member with overdue repurchases, charges or assessments to the General Resources Account may consent to or pay for the increase in its quota until it becomes current in respect of those obligations.

3. No increase in quotas proposed by this Resolution shall become effective until:

(i) the Executive Board has determined that members having not less than 70 percent of the total of quotas on November 5, 2010 have consented in writing to the increases in their quotas;

(ii) the proposed amendment of the Articles of Agreement set out in Attachment II of this Resolution has entered into force; and

(iii) the proposed amendment of the Articles of Agreement approved under Board of Governors Resolution No. 63-2 has entered into force.

Each member commits to use its best efforts to complete these steps no later than the Annual Meetings in 2012. The Executive Board is requested to monitor, on a quarterly basis, the progress made in the implementation of these steps.

Notices in accordance with paragraph 2 above shall be executed by a duly authorized official of the member and must be received in the Fund before 6:00 p.m., Washington time, December 31, 2011, provided that the Executive Board may extend this period as it may determine.

Each member shall pay to the Fund the increase in its quota within 30 days after the later of (a) the date on which it notifies the Fund of its consent, or (b) the date on which all of the conditions set forth in paragraph 3 above are met, provided that the Executive Board may extend the payment period as it may determine.

When deciding on an extension of the period for consent to or payment for the increase in quotas, the Executive Board shall give particular consideration to the situation of members that may still wish to consent to or pay for the increase in quota, including members with protracted arrears to the General Resources Account, consisting of overdue repurchases, charges or assessments to the General Resources Account that, in its judgment, are cooperating with the Fund toward the settlement of these obligations.

For members that have not yet consented to their increases in quotas under the Eleventh General Review and under Board of Governors Resolution No. 63-2, the deadline for consent to such quota increases shall be the date determined by or under paragraph 4 above.

8. Each member shall pay 25 percent of its increase either in special drawing rights or in the currencies of other members specified, with their concurrence, by the Fund, or in any combination of special drawing

rights and such currencies. The balance of the increase shall be paid by the member in its own currency.

Quota Formula and Fifteenth General Review of Quotas

9. The Executive Board is requested to complete a comprehensive review of the formula by January 2013.

10. The Executive Board is requested to bring forward the timetable for completion of the Fifteenth General Review of Quotas to January 2014. Any realignment is expected to result in increases in the quota shares of dynamic economies in line with their relative positions in the world economy, and hence likely in the share of emerging market and developing countries as a whole. Steps shall be taken to protect the voice and representation of the poorest members.

Review of NAB Credit Arrangements

11. In light of the proposed increases in quotas under the Fourteenth General Review, the Executive Board and participants in the New Arrangements to Borrow (NAB) are requested to undertake a review of NAB credit arrangements by November 2011, with a corresponding roll-back of the NAB, preserving relative shares, to become effective when the conditions set forth in paragraph 3 of this Resolution are met and the quota payments associated with the participation threshold in paragraph 3(i) of this Resolution have been made.

Proposed Amendment of the Articles of Agreement of the International Monetary Fund on the Reform of the Executive Board

12. The proposed amendment of the Articles of Agreement of the International Monetary Fund set forth in Attachment II to this Resolution (the "Proposed Amendment on the Reform of the Executive Board") is approved.

13. The Secretary is directed to ask all members of the Fund, by circular letter or telegram, or other rapid means of communication, whether they accept, in accordance with the provisions of Article XXVIII of the Articles, the Proposed Amendment on the Reform of the Executive Board.

14. The communication to be sent to all members in accordance with paragraph 13 of this Resolution shall specify that the Proposed Amendment on the Reform of the Executive Board shall enter into force for all members on the date on which the Fund certifies, by a formal communication addressed to all members, that three-fifths of the members, having eighty-five percent of the total voting power, have accepted the Proposed Amendment on the Reform of the Executive Board.

Additional Alternate Executive Directors

15. Following the first regular election of Executive Directors after the entry into force of the amendment of the Articles of Agreement approved under Board of Governors Resolution No. 63-2, an Executive Director elected by seven or more members shall be entitled to appoint two Alternate Executive Directors.

16. As a condition for appointing two Alternate Executive Directors, an Executive Director is required to designate by notification to the Secretary of the Fund: (i) the Alternate who shall act for the Executive Director when he is not present and both Alternates are present; and (ii) the Alternate who shall exercise the powers of the Executive Director pursuant to Article XII, Section 3(f). By notification to the Secretary of the Fund, an Executive Director may change these designations at any time.

Size and Composition of the Executive Board

17. The Board of Governors takes note of: (i) the commitment to reduce, as a means of achieving greater representation of emerging market and developing countries, the number of Executive Directors representing advanced European countries by two no later than the first regular election of Executive Directors after the conditions set forth in paragraph 3 of this Resolution are met, and (ii) the commitment of the Fund's membership to maintain an Executive Board consisting of 24 Executive Directors, and to review the composition of the Executive Board every eight years following the date the conditions set forth in paragraph 3 of this Resolution are met.

ATTACHMENT I.
PROPOSED QUOTAS

Proposed Quota (in millions of SDRs)	Proposed Quota (in millions of SDRs)
Afghanistan, Islamic Republic of 323.8	El Salvador 287.2
Albania 139.3	Equatorial Guinea 157.5
Algeria 1,959.9	Eritrea 36.6
Angola 740.1	Estonia 243.6
Antigua and Barbuda 20.0	Ethiopia 300.7
Argentina 3,187.3	Fiji 98.4
Armenia 128.8	Finland 2,410.6
Australia 6,572.4	France 20,155.1
Austria 3,932.0	Gabon 216.0
Azerbaijan 391.7	Gambia, The 62.2
Bahamas, The 182.4	Georgia 210.4
Bahrain 395.0	Germany 26,634.4
Bangladesh 1,066.6	Ghana 738.0
Barbados 94.5	Greece 2,428.9
Belarus 681.5	Grenada 16.4
Belgium 6,410.7	Guatemala 428.6
Belize 26.7	Guinea 214.2
Benin 123.8	Guinea-Bissau 28.4
Bhutan 20.4	Guyana 181.8
Bolivia 240.1	Haiti 163.8
Bosnia and Herzegovina 265.2	Honduras 249.8
Botswana 197.2	Hungary 1,940.0
Brazil 11,042.0	Iceland 321.8
Brunei Darussalam 301.3	India 13,114.4
Bulgaria 896.3	Indonesia 4,648.4
Burkina Faso 120.4	Iran, Islamic Republic of 3,567.1
Burundi 154.0	Iraq 1,663.8
Cambodia 175.0	Ireland 3,449.9
Cameroon 276.0	Israel 1,920.9
Canada 11,023.9	Italy 15,070.0
Cape Verde 23.7	Jamaica 382.9
Central African Republic 111.4	Japan 30,820.5
Chad 140.2	Jordan 343.1
Chile 1,744.3	Kazakhstan 1,158.4
China 30,482.9	Kenya 542.8
Colombia 2,044.5	Kiribati 11.2
Comoros 17.8	Korea, Republic of 8,582.7
Congo, Democratic Republic of the 1,066.0	Kosovo 82.6
Congo, Republic of 162.0	Kuwait 1,933.5
Costa Rica 369.4	Kyrgyz Republic 177.6
Côte d'Ivoire 650.4	Lao People's Dem. Republic 105.8
Croatia 717.4	Latvia 332.3
Cyprus 303.8	Lebanon 633.5
Czech Republic 2,180.2	Lesotho 69.8
Denmark 3,439.4	Liberia 258.4
Djibouti 31.8	Libya 1,573.2
Dominica 11.5	Lithuania 441.6
Dominican Republic 477.4	Luxembourg 1,321.8
Ecuador 697.7	Macedonia, Former Yugoslav Republi 140.3
Egypt 2,037.1	Madagascar 244.4

Proposed Quotas (Concluded)

Proposed Quota (in millions of SDRs)	Proposed Quota (in millions of SDRs)
Malawi 138.8	Sierra Leone 207.4
Malaysia 3,633.8	Singapore 3,891.9
Maldives 21.2	Slovak Republic 1,001.0
Mali 186.6	Slovenia 586.5
Malta 168.3	Solomon Islands 20.8
Marshall Islands 4.9	Somalia 163.4
Mauritania 128.8	South Africa 3,051.2
Mauritius 142.2	Spain 9,535.5
Mexico 8,912.7	Sri Lanka 578.8
Micronesia, Federated States of 7.2	St. Kitts and Nevis 12.5
Moldova 172.5	St. Lucia 21.4
Mongolia 72.3	St. Vincent and the Grenadines 11.7
Montenegro 60.5	Sudan 630.2
Morocco 894.4	Suriname 128.9
Mozambique 227.2	Swaziland 78.5
Myanmar 516.8	Sweden 4,430.0
Namibia 191.1	Switzerland 5,771.1
Nepal 156.9	Syrian Arab Republic 1,109.8
Netherlands 8,736.5	Tajikistan 174.0
New Zealand 1,252.1	Tanzania 397.8
Nicaragua 260.0	Thailand 3,211.9
Niger 131.6	Timor-Leste 25.6
Nigeria 2,454.5	Togo 146.8
Norway 3,754.7	Tonga 13.8
Oman 544.4	Trinidad and Tobago 469.8
Pakistan 2,031.0	Tunisia 545.2
Palau 4.9	Turkey 4,658.6
Panama 376.8	Turkmenistan 238.6
Papua New Guinea 263.2	Tuvalu 2.5
Paraguay 201.4	Uganda 361.0
Peru 1,334.5	Ukraine 2,011.8
Philippines 2,042.9	United Arab Emirates 2,311.2
Poland 4,095.4	United Kingdom 20,155.1
Portugal 2,060.1	United States 82,994.2
Qatar 735.1	Uruguay 429.1
Romania 1,811.4	Uzbekistan 551.2
Russian Federation 12,903.7	Vanuatu 23.8
Rwanda 160.2	Venezuela, R.B. de 3,722.7
Samoa 16.2	Vietnam 1,153.1
San Marino 49.2	Yemen, Republic of 487.0
São Tomé and Príncipe 14.8	Zambia 978.2
Saudi Arabia 9,992.6	Zimbabwe 706.8
Senegal 323.6	
Serbia 654.8	
Seychelles 22.9	

ATTACHMENT II

PROPOSED AMENDMENT OF THE ARTICLES OF AGREEMENT OF THE INTERNATIONAL MONETARY FUND ON THE REFORM OF THE EXECUTIVE BOARD

The Governments on whose behalf the present Agreement is signed agree as follows:

The text of Article XII, Section 3(b) shall be amended to read as follows:

"(*b*) Subject to (*c*) below, the Executive Board shall consist of twenty Executive Directors elected by the members, with the Managing Director as chairman."

The text of Article XII, Section 3(c) shall be amended to read as follows:

"(*c*) For the purpose of each regular election of Executive Directors, the Board of Governors, by an eighty-five percent majority of the total voting power, may increase or decrease the number of Executive Directors specified in (*b*) above."

The text of Article XII, Section 3(d) shall be amended to read as follows:

"(*d*) Elections of Executive Directors shall be conducted at intervals of two years in accordance with regulations which shall be adopted by the Board of Governors. Such regulations shall include a limit on the total number of votes that more than one member may cast for the same candidate."

The text of Article XII, Section 3(f) shall be amended to read as follows:

"(*f*) Executive Directors shall continue in office until their successors are elected. If the office of an Executive Director becomes vacant more than ninety days before the end of his term, another

Executive Director shall be elected for the remainder of the term by the members that elected the former Executive Director. A majority of the votes cast shall be required for election. While the office remains vacant, the Alternate of the former Executive Director shall exercise his powers, except that of appointing an Alternate."

The text of Article XII, Section 3(i) shall be amended to read as follows:

"(i) (i) Each Executive Director shall be entitled to cast the number of votes which counted towards his election.

(ii) When the provisions of Section 5(*b*) of this Article are applicable, the votes which an Executive Director would otherwise be entitled to cast shall be increased or decreased correspondingly. All the votes which an Executive Director is entitled to cast shall be cast as a unit.

(iii) When the suspension of the voting rights of a member is terminated under Article XXVI, Section 2(*b*), the member may agree with all the members that have elected an Executive Director that the number of votes allotted to that member shall be cast

by such Executive Director, provided that, if no regular election of Executive Directors has been conducted during the period of the suspension, the Executive Director in whose election the member had participated prior to the suspension, or his successor elected in accordance with paragraph 3(*c*)(i) of Schedule L or with (*f*) above, shall be entitled to cast the number of votes allotted to the member. The member shall be deemed to have participated in the election of the Executive Director entitled to cast the number of votes allotted to the member."

The text of Article XII, Section 3(j) shall be amended to read as follows:

"(*j*) The Board of Governors shall adopt regulations under which a member may send a representative to attend any meeting of the Executive Board when a request made by, or a matter particularly affecting, that member is under consideration."

The text of Article XII, Section 8 shall be amended to read as follows:

"The Fund shall at all times have the right to communicate its views informally to any member on any matter arising under this Agreement. The Fund may, by a seventy percent majority of the total voting power, decide to publish a report made to a member regarding its monetary or economic conditions and developments which directly tend to produce a serious disequilibrium in the international balance of payments of members. The relevant member shall be entitled to representation in accordance with Section 3(*j*) of this Article. The Fund shall not publish a report involving changes in the fundamental structure of the economic organization of members."

The text of Article XXI(a)(ii) shall be amended to read as follows:

"(*a*) (ii) For decisions by the Executive Board on matters pertaining exclusively to the Special Drawing

Rights Department only Executive Directors elected by at least one member that is a participant shall be entitled to vote. Each of these Executive Directors shall be entitled to cast the number of votes allotted to the members that are participants whose votes counted towards his election. Only the presence of Executive Directors elected by members that are participants and the votes allotted to members that are participants shall be counted for the purpose of determining whether a quorum exists or whether a decision is made by the required majority."

The text of Article XXIX(a) shall be amended to read as follows:

"(*a*) Any question of interpretation of the provisions of this Agreement arising between any member and the Fund or between any members of the Fund shall be submitted to the Executive Board for its decision. If the question particularly affects any member, it shall be entitled to representation in accordance with Article XII, Section 3(*j*)."

The text of paragraph 1(a) of Schedule D shall be amended to read as follows:

"(*a*) Each member or group of members that has the number of votes allotted to it or them cast by an Executive Director shall appoint to the Council one Councillor, who shall be a Governor, Minister in the government of a member, or person of comparable rank, and may appoint not more than seven Associates. The Board of Governors may change, by an eighty-five percent majority of the total voting power, the number of Associates who may be appointed. A Councillor or Associate shall serve until a new appointment is made or until the next regular election of Executive Directors, whichever shall occur sooner."

The text of paragraph 5(e) of Schedule D shall be deleted.

12. Paragraph 5(f) of Schedule D shall be renumbered 5(e) of Schedule D and the text of the new paragraph 5(e) shall be amended to read as follows:

"(*e*) When an Executive Director is entitled to cast the number of votes allotted to a member pursuant to Article XII, Section 3(*i*)(iii), the Councillor appointed by the group whose members elected such Executive Director shall be entitled to vote and cast the number of votes allotted to such member. The member shall be deemed to have participated in the appointment of the Councillor entitled to vote and cast the number of votes allotted to the member."

The text of Schedule E shall be amended to read as follows:

"Transitional Provisions with Respect to Executive Directors Upon the entry into force of this Schedule:

(*a*) Each Executive Director who was appointed pursuant to former Article XII, Sections 3(*b*)(i) or 3(*c*), and was in office immediately prior to the entry into force of this Schedule, shall be deemed to have been elected by the member who appointed him; and

(*b*) Each Executive Director who cast the number of votes of a member pursuant to former Article XII, Section 3(*i*)(ii) immediately prior to the entry into force of this Schedule, shall be deemed to have been elected by such a member."

The text of paragraph 1(b) of Schedule L shall be amended to read as follows:

"(*b*) appoint a Governor or Alternate Governor, appoint or participate in the appointment of a Councillor or Alternate Councillor, or elect or participate in the election of an Executive Director."

The text of the chapeau of paragraph 3(c) of Schedule L shall be amended to read as follows:

"(*c*) The Executive Director elected by the member, or in whose election the member has participated, shall cease to hold office, unless such Executive Director was entitled to cast the number of votes allotted to other members whose voting rights have not been suspended. In the latter case:"

The Board of Governors adopted the foregoing Resolution, effective December 15, 2010

MENSAGEM N.º 481, DE 2011
(Do Poder Executivo)

Aviso nº 724/2011 – C. Civil

Submeto à elevada consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino, a retirada de tramitação do texto do Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Escritório de Representação da Agência de Cooperação Internacional do Japão, celebrado em Brasília, em 18 de fevereiro de 2008, submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 76, de 18 de fevereiro de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Interino, a retirada de tramitação do texto do Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Escritório de Representação da Agência de Cooperação Internacional do Japão, celebrado em Brasília, em 18 de fevereiro de 2008, submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 76, de 18 de fevereiro de 2009.

Brasília, 11 de outubro de 2011.

EM Nº 00350 MRE

Brasília, 21 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Pela Mensagem presidencial nº 76, de 18 de fevereiro de 2009, foi remetido para apreciação pelo Legislativo o Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, concernente ao Escritório de Representação da Agência de Cooperação Internacional do Japão, celebrado em Brasília, em 18 de fevereiro de 2008.

2. A referida Mensagem foi acolhida pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 1660/2009. Entretanto, ao ser o Projeto examinado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, foram levantadas questões relativas a renúncia tributária e isenção fiscal, que demandam a atualização do referido Projeto para sua harmonização com a legislação específica vigente.

3. A transformação da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) em autarquia, em outubro de 2003, com autonomia administrativa e orçamentária, tem requerido providências para adequação da situação jurídica de seus escritórios em mais de 90 países. No Brasil, a Agência japonesa deixa a atual condição de Escritório anexo da Embaixada do Japão, com os privilégios e imunidades previstos na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, para assumir configuração institucional autônoma, com maiores restrições em termos de privilégios.

4. Para garantir a adequação do referido Acordo às normas brasileiras, quanto aos itens identificados após sua celebração, a parte brasileira esclareceu à parte japonesa a necessidade de substituição do Ato em apreço. A parte japonesa deverá analisar novo texto de Acordo a ser proposto pelo Governo brasileiro, que permitirá a continuidade da relevante atuação da JICA no Brasil.

5. Em face do exposto, submeto à alta consideração de Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, pela qual se solicita a retirada da Mensagem nº 76/2009, que encaminhou o referido Acordo por troca de Notas.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

MENSAGEM Nº 483, DE 2011

(Do Poder Executivo)

AVISO Nº 725/2011 – C. Civil

Comunica a Excelentíssima Senhora Presidenta da República que se ausentará do País, no período de 17 a 21 de outubro de 2011, para realizar viagem oficial à África do Sul, Moçambique e Angola.

Senhores Membros da Câmara dos Deputados,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 17 a 21 de outubro de 2011, para realizar viagem oficial à Africa do Sul, Moçambique e Angola.

Brasília, 13 de outubro de 2011.

Ofício nº 329 /2011 – P

Brasília, 13 de setembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: **Encaminhamento dos autos da PFC n.º 10/2003**

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do artigo 37 do Regimento Interno, o encaminhamento dos autos da **Proposta de Fiscalização e Controle nº 10/2003,** do Sr. Luiz Bittencourt, ao Ministério Público Federal, para que o mesmo promova a responsabilidade por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais, nos termos dos arts. 37, II, e 61, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Salientamos que, tendo em vista o Programa de Desmaterialização de Processos e Documentos instituído pela Portaria DG nº 30/2008, todos os documentos que compõem os autos da PFC nº 10/2003 , foram digitalizados e salvos em um CD encaminhado em anexo. Colocamo-nos à disposição caso ainda seja necessário o encaminhamento de algum dos documentos constantes do arquivo.

Atenciosamente,

Deputado **ROBERTO SANTIAGO**
Presidente

Em 14/10/2011.

Encaminhe-se ao Ministério Público Federal. Publique-se. Oficie-se.

MARCO MAIA
Presidente

Ofício n. 649 /2011/CFFC-P

Brasília, 16 de setembro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Numeração de Representação

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência providências para numerar e publicar, nos termos do art. 137, *caput*, cc art. 253, *caput*, incisos I, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Representação, de autoria da **Comissão Especial de Fiscalização das Obras de Canalização do Córrego do Parque**, da Câmara Municipal de Americana, São Paulo, que Solicita providências da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados no sentido de Fiscalizar, verificar os fatos e apurar possíveis responsabilidades acerca de obra na Cidade de Americana, São Paulo, obra esta realizada pela Prefeitura Municipal com recursos públicos do Governo Federal recebidos por meio de financiamento junto ao BNDES.

Atenciosamente,

Deputado **SERGIO BRITO**
Presidente

Câmara Municipal de Americana REP 08/2011
Estado de São Paulo

Americana, 05 de Setembro de 2011

Excelentissimo Senhor
Presidente SÉRGIO BRITO

Ao
Excelentissimo Senhor
SÉRGIO BRITO
DD. **Presidente do Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal**
Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161 - Brasília (DF) - CEP 70160-900

Ref.: Solicitação de providências – obra em Americana

Externando efusivos cumprimentos a V.Exª, os vereadores da Câmara Municipal de Americana abaixo-assinados, membros da Comissão Especial de Fiscalização das Obras de Canalização do Córrego do Parque, vêm expor e requerer o quanto segue:

1. A prefeitura municipal de Americana vem executando vultosa obra na avenida Brasil, com recursos públicos do Governo Federal, recebidos por financiamento do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

2. Trata-se de obra de grande importância para o desenvolvimento local, sobretudo por seu aspecto social.

3. Referida obra, no entanto, vem sendo objeto de diversos questionamentos, não apenas por parte da Câmara Municipal de Americana, mas também pela imprensa local e regional e por importantes segmentos da sociedade americanense.

4. Questiona-se, por exemplo, o preço do projeto, pelo qual a atual administração pagou valor muito superior ao que a anterior despendeu, por projeto de idêntica magnitude; a lentidão do andamento da execução dos trabalhos; diferenças entre as medições, muito superiores à obra até aqui efetivamente executada; simulação de início de obra de outros três locais também objeto do contrato; valores já recebidos pela Prefeitura em volume muito superior aos efetivamente despendidos na obra; destinação dos recursos carimbados do empréstimo para outras necessidades e finalidades da Prefeitura etc.

5. Além disso, informações não desmentidas pela administração dão conta de que os recursos destinados às obras já foram totalmente gastos, e em valor muito acima do orçado, embora estas apresentem apenas algo em torno de 50% a 60% de seu total concluído. Dos R$30 milhões previstos, foram gastos R$37,4 milhões, ou seja, cerca de 25% acima do valor estimado.

6. Após as notícias da imprensa local, notou-se uma aceleração da obra, nitidamente para colocá-la no mesmo compasso dos valores já efetivamente recebidos do BNDES.

7. Outra questão tormentosa diz respeito à eficiência das obras para os fins a que se destinam. Segundo reportagem do jornal ***O Liberal***, de 23 de agosto de 2011, chuvas de baixa intensidade ocorridas no sábado, dia 19, provocaram deslocamento de terra e placas de gramas recentemente implantadas. O desmoronamento deixou exposta a tubulação, o que coloca em questão a qualidade técnica da obra.

8. Esta Comissão já havia alertado anteriormente, depois de ter vistoriado o local e efetuado medições, que as obras poderão não resolver o histórico problema das enchentes na principal via da cidade, como houvera noticiado o mesmo jornal em sua edição de 16 de agosto.

9. Tem-se ressentido esta Comissão da absoluta ausência de informações acerca das obras em comento, fato que eleva o grau de desconfiança de irregularidades na execução do contrato e da própria obra.

10. Assim, os signatários desta entendem necessário proceder à presente comunicação, para que V.Exª adote, dentro das competências do órgão que tão bem dirige, as medidas necessárias para uma verificação rigorosa dos fatos e apuração de eventuais responsabilidades, obtendo os documentos oficiais dos órgãos envolvidos, realizando vistoria *in loco* para verificação do estado da obra, sua qualidade e êxito de finalidade, verificação das medições realizadas e a equivalência com o andamento real da obra, auditoria nos valores recebidos do financiamento e efetivamente despendidos pela Prefeitura ou, em caso de discrepância, a possível utilização indevida dos recursos carimbados especificamente para a obra para outras finalidades pela Prefeitura de Americana.

11. Requeremos, na medida do possível, a remessa a esta Comissão de cópias dos documentos pertinentes, já em poder de V.Exª ou que vierem a ser obtidos, que possam contribuir para nossos trabalhos, ou que ao menos nos seja disponibilizado o acesso a eles na repartição onde se encontrarem.

12. Solicitamos, finalmente, seja dada, às providências cabíveis e por V.Exª consideradas necessárias, a urgência que a situação requer.

13. Renovando protestos de elevada estimada, subscrevemos mui

Cordialmente,

ADELINO LEAL
Vereador

CELSO ZOPPI
Vereador

MARCO ANTÔNIO A. JORGE
Vereador

DIVINA BERTALIA
Vereaddra

Em 14/10/2011.

Numere-se, publique-se e devolva-se à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Of. P-134/11-CTASP

Brasília, 28 de setembro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Apreciação conclusiva de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, **aprovou o Projeto de Lei nº 1.829/11** – do Tribunal Superior do Trabalho – que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região".

Atenciosamente, – Deputado **Silvio Costa**, Presidente.

Publique-se.

Em 14-10-11 – **Marco Maia,** Presidente.

Of. P-135/11-CTASP

Brasília, 28 de setembro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Apreciação conclusiva de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, **aprovou o Projeto de Lei nº 1.869/11** – do Tribunal Superior do Trabalho – que "dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região".

Atenciosamente, – Deputado **Silvio Costa**, Presidente.

Publique-se.

Em 14-10-11 – **Marco Maia,** Presidente.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Of. P-280/11/CVT

Brasília, 5 de outubro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Apreciação conclusiva de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, *caput,* do Regimento Interno, comunico a V. Exª. que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje **aprovou o Projeto de Lei nº 1.243/11** – do Sr. Aelton Freitas – que "denomina *Viaduto Ma Shou Tao* o viaduto localizado no km 198 da BR-050 (Rodovia Francisco Cândido Xavier) no entroncamento com a BR-464, Estado de Minas Gerais".

Atenciosamente, – Deputado **Edson Ezequiel,** Presidente.

Publique-se.

Em 14-10-11 – **Marco Maia,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Quero deixar registrado em ata que esta sessão não contará prazo regimental no que se refere à tramitação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi a retificação da ata porque ontem fizemos um acordo para que esta sessão não contasse prazo regimental. Não havia **quorum**. Hoje, para esta sessão, também há um acordo.

Quero agradecer mais uma vez à Liderança do PSDB, e peço a V.Exa., Sr. Presidente, que, antes de iniciar os trabalhos, registre que a sessão de hoje também não contará prazo, para nenhum efeito. Estamos abrindo a sessão por concessão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – A Mesa defere o pedido de V.Exa. e vai fazer constar em ata a sua reivindicação.

Reforço o pedido a V.Exa. para que trabalhemos no sentido de aprovar, na reunião de Líderes da semana que vem, a mudança no Regimento, de acordo com projeto de resolução já apresentado, a fim de que, principalmente às segundas, quintas e sextas, sejam realizados sessões de debates e possamos debater as matérias em tramitação na Casa e que merecem nossa atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Tem a palavra o Sr. Deputado Amauri Teixeira, no Pequeno Expediente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço e peço que essa ressalva conste na ata de hoje e também na ata de ontem.

Sr. Presidente Deputado Izalci, hoje, estamos aqui para tratar de um tema bastante importante.

Fui Subsecretário de Saúde do Estado da Bahia, que tem um conjunto de Municípios pequenos, sem possibilidade de ter hospitais – mesmo hospitais de pequeno porte – e de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Muitas vezes, pacientes têm que ser transferidos para outras cidades, como é o caso, por exemplo, de enfartados sem condições de serem estabilizados. E paciente em estado grave, sem estabilização, corre o risco de falecer antes de ser atendido.

Esses pequenos Municípios não têm ambiente hospitalar adequado para atender à média e à alta complexidade, e portaria do Ministério da Saúde inviabilizava as salas de estabilização. Ou seja, só havia sala de estabilização onde já havia ambiente hospitalar, e nos pequenos Municípios, que não tinham ambiente hospitalar adequado nem sala de estabilização, os pacientes ficavam à mercê da sorte.

Agora, o Ministro Alexandre Padilha criou um programa para corrigir isso. S.Exa. baixou uma portaria que permite o financiamento de 100 mil reais para a instalação e a aquisição de equipamentos de sala de estabilização e um custeio mensal de 35 mil mensais para os Municípios que não têm Unidade de Pronto Atendimento – UPA, que não têm um ambiente hospitalar adequado para estabilizar e assistir pacientes em estado grave.

É sobre isso, Sr. Presidente, que quero tratar. Isso faz parte de uma estratégia do Ministro Padilha de dotar a rede pública de saúde de mecanismos que garantam uma melhor assistência à população, sobretudo à sofrida população dos Municípios mais carentes. Portanto, gostaria de ler este pequeno discurso para marcar esse programa do Sr. Ministro Alexandre Padilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o intuito de diminuir a lotação nas emergências dos hospitais e trazer o atendimento mais próximo da residência das pessoas, o Ministério da Saúde, por meio do Programa Saúde Toda Hora, está incentivando os Municípios a instalar salas de estabilização. Elas são estruturadas nas unidades de saúde para atender à população durante 24 horas, todos os dias da semana.

A propósito, informo que mandei ofício circular aos Prefeitos baianos sobre os recursos disponibilizados para esse fim.

Outro problema , Sr. Presidente, é que os Prefeitos, às vezes, não dispõem de informação. Com relação a saúde e a várias áreas – V.Exa. tem visto, fiz isso ontem —, faço questão de divulgar os programas voltados para os pequenos Municípios, não só em plenário, como também mediante o envio de ofícios circulares, orientando os Prefeitos sobre os procedimentos que devem adotar.

As salas de estabilização contarão com uma equipe composta de médico, enfermeiro e pessoal técnico e vai prestar assistência temporária para estabilização de pacientes em estado grave ou em condição clínica frágil, provocada, por exemplo, por acidentes ou traumas. Ou seja, pacientes que necessitem de cuidados imediatos clínicos, cirúrgicos, gineco-obstétricos ou em saúde mental.

As salas de estabilização serão articuladas com a Rede de Atenção Básica, o SAMU 192, as UPAs 24 horas e os hospitais, seguindo a lógica do Saúde Toda Hora. O incentivo para o Município é de R$100 mil para a instalação da estrutura, além de um custeio mensal que poderá chegar a R$35 mil.

Inclusive, no dia 12, eu estava aqui, numa reunião do Setorial de Saúde da Democracia Socialista – DS. Helvécio, a quem eu quero mandar um abraço, estava trabalhando nesse projeto do Saúde Toda Hora e se queixava: "*Estou trabalhando no feriado porque o nome do programa é Saúde Toda Hora. Dá trabalho, mas é importante*".

O coordenador explica ainda que essas estruturas integram os serviços de urgência com o objetivo de apoiar a assistência, garantindo um atendimento mais ágil e eficaz à população.

O Ministério da Saúde investirá R$100 mil por sala, a serem repassados aos Municípios responsáveis pela implantação. O custeio das estruturas é de R$25 mil mensais. Para os Municípios da Amazônia Legal, do Nordeste e das regiões de extrema pobreza, o valor do custeio mensal sobe para R$35 mil.

Veja, Deputado Mauro Benevides: o valor para as regiões menos carentes é de R$25 mil e para as mais carentes, como o Ceará, a que V.Exa. tanto se dedica, será de R$35 mil, porque normalmente o salário do médico nessas regiões é mais alto.

Os Estados e Municípios que desejam receber o incentivo financeiro precisarão enviar ao Ministério da Saúde uma proposta de implantação, que deverá ser elaborada conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Regional da Rede de Atenção às Urgências.

Sr. Presidente, as salas poderão ser instaladas em hospitais de pequeno porte (públicos ou filantrópicos), em unidades básicas de saúde – o que é uma novidade, pois a maioria dos Municípios não têm hospitais nem de pequeno porte nem filantrópicos, mas têm unidade básicas de saúde – ou em unidades mistas.

Chamo atenção dos Prefeitos do Brasil, especialmente dos da Bahia e dos pequenos Municípios, para a necessidade de aderirem a esse programa que dará melhor assistência à população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Muito bem, Deputado Amauri Teixeira. V.Exa. trata da saúde, tema que realmente merece especial atenção desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Izalci, Sras. e Srs. Deputados, senhores telespectadores da *TV Câmara*, no último dia 12, transcorreu o 19º aniversário do trágico desaparecimento do inestimável homem público Ulysses Guimarães, a quem os rumos políticos do País devem os mais assinalados serviços, o maior deles, sem dúvida, a reconstrução do Estado Democrático de Direito, com a promulgação da Carta Cidadã no dia 5 de outubro de 1988, da qual ele próprio é o primeiro signatário. E, se o Plenário me permitir, direi que o segundo signatário é exatamente o orador que, no momento, ocupa a tribuna da Casa, para prestar esta homenagem à memória imperecível do grande Ulysses Guimarães.

Até que se alcançasse aquele momento culminante de uma porfia gigantesca foram muitos os obstáculos antepostos no confronto com o arbítrio instalado no País, durante o qual foram limitados, por atos discricionários, as liberdades públicas e os direitos individuais.

Firme e resoluto na reconquista da normalidade institucional, enfrentou seguidas incompreensões, mesmo durante o inicio da abertura política, conduzida pela genialidade do piauiense Petrônio Portela, artífice de uma missão árdua que enfrentou tropeços, como um período, embora breve, de recesso do Congresso Nacional, quando se recusava mensagem de reforma do Poder Judiciário, enviada na ocasião pelo Poder Executivo, à frente o general Ernesto Geisel.

Enfrentando, destemerosamente, reações que objetivavam intimidá-lo em sua disposição de conscientizar o povo para a retomada do inadiável equilíbrio do arcabouço tradicional, ele soube defrontar-se com incompreensões que não foram suficientes para desestimulá-lo a prosseguir em sua caminhada, inspirado no lema de que *"navegar é preciso, viver não é preciso"*.

Preocupado em dotar o Brasil de um Diploma Magno que consubstanciasse as aspirações legítimas da comunidades, foi na Assembleia Nacional Constituinte que se sobrelevaram as suas qualidades de firmeza e determinação, nunca deixando quebrantar o seu ânimo de luta por maiores que fossem as incompreensões do momento.

Quando os trabalhos pareciam seguir modorrentamente, a sua voz tonitruante fazia-se escutar persistentemente com o refrão *"vamos votar, vamos votar, vamos votar",* alertando Deputados e Senadores Constituintes para o mister sublime que haveria de conduzir o Brasil na busca da estabilidade por todos ardentemente almejada.

Ninguém o superou, Sras. e Srs. Deputados, nesse encargo hercúleo, nem mesmo quando um insulto cardíaco o levou a São Paulo, afastando-o do quotidiano de suas atividades pelo prazo de uma quinzena.

É a memória de um brasileiro dessa estirpe que ora reverenciamos, muito próximo que estamos de um vicênio de seu trágico falecimento.

Sr. Presidente, essas palavras repassadas, portanto, de emoção, significam a homenagem que desejo prestar a um líder político a que me vinculei durante tanto tempo, exercendo, ao seu lado, uma função executiva no Diretório Nacional do PMDB.

Dele recebia, em todos os momentos, a orientação para que, em termos do Ceará – já que ali presidia o Diretório Estadual – eu me posicionasse sempre em perfeita sintonia com as diretrizes emanadas do comando do PMDB e, assim, pudéssemos ampliar o esforço decidido na luta contra todas as formas de coação que então experimentávamos.

Ele foi sempre o estímulo vigoroso, o homem que, em meio à mais decidida altanaria, enfrentou as adversidades do cotidiano. E isso o projetou como uma das figuras exponenciais dos fatos históricos em todo o País.

Não há dúvida de que a promulgação da Carta naquele 5 de outubro de 1988 é algo inesquecível. Aqui mesmo, com este plenário lotado pelos Constituintes e pelos convidados, as galerias também repletas e milhões de telespectadores acompanhando naquele instante inapagável, Ulysses Guimarães, exibindo o primeiro exemplar da Carta cidadã, dizia para todo o País: *"Esta é a Carta Cidadã. Ninguém ouse ultrajá-la. Ninguém poderá jamais desrespeitá-la"*.

Com essa mensagem candente, Ulysses Guimarães advertiu o País de que deveríamos defender, decidida e enfaticamente, aquela Carta que resultou de um trabalho afanoso durante quase 2 anos.

Naquela ocasião, eu recebi nas urnas, do poder originário, a incumbência de, como Senador do Congresso Nacional ordinário e Senador Constituinte, expressar aquilo que representava, na época, a aspiração maior do povo cearense e do próprio povo brasileiro.

É esse Ulysses, Sr. Presidente Izalci, cuja memória eu entendi de homenagear neste momento, ele que desapareceu tragicamente em 12 de outubro 1992 ao lado da companheira inseparável de todas as horas, Dona Mora, inspiradora da sua atuação, do seu esforço, das energias despendidas em favor de um Brasil maior e essencialmente democrático.

Não me poderia furtar, no dia de hoje, de homenagear, portanto, a figura inesquecível do grande Ulysses Guimarães, aquele que era cognominado, pela luta empreendida de forma tão decidida, de Senhor Diretas; ele que pregava em todos os recantos do País, contra tudo e contra todos, a normalização institucional da nossa Pátria.

É, portanto, a homenagem que entendi de prestar hoje ao grande e inesquecível brasileiro, prestes a completar um vicênio de desaparecimento naquele desastre de helicóptero no Rio de Janeiro, que traumatizou a Nação brasileira e fez com que, ainda hoje, pranteássemos o desaparecimento de uma figura de expressão, de expressão maior nos quadros políticos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

A SRA. CELIA ROCHA (Bloco/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores funcionários, esta Casa homenageou o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, ocasião em que, infelizmente, não pude estar presente. Mas, por entender que é imperioso o compromisso do Parlamento com a melhoria de vida da população com algum tipo de deficiência – hoje estimada em quase 25 milhões de brasileiros —, pronuncio-me agora, a fim de deixar claro o meu engajamento com a questão.

A pessoa com deficiência pode ser vítima do destino, mas não pode ser vítima da indiferença. No Brasil, os portadores de deficiência representam 15% da população, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Entre os vários problemas apontados pelos deficientes físicos está a falta de infraestrutura das cidades para atendê-los, com calçadas repletas de buracos que tornam impossível a locomoção de cadeirantes, e sistemas de transporte sem adaptação.

Embora tenhamos leis que amparem, em tese, essas pessoas, o portador de deficiência tem perversa desvantagem, principalmente em dois setores: renda e escolaridade.

No Brasil, existem hoje, aproximadamente, 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (14,5% da população); 60% delas são analfabetas, conforme o último Censo do IBGE.

Com referência à educação, a base da cidadania, há urgente necessidade de eliminação de barreiras arquitetônicas nas escolas, como a falta de banheiros adaptados, rampas de acesso e professores preparados para lidar com qualquer tipo de deficiente – físico, visual, auditivo ou intelectual.

A falta de estudos leva à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. A Lei de Cotas (nº 8.213, de 1991) completou 20 anos, mas ainda há muita dificuldade em fazer com que seja cumprida. A lei exige a inclusão de 2% a 5% de indivíduos deficientes no quadro das empresas com 100 ou mais funcionários.

Todavia, dados extraídos, em abril deste ano, da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS revelam que a contratação de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho vem caindo no Brasil. Os números são confirmados pela Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência – AVAPE. Para a entidade, a redução na contratação de deficientes vem sendo justificada por algumas empresas pela falta de mão de obra para dar cumprimento à Lei nº 8.213, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece um percentual de pessoas com deficiência a serem contratadas.

Ora, se as pessoas não têm acesso às escolas, como podem estudar, aprender e se qualificar?

A verdade nua e crua é que a maior parte das pessoas com deficiência física, auditiva, visual e mental no Brasil está alijada do mercado de trabalho. Estudos mostram que há aproximadamente 6 milhões de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa, das quais 1 milhão deve estar no mercado de trabalho informal e apenas 158 mil legalmente empregadas com garantias trabalhistas e benefícios.

A razão de muitas pessoas com deficiência estarem à margem do mercado de trabalho é clara: ela está diretamente ligada às poucas oportunidades que têm de ingressar em cursos e treinamentos profissionais, o que resulta, naturalmente, em baixa qualificação para o exercício do trabalho.

E as dificuldades não acabam aí, Sr. Presidente, até porque as barreiras arquitetônicas não se resumem às escolas. Estão presentes nas calçadas, no comércio, no centro da cidade, onde cadeirantes até conseguem facilidades para entrar em lojas, mas têm dificuldades para circular dentro dos estabelecimentos, devido a prateleiras apertadas e outros problemas, o que limita o direito de ir e vir previsto na Constituição de 1988.

O problema foi emblematicamente demonstrado na sessão solene que a Câmara promoveu para marcar o Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. Minha conterrânea, guerreira incansável, coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Deputada Rosinha da Adefal, lembrou o dia em que precisou ser carregada para ter acesso à Mesa Diretora neste plenário.

A Câmara já tem um projeto para tornar o espaço acessível, mas a obra só poderá ser feita durante o recesso de fim de ano. E o que se viu naquela so-

lenidade foi a dificuldade de acesso e locomoção dos cadeirantes e representantes de diversas entidades públicas e privadas que prestam relevantes serviços à luta das pessoas com deficiência e que, por esta razão, foram agraciadas naquela solenidade.

A Deputada Érica Kokay, coautora do requerimento de homenagem, propôs, com didatismo, que, no próximo ano, cadeiras de rodas e vendas fiquem à disposição dos Deputados, para que todos sintam e entendam as dificuldades de acesso mais sérias enfrentadas todos os dias por pessoas com deficiência, já que acessibilidade é o primeiro passo para a inclusão.

O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, Sr. Presidente, é uma data para renovar mobilização permanente por mais inclusão social e cidadania para portadores de deficiência e foi instituído pelo movimento social em encontro nacional realizado em 1982. Foi escolhido o dia 21 de setembro pela proximidade com a primavera e com o Dia da Árvore, numa metáfora ao nascimento das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições de todos os portadores de necessidades especiais.

Temos leis. Mas a verdade é que, entre o arcabouço legal e a realidade cotidiana, existe um hiato que impede as pessoas com deficiência de terem asseguradas condições básicas de vida. É necessário que se reconheça que as determinações legais são ainda uma utopia para grande parte das pessoas com deficiências.

Por isso, cabe ao Congresso Nacional juntar-se a essa luta pela defesa de políticas públicas que garantam direitos sociais, redistribuição de renda e participação política em igualdade de condições. A deficiência não pode combinar com descaso, dificuldade e desrespeito.

Outro motivo de reflexão e angústia para o qual peço a atenção dos que agora me ouvem é que no Brasil, durante muito tempo, as principais causas da paraplegia foram a poliomielite e as doenças congênitas; agora são os acidentes de carro e as sequelas de tiros. As estatísticas mostram que, por dia, quase 550 pessoas ficam com problemas por causa de acidentes de carro no País, o que dá uma média de 200 mil cadeirantes por ano.

Por fim, concluo que, na área de educação, precisamos trabalhar a inclusão escolar com responsabilidade, formando professores especializados, informando a rede escolar e aparelhando-a de tal modo que haja um efetivo resultado positivo de inclusão e não simplesmente a substituição de um sistema paralelo de educação especial por um sistema de exclusão camuflada em inclusão.

Nesta Casa, composta por 513 Deputados, apenas três são portadores de deficiência física: Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Walter Tosta (PMN-MG). A eles, o meu reconhecimento e o meu respeito pela luta pessoal e pela condição que personificam. A todas e a todos os brasileiros portadores de necessidades especiais reitero a minha solidariedade, o meu empenho e o meu engajamento.

Como, nesta vida, só fracassamos quando desistimos de tentar, espero que cada um de nós se conscientize de que a vitória começa com o propósito de vencer e encontre sempre forças para a luta nossa de cada dia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada pela sua atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Parabéns a V.Exa., Deputada Celia Rocha, pelo tema que abordou.

De fato, a questão do cumprimento do arcabouço legal referente ao deficiente é bastante complexa, tendo em vista a realidade do dia a dia, que merece atenção especial.

Ontem mesmo recebi alguns deficientes visuais que me revelaram as dificuldades que têm até de comprar equipamentos. Uma impressora normal é comprada no mercado por mil reais; a deles custa quase 15 mil, 20 mil reais. Precisamos, então, rever a legislação que diz respeito a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Dando prosseguimento ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Augusto Carvalho, do PPS do Distrito Federal.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS – DF. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, aproveito o ensejo em que V.Exa, Deputado Izalci, também eleito pelo povo do Distrito Federal, está presidindo a sessão para falar sobre audiência que tivemos com a Ministra Gleise Hoffmann.

Na oportunidade, a bancada de Brasília externou sua indignação contra os movimentos que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal estão fazendo – já fizeram, aliás – no sentido de transferir parte dos seus órgãos diretivos para São Paulo.

Nessa audiência que quero reverberar nesta Casa, S.Exa. foi enfática ao afirmar que não cabe ao Governo decidir sobre o caso, ou seja, se quadros diretivos daquelas duas instituições podem ser transferidos para São Paulo ou qualquer outra praça, malgrado as informações de que dispomos de que muitas vezes reuniões têm sido feitas sem a presença de dirigentes do Banco do Brasil. Assim sendo, encarecemos à Sra. Ministra a necessidade de que seja averiguada a ocorrência dessas reuniões.

Claro que hoje há reuniões realizadas por videoconferência, dependendo da premência e da necessidade da decisão, mas não como prática de esvaziamento de um banco. Os funcionários têm nos trazido informações de que vários colegas têm sido transferidos – aliás, às centenas – para o Estado de São Paulo.

Por isso, nossa bancada recolheu as palavras da Ministra como um compromisso do Governo da Presidente Dilma de manter a direção do Banco do Brasil em Brasília.

Na verdade, esse é um dos pontos que tem levado os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica a prosseguir a greve deflagrada há alguns dias. Além das reivindicações econômicas, há a reivindicação fundamental de que Brasília não seja esvaziada. Especialmente os bancários do Distrito Federal colocam isso como um dos temas que têm de estar contemplados nas negociações com as duas instituições financeiras.

Na ocasião, externamos ainda à Ministra Gleise Hoffmann a esperança de algum dia outros órgãos de empresas e autarquias que até hoje insistem em ficar no Rio de Janeiro, como é o caso da PETROBRAS, sejam transferidos para Brasília. Queremos consolidar a Capital da República, e aqui, como é determinação do Estado, deve ser a sede de todos os órgãos da administração federal, inclusive das empresas de porte nacional.

Feito este registro, Sr. Presidente, aproveito ainda o momento para comentar a reação às manifestações ocorridas durante quarta-feira, dia 12, quando o povo saiu às ruas, especialmente em Brasília, clamando pelo fim do voto secreto. E, hoje, vejo a reação de alguns Parlamentares, que publicamente já se posicionaram dizendo ser muito difícil a aprovação dessa matéria no Congresso Nacional. E, ao contrário, eu insisto em dizer: é uma questão de vontade política. Os Líderes nesta Casa tudo podem. Se pautar essa matéria for do interesse das Lideranças, poderemos proceder à sua votação na Câmara dos Deputados e, na sequência, os Srs. Senadores vão se manifestar, dizendo se acham difícil ou se vão ouvir o clamor das ruas. Da nossa parte, já vimos Líderes de diversos partidos se manifestarem daquele microfone, porém não vimos, até agora, a sequência dessa manifestação de vontade.

Vejo com muito bons olhos a sugestão do Presidente Marco Maia de incluir na pauta de votação da próxima semana o Projeto de Lei nº 595, de 2003, que prevê a flexibilização do horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil*. Essa é uma decisão sábia, Sr. Presidente. Já há muito tempo não apenas os segmentos ligados à radiotransmissão no País, mas também a sociedade clamam por isso. Tudo aquilo que é imposto, tudo aquilo que é compulsório – rede nacional todos os dias, às 19 horas – não conspira a favor da democracia, eu diria.

Portanto, a decisão do Presidente Marco Maia de pautar essa matéria vem ao encontro do clamor de vastos segmentos da opinião pública brasileira e de nós, democratas, que cada vez mais entendemos que estamos no reino da liberdade.

Algum dia a nossa democracia chegará à maturidade, o que vai nos levar ao estabelecimento do voto facultativo. Quando tivermos educação política, quando tivermos o amadurecimento das nossas instituições e o nosso povo efetivamente exercer sua consciência política, teremos maioria para aprovar essa tese que nos é muito cara, a do voto facultativo.

Portanto, a flexibilização do horário do programa *A Voz do Brasil,* de tal maneira que possa ser transmitido entre as 19 horas e 22 horas, é uma medida correta. O Presidente Marco Maia foi sensível à inclusão dessa matéria Ordem do Dia. Então, por que não colocar o fim do voto secreto também na Ordem do Dia? Basta a vontade política ser manifestada pelo Presidente da Casa e pelo Colégio de Líderes.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Carvalho, o Sr. Izalci, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – O Deputado Izalci usará da palavra, fechando o Pequeno Expediente. Logo a seguir, abriremos o período de Comunicações Parlamentares, para o qual estão inscritos, para falar por 10 minutos cada um, a Deputada Célia Rocha e os Deputados Mauro Benevides, Amauri Teixeira, Izalci e Augusto Carvalho.

Entretanto, quero saber se o Deputado Mauro Benevides gostaria de fazer algum registro antes do pronunciamento do Deputado Izalci. Se quiser, como sempre, nós vamos fazer uma concessão.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu aguardo o pronunciamento do nobre Deputado Izalci e falarei, logo em seguida, se V.Exa. mo permitir, após o nobre Deputado de Brasília, que hoje pontificará da tribuna na sessão solene em homenagem ao Dia do Professor. Pelo que sei, S.Exa. será o orador principal deste magno evento que vai, naturalmente, homenagear os docentes de Brasília e de todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – V.Exa. tem a precedência estatutária. A Deputada Celia Rocha com certeza vai anuir, como todos anuímos que,

após o pronunciamento do Deputado Izalci, V.Exa. faça uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (Bloco/PR – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, como foi dito pelo nobre Deputado Mauro Benevides, às 15 horas, homenagearemos os educadores pela passagem do Dia do Professor, que se comemora amanhã, dia 15 de outubro. O requerimento para a realização da sessão solene foi também assinada pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, de Tocantins, e pelo Deputado Wilson Filho, da Paraíba. Estão todos convidados para essa sessão.

Quero aproveitar a oportunidade, Presidente Amauri Teixeira, para falar um pouquinho exatamente sobre esse tema.

Hoje, o *Jornal do Senado* trata do piso salarial dos professores. Infelizmente, nove Estados ainda não conseguem pagar o piso salarial dos professores. Atualmente, o piso aprovado pelo Congresso Nacional, corrigido monetariamente, representa 1.187 reais para uma jornada semanal de 40 horas. Os Estados de Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul ainda não cumprem o que foi aprovado por esta Casa e pelo Senado Federal.

Alguns Governadores de Estado questionaram, perante o Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade da lei, que não poderia atingir os Estados e Municípios, já que cabe a eles pagar a conta. Mas o Supremo declarou a lei constitucional.

Logo em seguida, Governadores Estaduais reivindicaram ao Supremo o direito de incorporar ao salário dos professores outras verbas a eles pagas para justificar o pagamento do piso. Assistimos a isso em vários Estados: Minas Gerais, Ceará. Minas Gerais, por exemplo, onde o piso era de 369 reais, passou agora a pagar 712 reais por uma jornada semanal de 24 horas – isso somado às parcelas do plano de carreira. Esse artifício fez com que o Plano de Carreira fosse por água abaixo, porque as faixas ficaram idênticas. É o jeitinho brasileiro.

Com a alteração da Constituição no que diz respeito aos repasses para Estados e Municípios, o Governo lançou mão das contribuições. Hoje, com as chamadas contribuições, o Governo arrecada muito mais do que com os impostos. Por que será? Exatamente porque as contribuições não são repassadas para Estados e Municípios, não fazem parte do Fundo de Participação dos Estados e do dos Municípios. Esse foi o jeitinho que a União encontrou para não repassar tudo o que deveria transferir para os Estados e Municípios.

O mesmo acontece com os com os planos de carreira dos professores. Hoje, para os professores – isso não ocorre só com os professores, mas principalmente com eles —, os proventos garantidos na aposentadoria são mínimos! Em Minas Gerais, era de 369 reais até o mês passado. O resto são os penduricalhos – tempo de serviço, gratificação disso, daquilo – que não são incorporados ao salário para efeito de aposentadoria. Encontram-se esses jeitinhos para não fazer realmente o que é fundamental, valorizar o professor.

Não temos, portanto, grandes motivos para comemorar o Dia do Professor. Faremos aqui, à tarde, evidentemente, uma homenagem a eles, mas muito mais com o objetivo de, juntos, buscarmos uma solução para o problema da valorização dos profissionais, o que é fundamental para o País.

Qual é o pai ou a mãe de família, atualmente, que deseja que o seu filho seja professor? Muito pelo contrário, os pais, hoje, mesmo quando o filho tem vocação, fazem de tudo para que ele não siga o caminho da pedagogia, exatamente pela falta de valorização, pela falta de reconhecimento do poder público a essa profissão.

Espero que esta Casa, agora, com a aprovação do Plano Nacional de Educação – tenho orgulho de fazer parte da Comissão Especial que trata do tema —, discuta aprofundadamente essa matéria e valorize, de fato, os professores, estabelecendo um salário digno para essa categoria profissional.

Lembro-me muito bem de que, quando cheguei a Brasília, ainda em 1970, fui estudar numa escola pública. Até 1974, 1975, as escolas públicas eram excelentes. Mas eu me lembro também muito claramente que nessa época – com 15 anos, eu já era praticamente diretor financeiro de uma grande escola – o salário dos professores era bastante próximo do vencimento de um juiz de Direito. Os professores tinham crédito em todos os estabelecimentos. Eram, talvez, o segmento que mais tinha crédito na praça – financeiramente falando —, sem falar da valorização, em termos de respeito e de cidadania.

Hoje, à tarde, vamos nos manifestar um pouco em relação a isso e discutir um pouco o tema, para que possamos, de fato, resolver essa questão premente no Brasil.

Peço mais um minuto da paciência de V.Exa., Sr. Presidente, para aproveitar a fala do Deputado Augusto Carvalho, uma vez que também estive na reunião com a Ministra-Chefe da Casa Civil sobre o Banco do Brasil. Quero informar que estou coletando assinaturas da bancada para um requerimento de convocação do Presidente do SEBRAE. Segundo informações que chegaram ao meu conhecimento, o SEBRAE Nacional

também já abriu escritório em São Paulo – um escritório com espaço bastante relevante – e está esvaziando o SEBRAE do Distrito Federal. Convidaremos o Presidente do SEBRAE nacional para vir a esta Casa esclarecer a verdade dos fatos, da mesma forma que estamos procedendo com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica.

Fica, portanto, registrada minha preocupação no que se refere ao esvaziamento desses órgãos no Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Parabéns, Deputado Izalci. Acho que todos nós, exceto a Deputada Célia Rocha, que é mais nova do que os demais presentes, estudamos em colégios públicos. Eu estudei no Central, na Bahia, e fiz vestibular para Medicina em faculdade pública. Em casa, havia uma regra e meu pai sempre dizia: *"Vocês podem fazer faculdade, mas pública".* Ele não aceitava pagar faculdade. Então, em nossa época, todos nós desfrutamos da boa qualidade do ensino público, que precisa ser restaurado.

Quero parabenizar V.Exa., Deputado Izalci, pela sessão especial de hoje destinada a homenagear o profissional mais importante deste País, o professor.

Em nome da Mesa Diretora e da Casa, quero homenagear os professores e convocar todos para hoje, às 15 horas, estarem nessa sessão de homenagem, discutindo os problemas dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Não há oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Apresentação de proposições.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS:

INDICAÇÃO Nº 1.802, DE 2011
(Do Sr. Izalci)

Sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a inclusão de livros de conhecimentos gerais, literatura, história do Brasil ou poesia nas cestas de alimentos distribuídas por meio dos Programas Sociais destinados a Famílias de Baixa Renda.

Excelentíssima Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

A Constituição Federal preconiza, no art. 6º, que são direitos sociais **a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma daquela Lei Maior.

Por seu turno, o art. 225 da Carta Magna determina:

> "Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

A presente Indicação tem como objetivo possibilitar o acesso da população de baixa renda à leitura, com a inclusão de livros de poesia, história do Brasil, conhecimentos gerais ou literatura nas cestas de alimentos distribuídas por meio dos Programas Sociais destinados a Famílias de Baixa Renda.

A situação da leitura no Brasil é precária. Todo o conhecimento acadêmico da humanidade está nos livros, sejam eles concretos ou virtuais. É preciso ler e saber ler, ou seja, interpretar o texto. Na França, cada pessoa lê, em média, 25 livros por ano. No Brasil, a estatística aponta a leitura de pouco mais de um livro por brasileiro. A questão é cultural, de hábito, de vivência.

É relativamente simples transformar uma criança em leitora assídua. As crianças costumam adorar livros, as histórias, as ilustrações, têm sede de conhecimentos, de fantasias, de descobertas, estão em fase de formação e de adquirir os gostos e hábitos que as acompanharão por toda a vida.

Em virtude dos preços praticados nas livrarias, os filhos das famílias de baixa renda não tem acesso ao hábito da leitura, em virtude de seus parcos recursos disponíveis para a cultura. Sendo os livros a maior fonte de conhecimento de que dispomos, eles têm o mérito de contribuir definitivamente para a conquista do saber, constituindo-se no maior instrumento à disposição da educação e, também, da cidadania.

Considerando o exposto, sugerimos a inclusão de livros nas cestas de alimentos distribuídas por meio dos Programas Sociais destinados a Famílias de Baixa Renda.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2011. – Deputado **Izalci.**

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Vai-se passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Mauro Benevides, nosso decano, pelo PMDB.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Amauri Teixeira, ilustre representante da Bahia nesta Casa, com proficiente atuação, comprovada pela sua presença constante nessa tribuna, defendendo os interesses do seu Estado e do próprio País; nobre Deputado Izalci; Sras. e Srs. Deputados, durante a mobilização de opinião pública levada a efeito no último dia 12, preponderou, como item realçante, o apelo ao Poder Judiciário para que delibere, conclusivamente, em torno da aplicabilidade da chamada Lei da Ficha Limpa, pendente de definição dos eminentes integrantes do Supremo Tribunal Federal.

Aquela Corte Maior ainda espera pela nomeação do substituto da eminente Ministra Ellen Gracie, cuja aposentadoria, em agosto passado, desfalcou o respectivo e soberano Plenário, sobretudo em julgamentos dessa inquestionável magnitude.

O Relator do feito, Ministro Luiz Fux, ultima o seu alentado parecer, esperando, naturalmente, que a matéria volte a ser inserida na Ordem do Dia, quando se completar a composição do chamado Pretório Excelso.

Em face da delonga ocorrida, aquele item acha-se à espera de que a vaga passe a ser preenchida, habilitando o STF a deliberar com a sua composição ultimada, através da posse do novo Ministro, a ser escolhido, nas próximas horas, pela Presidente Dilma Rousseff, a quem cabe a indicação formal da candidata ao devido posto, que será sabatinada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e a seguir, naturalmente, votada pelo Plenário da outra Casa, que já tive o privilégio de dirigir em década passada.

Há quem prognostique que o lugar seria ocupado igualmente por uma magistrada já com experiência e tirocínio alicerçados em outros tribunais, entre várias juristas citadas, na especulação natural dos integrantes da mídia nacional.

Sendo assim, é bem possível que ainda no corrente mês seja conhecida a substituta de Ellen Gracie, que chegou a presidir, com invejável proficiência, a mais alta Casa do Poder Judiciário do nosso País.

Se assim ocorrer, Sr. Presidente e Deputado Izalci, o pleito de 2012, para Prefeito e Vereador, já poderá ser levado a cabo sob a égide daquele diploma legal, ora apontado como indispensável para a correção de imperfeições na legislação vigorante, no tocante a aspectos éticos inafastáveis para a reclamada lisura de tais competições democráticas.

Portanto, Sr. Presidente, há essa expectativa. E nós estamos absolutamente convictos de que a Presidente da República diligenciará, com a presteza e o acerto desejados, a indicação da futura Ministra ou do futuro Ministro, a fim de que essa indicação seja submetida, como preceitua a norma constitucional, ao exame do Senado Federal, inicialmente pela sua Comissão de Constituição e Justiça, onde a sabatina será efetuada, e depois à manifestação soberana do Plenário da Casa.

Composta, portanto, a íntegra do Plenário naquela Casa, naquele tribunal onde pontificam figuras estelares da vida jurídica brasileira, esperamos que haja manifestação conclusiva e final em torno da Lei da Ficha Limpa, que decorreu de uma mobilização popular trazida a esta Casa, chancelada, naquele momento, por todos nós que compomos esta Casa legislativa.

Ressalto, Sr. Presidente, que a aplicabilidade da lei não ocorreu no pleito anterior exatamente em função da prevalência do princípio da anualidade. Foi assim que decidiu a Corte Suprema. Daí por que se espera que essa transferência de aplicação se efetive no próximo ano, porque assim o desejam todos os segmentos sociais que se reuniram agora em Brasília e expressaram, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, esse sentimento latente em todas as camadas da população brasileira.

Portanto, o meu pronunciamento objetiva exatamente expressar confiança em que o Supremo Tribunal Federal, recebendo naturalmente o seu novo ou a sua nova integrante, possa decidir soberanamente sobre essa e outras matérias relevantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – A próxima oradora inscrita nas Comunicações Parlamentares é a Deputada Celia Rocha, pelo Bloco Parlamentar PSB/PTB/PCdoB. Tem a palavra S.Exa.

A SRA. CELIA ROCHA (Bloco/PTB – AL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria somente que V.Exa. aceitasse este discurso como lido. Desejava tê-lo feito na ocasião da comemoração dos 21 anos do Sistema Único de Saúde, mas não foi possível.

Aproveito este momento para conversar um pouco com os Srs. Deputados e ouvir deles o que acham que vai acontecer com o projeto de lei aprovado por esta Casa sem a inclusão da CSS. Quero saber o que S.Exas. imaginam que vai acontecer com esse projeto que teve seu nascedouro no Senado, veio à Câmara e, por conta de um substitutivo global, voltou ao Senado.

No meu ponto de vista, os Senadores terão quatro opções: a primeira delas é rejeitar totalmente o subs-

titutivo da Câmara, o qual, no meu modo de ver, ficou um monstrengo, uma coisa sem sentido. É que, derrubada a CSS, apesar da definição do que são e do que não são ações de saúde, foi colocado no projeto um parágrafo que retira 58 bilhões da base de cálculo, correspondente à retirada desse valor do FUNDEB.

Então, o projeto saiu da Câmara negativo: 7 bilhões a menos e 3 bilhões a mais, por conta do enquadramento dos Estados no que diz respeito ao que são e ao que não são ações de saúde. Foi um monstrengo o que acabou sendo encaminhado ao Senado.

E o que fará o Senado? Estou extremamente preocupada, porque quando se fala em saúde a tendência é procurar um imposto que cubra as despesas do setor. No entanto, não vejo se procurar recurso, imposto novo para fazer PAC, nem para investir em trem-bala, nem para capitalizar o BNDES a fim de fazer empréstimo a poucas e grandes empresas.

Mas quando se trata da saúde, como muito bem diz o meu amigo Deputado Osmar Terra, ela é vista como o patinho feio principalmente pela equipe econômica, haja vista o que sempre se procura: sobretaxar cigarro, sobretaxar bebida alcoólica, taxar as grandes fortunas – conversa que ouvimos há 20 anos e que nunca sai do papel —, recorrer aos recursos pré-sal, mas ainda vai demorar uns 10 anos para que o Brasil se beneficiar deles.

Enfim, o que será que vai acontecer com o Sistema Único de Saúde, que, por mais que a grande imprensa queira considerar pequeno, é o sistema mais includente já visto neste País?

É bom que o usuário do SUS se lembre de que, anos atrás, era preciso apresentar a carteirinha do INAMPS para ter acesso a hospital, porque não existia prevenção. Só existia a medicina curativa, e se precisava ter a carteirinha do INAMPS para ter acesso a ela. Hoje, o SUS incluiu uma quantidade enorme de pessoas que eram atendidas pelas santas casas de misericórdia ou pelos Municípios, que davam quase nada de atenção à saúde do povo.

Essa é a grande preocupação que trago a esta Casa. Acredito que cada Deputado precisa conversar com os Senadores amigos, ligados politicamente, ou dos seus Estados, para que, rejeitando o projeto encaminhado pela Câmara, façam ressurgir o projeto do Senador Tião Viana, que destina 10% da receita bruta ao Sistema Único de Saúde. Aí, sim, o tão aguerrido e lutador Ministro Alexandre Padilha poderá respirar e ter fôlego para fazer o que tem vontade e o que precisa ser feito para o povo brasileiro.

A grande mídia também precisa olhar para o nosso sistema de saúde pelo lado positivo, pelo que ele tem de bom, e o usuário do SUS defender uma conquista da Constituição de 1988. Com certeza, o que cada brasileiro quer é um SUS cidadão, o SUS da Constituição de 1988.

Espero que cada Deputado desta Casa encontre, com os Senadores, um caminho para que o projeto do Senador Tião Viana possa ser aprovado, a saúde possa respirar e o povo possa ter uma atenção melhor do que vem tendo ao longo de tantos anos de subfinanciamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Era o registro que queria fazer.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em seu famoso *Discurso sobre o método,* René Descartes já ensinava que, para sairmos do senso comum e das percepções individualistas do chamado bom senso, é preciso utilizar um método científico e racional para discernir as ilusões dos sentidos. A semana passada, o Sistema Único de Saúde, criado pela Lei nº 8.080, de 1990, completou 21 anos. E, ao contrário do que dizem alguns, alegando dar voz ao senso comum, temos, sim, muito a comemorar.

De acordo com pesquisa – científica e racional – realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em fevereiro de 2011, 80% dos usuários do Programa de Saúde da Família, 70% dos pacientes que receberam assistência farmacêutica e metade dos que procuraram assistência médica eletiva no SUS avaliam o atendimento como bom ou muito bom. E isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isso não é pouca coisa!

O SUS é um serviço notável de atenção à saúde, a começar pela ambição de seu objetivo constitucional de garantir atendimento a todos os brasileiros.

O SUS conta com 40 mil equipes do Programa Saúde da Família, 240 mil agentes comunitários de saúde e 22 mil equipes de saúde bucal. Oitenta e sete milhões de brasileiros são atendidos anualmente pelo Programa Brasil Sorridente, em odontologia.

São 500 milhões de consultas médicas, 11 milhões e 300 mil internações e 3 bilhões e 200 milhões de procedimentos ambulatoriais por ano!!

O sistema conta ainda com 25 centrais estaduais de transplantes organizadas, o que permitiu a realização de 24.600 transplantes só em 2011. A integralidade da população brasileira (mais de 190 milhões de pessoas) é beneficiada gratuitamente pelo SUS, que produz anualmente 7 bilhões e 800 milhões de unidades de 400 tipos diferentes de medicamentos, entre eles remédios para diabetes, hipertensão e câncer, incluídos aí 163 milhões de medicamentos antirretrovirais,

usados no tratamento da AIDS, doença a respeito da qual o programa brasileiro de prevenção e tratamento tem reconhecimento internacional.

Em 21 anos, podemos elencar grandes conquistas do SUS, como a erradicação da paralisia infantil, do sarampo, da rubéola, a redução da incidência da difteria, da coqueluche e do tétano neonatal, obtidas com o Programa Nacional de Imunização. A mortalidade infantil caiu para 19 por mil crianças nascidas vivas e a expectativa de vida do brasileiro subiu para 72 anos em média.

Como disse o Ministro da Saúde Alexandre Padilha, o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que assumiu o desafio de ter um sistema universal, público e gratuito de saúde.

Lógico que existem problemas e devemos todos contribuir para superar as deficiências do SUS, incluindo discussões sobre a formação de recursos humanos, os modelos de gestão hospitalar e, principalmente, a questão do financiamento do sistema, que não será, de forma alguma resolvido, com a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

A regulamentação aprovada na quarta-feira passada especifica o que é considerado efetivamente gasto com saúde, dentro do percentual de 12% para Estados e 15% para Municípios. A regulamentação da Emenda 29 fixa critérios para os gastos, evitando que Estados incluam outras despesas para cumprir o percentual de 12%, como despesas com merenda escolar, por exemplo.

O Ministério da Saúde estima que o Brasil precisa investir, por ano, mais 45 bilhões de reais no SUS, para equiparar os serviços prestados ao nível de países sul-americanos como Chile e Argentina.

Como lidar com o gargalo do financiamento para a saúde? O caminho é aprovar o imposto sobre grandes fortunas, para que aqueles que têm patrimônio elevado contribuam com mais recursos, favorecendo a parcela mais pobre da população? Devemos destinar parte dos recursos provenientes da exploração de petróleo da camada do pré-sal para o setor? Sobretaxar cigarros e bebidas alcoólicas pode ser a solução?

São possibilidades sobre as quais o Senado Federal precisa se debruçar e discutir, com espírito público, seriedade e bom senso: o mesmo bom senso a que se referia René Descartes para discernir, com método, racionalidade e estratégia, aquilo a que o filósofo francês combatia como sendo as ilusões dos sentidos.

No 21º aniversário do SUS poderíamos repetir, como disse Martin Luther King, que "*talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser. Não somos o que iremos ser. Mas, graças a Deus, não somos o que éramos".*

Agora, sem dúvida nenhuma, chegou o momento de elencar medidas estratégicas de financiamento público ao Sistema Único de Saúde e definir caminhos que permitam o equilíbrio entre um sistema que permite assistência universal e integral, lida com financiamento precário, deficiente e limitado! Mas a grande e determinante medida cabe ao Governo Federal. A Presidente Dilma Rousseff precisa ter a coragem de elencar a saúde dos brasileiros como a meta prioritária das ações do seu governo.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos sabemos que não existe problema sem solução. O desafio está em definir a solução para o problema. E priorizar a solução! Se temos dinheiro para a Copa do Mundo, então por que não temos para a saúde?

Todos nós aqui presentes sabemos o que é eleger prioridades dentro de nossas respectivas casas. Somos levados a fazer escolhas todos os dias de nossa vida. Priorizar não significa excluir o restante, mas, sim, determinar uma ordem de importância (ou de urgência) ao que se precisa fazer. Assim deve ser com o País, já que a Pátria é (e precisa ser) a família ampliada.

Por isso, o Estado brasileiro não pode mais postergar o caminho para brecar o subfinanciamento do SUS, porque, definitivamente, é impossível manter e ampliar serviços universais, integrais e com qualidade a um dos maiores, mais abrangentes, inclusivos e democráticos sistemas de saúde do mundo, que é o SUS, com o atual nível de financiamento de que dispõe o sistema.

Todavia, repito aqui, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas: se a saúde não for prioridade dos Governos, o financiamento para o setor vai perder mais e mais musculatura, até definhar, adoecer gravemente e morrer!

Era o que eu tinha a dizer!

Muito obrigada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Concedo a palavra, em Comunicações Parlamentares, ao Deputado Augusto Carvalho, pelo PPS do Distrito Federal.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (Bloco/PPS – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comentar o veto aposto pela Presidente Dilma a projeto de autoria do ex-Deputado Laerte Bessa que alterava lei de nossa autoria que regulamenta a profissão de bombeiro civil.

Sr. Presidente, essa lei é emblemática dos percalços que sofrem os Parlamentares nesta Casa. Durante 15 anos, acompanhamos a tramitação do projeto que a originou, perseguindo a sua aprovação. Quinze anos indo de uma Comissão para outra, recebendo emendas,

sendo arquivado ao final de uma Legislatura, sendo desarquivado, até que, aprovado, o Presidente Lula, reconhecendo a justeza da propositura, o sancionou ainda no ano de 2009.

Mal a lei vigeu, pelo prazo de 1 ano, e eis que o ex-Deputado Laerte Bessa entrou com um projeto modificando a regulamentação de uma profissão que hoje existe em todo o País, a de brigadista, ou de bombeiro civil, com a sua caracterização e seus direitos, tal como disposto em nosso projeto. Todo o prazo do mundo tiveram os oponentes da ideia para modificá-la, no entanto, assim que o a proposição foi sancionada, entraram logo com um projeto tentando descaracterizar os propósitos que a motivaram, mudando o nome de bombeiro civil para brigadista privado, brigadista particular.

Ora, Sr. Presidente, não se trata de um mero jogo de palavras. Essa proposta, felizmente abortada pela Presidente Dilma, certamente oculta, no jogo de palavras, uma intenção malévola de derrubar conquistas consagradas quando da sanção daquele projeto de lei.

Por isso, Sr. Presidente, primeiro, questionamos a maneira ligeira, eu diria, usando um eufemismo, com que a matéria foi aprovada na Câmara. A cúpula militar – ou pelo menos alguns dos seus integrantes – não só do Distrito Federal, mas também de alguns Estados se movimentou no sentido de consagrar os privilégios que podem se manifestar no monopólio de certas hierarquias militares na autorização para funcionamento de academias de formação daquele tipo de mão de obra.

Alguns militares de alta patente dos Corpos de Bombeiros se movimentaram e conseguiram, ainda no ano passado, no final das eleições, quando a Câmara estava num momento de menor intensidade de trabalho, de sessões sem muita discussão, sem muito debate, que a matéria fosse aprovada na Comissão do Trabalho de forma terminativa, sendo, em seguida, encaminhada ao Senado. No Senado, da mesma forma, o projeto foi aprovado também de maneira ligeira pela Comissão de Assuntos Sociais – sequer passou pelo plenário das duas Casas!. Então, havia uma intenção, à sorrelfa, de se sabotar aquilo que se conseguiu com a sanção da lei.

Por isso, venho aqui me regozijar com os milhares de bombeiros civis do País que viram com preocupação essas manobras urdidas de maneira não muito clara, principalmente na forma ligeira, como eu disse, de a matéria ser apreciada em apenas duas Comissões da Câmara e do Senado.

Espero que o veto seja mantido. Estaremos atentos, e peço a V.Exas., Srs. Deputados, que, quando da apreciação do veto, possamos mantê-lo e, dessa forma, dar tranquilidade a essa categoria que estava até então sem qualquer tipo de proteção.

Sr. Presidente, aproveitando os minutos que me restam, eu gostaria de externar a minha esperança na paz no Oriente Médio, possibilidade que repercute no mundo inteiro, nas relações bilaterais do Brasil com a União Europeia, com os Estados Unidos, e especialmente com aquela parte do planeta.

Depois de exaustivos anos de negociação, chega-se a uma perspectiva muito otimista, sob os auspícios do Governo do Egito, da Anistia Internacional e de diversos países que têm se movimentado na busca de formas concretas que possam levar à retomada das negociações de paz naquela parte do planeta.

Vejo com muito bons olhos o acordo que está por ser celebrado entre o Governo de Israel e o Hamas, grupo palestino que controla a Faixa de Gaza, o que levará à libertação um soldado israelense feito prisioneiro há mais de 3 anos e à libertação, por parte de Israel, de 1.027 prisioneiros palestinos trancafiados em presídios israelenses sem qualquer julgamento formal do Judiciário, sem direito a defesa, alguns deles condenados a prisão perpétua.

Considero, Sr. Presidente, um passo importante o fato de a Autoridade Palestina ter ido ao plenário da Organização das Nações Unidas encaminhar ao seu Secretário-Geral, Ban Ki-moon, o pedido de reconhecimento do Estado Palestino. Na famosa declaração de 1947, a ONU determinou a coexistência pacífica de dois Estados: o Estado judeu e o Estado palestino.

O Estado judeu foi consolidado, o que não aconteceu com o Estado palestino, cujo povo vive na diáspora, vive sob opressão de forças que ocupam territórios ancestrais, há milênios habitados por ambos os povos.

Sr. Presidente, a paz no mundo e o terrorismo, que hoje virou ameaça global, não serão deslindados se não houver a negociação que leve a um acordo sobre fronteiras seguras entre Israel e o Estado Palestino.

Espero que o passo agora dado, que leva à libertação de milhares de prisioneiros palestinos e à libertação, por outro lado, de um soldado israelense, tomado como refém pelo grupo Hamas, seja significativo para a retomada das negociações de paz. E que essas negociações possam culminar no reconhecimento mútuo de existência do Estado de Israel pelo campo palestino, do Estado Palestino não só pelo Estado de Israel como pelas demais nações.

Espero que o Conselho de Segurança da ONU venha, em breve manifestação, reconhecer o processo legítimo de autodeterminação do povo palestino com a constituição de um Estado soberano, com fronteiras resguardadas sob a proteção do Direito Internacional. E que a situação dos refugiados, que a situação da

Capital do Estado Palestino, tendo Jerusalém como sua sede, seja resolvida e, na sequência, que passos sejam percorridos para que definitivamente os povos israelense e palestino possam conviver harmonicamente, criando um ambiente que contamine positivamente o Oriente Médio e o mundo todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Padre Ton, do PT de Rondônia.

O SR. PADRE TON (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero deixar registrado da tribuna da Câmara dos Deputados que, no dia 7 de outubro, sexta-feira passada, foi realizado um seminário sobre o Projeto Balde Cheio, na cidade de São Felipe d'Oeste, em Rondônia, um Estado agrícola e pecuarista.

O que é o Projeto Balde Cheio? É um programa de melhoria da produção e de qualificação do leite para agricultores familiares. Ele foi pensado por um técnico da EMBRAPA de São Paulo. Espalhou-se pelo Brasil e já funciona em 23 Estados da Federação. Em Rondônia, o projeto funciona em 16 Municípios.

O seminário contou com a presença do Presidente da Fundação do Banco do Brasil, Jorge Streit; do Secretário de Agricultura do Estado, o ex-Deputado Federal Anselmo de Jesus; e de um representante da EMATER estadual.

Queremos que o Balde Cheio se transforme em uma política do Governo de Rondônia. Temos recebido um grande apoio do Governador Confúcio Moura. E queremos ainda ter o aporte da Fundação Banco do Brasil nesse projeto de melhoria da produção de leite, com enfoques social, econômico e ambiental.

No sábado, comemoramos em Cacoal, Município administrado pelo Padre Franco, um padre italiano radicado no Brasil, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, a inauguração do Hospital São Daniel Comboni, construído com doações da própria comunidade e de benfeitores italianos.

Ali, com alegria, recebemos o Governador do Estado e o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ali também foi firmado o compromisso do Governo Federal e do Governo Estadual de assumirem aquele hospital destinado a acolher o povo de Rondônia com dignidade.

Quero também, Sr. Presidente, na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, fazer outra comunicação.

No último dia 7, sexta-feira passada, mais um índio do povo pataxó hã hã hãe foi assassinado a tiros no Município de Porto Seguro, no sul da Bahia.

Durante a semana, nós, da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, com o Deputado Amauri Teixeira e vários Parlamentares da Bahia, participamos de uma audiência com a Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, para manifestar àquela Corte nossa preocupação quanto à segurança desse povo.

Os índios pataxós hã hã hães, Sr. Presidente, estão tentando reaver na Justiça o direito a área tradicionalmente ocupada por diversas comunidades indígenas que viviam na região, de onde foram expulsos no início do século. Na audiência, a Ministra Cármen Lúcia mostrou-se muito sensível e conhecedora da realidade desses índios, os primeiros moradores e os donos verdadeiros desta terra.

Um dia antes de mais esse assassinato, juntamente com o Presidente da FUNAI, diversas lideranças pataxó e um grupo de Parlamentares integrantes da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e Deputados Federais simpatizantes estivemos reunidos com a Ministra Cármen Lúcia, do STF, justamente para pedir celeridade no julgamento da Ação Cível Originária nº 312, que corre naquela Corte e que vai decidir se as terras tradicionalmente ocupadas pelos primeiros moradores deste País vão voltar ao domínio dos índios ou se vão continuar com os fazendeiros.

Durante a audiência, a índia Yaranwy Pataxó Hã Hã Hãe, irmã de Galdino Pataxó, assassinado em Brasília em 1997, disse, emocionada, que as lideranças indígenas estão sendo ameaçadas por pistoleiros a mando de fazendeiros da região que tentam intimidar os índios a desistirem da retomada de suas terras.

Portanto, diante de mais esse ato de violência contra os índios pataxó hã hã hãe, quero reforçar o apelo ao Presidente do STF, Ministro Cezar Peluso, para que esse julgamento seja realizado o quanto antes e, com isso, seja colocado um fim no estado de violência crescente contra aquele povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira, pelo PT. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a impressão que as pessoas comuns têm é de que os Ministros do Supremo Tribunal Federal não trabalham. Nós chegamos lá às 9 horas da noite, aproximadamente, e a Ministra Cármen Lúcia, após a sessão do Supremo, ainda recebia pessoas em diversas audiências. Recebeu-nos muito bem, de forma cortês. Mostrou-se sensível, mostrou-se responsável. Já havia visitado a área por três vezes para conhecer o problema, para tomar a decisão.

Por justiça, quero registrar que o Deputado Padre Ton coordenou nosso grupo – o Deputado Valmir Assunção, o Domingos Dutra e eu —, nessa audiência.

A imagem que a sociedade tem dos Ministros do Supremo é a de quem fica, a cavaleiro, em seu gabinete e decide sem conhecer a realidade. A Ministra nos mostrou que conhece a realidade das comunidades indígenas.

A cacique Ilza nos fez chorar com o seu depoimento emocionado. Tenho certeza de que o voto da Ministra Cármen Lúcia – e S.Exa. não nos revelou, evidentemente —, pela sua sensibilidade, pela sua responsabilidade, será a favor das comunidades indígenas. Temos certeza também de que os outros Ministros do Supremo vão acompanhá-la, para pacificar a situação, Deputado Izalci. Tanto para os povos quilombolas quanto para os indígenas, só vai haver pacificação quando acabar a disputa. O que gera e aumenta a violência é a disputa. A insegurança jurídica e a indefinição sobre a posse das terras geram disputa, geram violência, o que prejudica aqueles povos.

Deputado Augusto Carvalho, estive ontem com o Embaixador Paulo Cordeiro, na exposição *Expressões Africanas* – e recomendo a todos que visitem essa exposição. Ele havia voltado da Líbia e nos disse que a situação naquele país está muito melhor do que se pensa por aqui e que há uma tendência à pacificação. E V.Exa., Deputado Augusto Carvalho, falou aqui de importantes medidas.

O Brasil está atento e está acompanhando os fatos – todos nós brasileiros, inclusive a Presidente Dilma Rousseff. O Brasil tem tido a característica de buscar a pacificação dos povos. Todos os nossos Governos tiveram essa preocupação. A nossa diplomacia busca pacificar os conflitos internacionais. E a Presidente Dilma segue na esteira dessa diplomacia pacifista.

Sr. Presidente, quero fazer outro registro para transcrição nos Anais desta Casa. A imprensa brasileira, de certa forma, por tendencionismo, por compromissos com grupos empresariais e econômicos, minimiza o papel dos nossos Governos, principalmente da Presidência da República, tanto de Lula quanto de Dilma. As nossas estrelas, Lula e Dilma, estão brilhando no cenário internacional. Lula recebeu mais um prêmio ontem, nos Estados Unidos – um prêmio importantíssimo. Dilma foi condecorada na Bulgária, Dilma foi ovacionada na ONU e hoje é uma das lideranças internacionais mais importantes. A imprensa estrangeira reconhece o papel de liderança dos Governos brasileiros, tanto de Lula quanto de Dilma. Por outro lado, a imprensa tupiniquim nega essa importância e a minimiza, passando inclusive o sentimento de país subcolonizado e não querendo enxergar o papel do Brasil, hoje, no cenário internacional.

Sr. Presidente, quero ainda parabenizar o Governador Jaques Wagner pelos investimentos realizados na área de geração de energia limpa. Já foi instalado um parque de energia eólica em Brotas de Macaúbas e está prestes a ser instalada pela General Eletric – GE a segunda unidade de fabricação de aerogeradores de energia eólica na Bahia, com investimento inicial de 40 milhões e criação de 40 empregos diretos.

Quero parabenizar o Governador Jaques Wagner e o Secretário de Indústria, Comércio e Mineração, James Correia, pela iniciativa.

Porém, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, com certa preocupação. Sou de Jacobina, mas moro em Salvador há algum tempo. Faço feira, faço minhas compras no Ceasinha do Rio Vermelho, um mercado importante da cidade e que emprega um número considerável de pessoas. Mesmo assim, Salvador não tem um mercado digno. Há um mercado belíssimo em Belo Horizonte; o mercado de São Paulo é um patrimônio importante da cultura do nosso povo; há um mercado importante em Santa Catarina; mas em Salvador não existe um mercado. Não me refiro ao Mercado do Rio Vermelho, mais voltado para o comércio de peças de artesanato, mas ao mercado de entreposto, de venda de gêneros alimentícios etc. A CEASA da Bahia é muito precária.

Mas o Governador Jaques Wagner tomou uma atitude importante: vai reformar a CEASA. As obras começam em janeiro. Queremos parabenizá-lo por isso. Agora, o nosso medo é que a modernização tire a característica mais importante do mercado. A modernização não pode romper com a tradição. Por exemplo: existe em Salvador o Bar do Edinho, um dos poucos bares da cidade que realiza serestas. V.Exa. pode não acreditar, Deputado Izalci, mas de vez em quando vou lá para admirar pessoas de 70 a 80 anos de idade dançando, nos sábados à tarde. Seresta no sábado à tarde parece algo surreal, mas é fabuloso, é uma tradição mantida por Edinho. Não se pode aniquilar isso. A modernização do mercado tem de incorporar todas as tradições, tudo aquilo que faz parte da cultura daquele local.

Mas há outro problema, Sr. Presidente: a obra não pode demorar muito, pois os comerciantes sobrevivem daquilo. Se a obra demorar muito, vai tirar o capital circulante, vai comprometer muito a subsistência dos feirantes, a maioria com mais de 50 anos de idade, lá instalados há mais de 20 anos. Então, a nossa preocupação é que a obra não demore a ser concluída. Mas o Governo Jaques Wagner tem feito obras. Construiu cinco hospitais em 4 anos, sem postergar os prazos, cumprindo o cronograma.

Espero que a EBAL faça o mesmo. E o Governador Wagner exige aquilo que fizemos na Secretaria de Saúde: o cumprimento do cronograma da obra e não postergamento. Pelos hospitais que construímos

– e "pilotei" a construção desses hospitais —, sei que é possível fiscalizar, acompanhar cada etapa da obra, sem postergar **ad infinitum,** como postergaram. Há um hospital na Bahia que o carlismo demorou 18 anos para fazer – e aqui no Distrito Federal deve haver alguma obra desse tipo —, mas não conseguiu concluir. Entramos no Governo Estadual e, nos 2 primeiros anos, entregamos à população do Recôncavo um hospital.

Espero que a CEASA do Rio Vermelho seja entregue no período marcado. E espero mais, Sr. Presidente, em nome daquela comunidade. Em cada box do CEASA do Rio Vermelho são empregadas em torno de oito pessoas. E, normalmente, as pessoas lá empregadas são de áreas sensíveis – do nordeste de Amaralina, da Chapada do Rio Vermelho, áreas sociais em que foram implantadas bases de pacificação. Então, aquela comunidade de feirantes não pode perder o emprego, não pode nem temporariamente ficar sem renda. Pelo contrário: tem de garanti-la.

A nossa preocupação, durante a obra, é com um lugar onde colocá-los. Não podemos jogá-los em boxes precários, improvisados, que afastem a freguesia. Temos que ter o cuidado de, em janeiro, locarmos boxes provisórios que permitam aos comerciantes da Ceasinha do Rio Vermelho exercer dignamente a sua condição de feirantes. São pessoas que vivem na mais perfeita honestidade, que sobrevivem do seu trabalho e do seu suor.

Meu irmão Izalci, costumo dizer que a situação do pequeno comerciante é pior do que a do empregado, porque de domingo a domingo ele está trabalhando. Faço feira aos domingos – porque eu não tenho outro horário – e às vezes aos sábados. E vejo que, aos domingos, eles estão trabalhando. Na segunda-feira, acordam cedo para comprar as mercadorias e arrumá-las – repõem duas vezes por semana. Então, têm que acordar cedo, repor. E por isso trabalham aos sábados e aos domingos. São pessoas que trabalham duramente para garantir a subsistência e que merecem o nosso respeito.

Então, faço um apelo ao Governador Jaques Wagner, em quem confio, Secretário Eduardo Salles, da Agricultura, e ao dirigente da EBAL, para que haja diálogo. Meu apelo é no sentido de que a EBAL dialogue. O Governador Wagner é democrático, o nosso Governo é democrático, mas a EBAL tem-se fechado e se recusado a dialogar com a comunidade da CEASA.

Deve haver uma comissão que acompanhe as obras. As obras só vão ser garantidas, Deputado Izalci, se os feirantes acompanharem a realização de suas etapas.

Que esse patrimônio, o novo mercado do Rio Vermelho, seja entregue em 18 meses.

Parabéns, Governador! Mas fique atento às obras e àquela comunidade, formada por pessoas trabalhadoras, honestas e merecedoras do nosso carinho e do nosso respeito.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna para parabenizar o Governador Jaques Wagner pela importante iniciativa de reformar e ampliar o Mercado Rio Vermelho. Contudo, gostaria de salientar a necessidade de que ele e sua equipe promovam o diálogo com os atuais permissionários do referido Mercado.

O Governo da Bahia, do qual faço parte e me orgulho disso, pauta suas ações de forma democrática e transparente. E, portanto a participação ativa daquele grupo de microempresários no processo é importante, pois, além de gerar emprego e renda, pagar os impostos em dia e contribuir para o desenvolvimento de nossa cidade, muitas dessas pessoas estão na Ceasinha há mais de 20 anos. A grande maioria tem mais de 50 anos de idade. E, da mesma forma, foram fundamentais para a sobrevivência do Mercado quando o mesmo se encontrava em decadência e abandonado.

A construção do novo Mercado tem início previsto para janeiro de 2012 e durará, no mínimo, 18 meses. Neste período, a EBAL pretende alojar os atuais permissionários no prédio da Cesta do Povo, ao lado da Ceasinha. Portanto, Sr. Presidente, friso a importância de que durante as obras haja condições mínimas e legais de trabalho. E, após a conclusão, é preciso ser assegurado aos permissionários o mesmo espaço de trabalho que existe hoje.

Informo ainda, Sr. Presidente, que, de acordo com a Associação dos Permissionários da Ceasinha, já foram enviadas diversas correspondências à EBAL, contendo as principais dúvidas e os questionamentos dos associados. Mas até a presente data não obtiveram resposta. Por isso a importância do diálogo.

A principal preocupação da entidade, que acho muito pertinente, é em relação à redução dos espaços dos atuais permissionários, tanto no mercado provisório quanto no novo Mercado, o que pode ocasionar processo de demissão em massa.

Cada um dos boxes gera, em média, oito empregos diretos, e ainda podemos contar os fornecedores, os entregadores e outros profissionais que atuam de forma indireta. Se a redução se confirmar, os permissionários não terão como manter o mesmo número de funcionários, podendo gerar problemas de ordem social, pois poderá contribuir para o aumento do desemprego em áreas sensíveis, como a Chapada do

Rio vermelho e o Nordeste de Amaralina, bairros onde residem muitas famílias que dependem da Ceasinha para sobreviver.

Por isso, desta tribuna, apelo ao Governador Wagner e a sua equipe, sobretudo à EBAL para que aceite dialogar com os permissionários e trabalhadores da Ceasinha, pelo bem do Mercado e também pela garantia da qualidade do serviço a ser ofertado a nossa população.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, quero informar que uma das maiores empresas do mundo, a General Electric (GE), assinou na segunda-feira (3), na Governadoria, em Salvador, um protocolo de intenções com o Estado para a instalação de uma unidade industrial para fabricação de aerogeradores. O investimento, de R$45 milhões, vai criar 80 empregos diretos.

O Governador da Bahia, Jaques Wagner, afirmou que a capacidade baiana para a produção de energia eólica é muito alta. Segundo ele, seremos o segundo Estado do Brasil em potencial energético dessa natureza.

A GE já é a terceira empresa a aproveitar o potencial baiano. É uma bandeira muito forte e consolidada, que vai fazer na Bahia a peça central, o aerogerador. Isso vai baratear o custo de quem vem se instalar para novos parques de energia eólica e empregar mais gente. O resultado é muito bom, e o Estado tem feito esse esforço para criar mais emprego, mais renda e melhoria de vida para todos.

No final do mês de novembro vai entrar em operação o primeiro parque eólico da Bahia, instalado na cidade de Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina. Com outros 51 em andamento, o Estado lidera o número de projetos nesse setor. A previsão é de que 18 novos empreendimentos entrem em operação até o final de 2012 e formem o principal polo eólico do Brasil.

A GE é a mais antiga empresa de energia do mundo, criada por Thomas Edison, inventor da lâmpada elétrica, e que vem completar essa cadeia de fornecedores para geradores eólicos.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, quero parabenizar a Presidente Dilma Rousseff, que recebeu hoje a condecoração Stara Planina, maior distinção da República da Bulgária.

A nossa Presidente, ao lado do Presidente búlgaro, Georgi Parvanov, disse estar ligada à Bulgária "por laços de sangue e pela memória" do pai, que emigrou do país em 1929 e faleceu no Brasil em 1962.

O Governo brasileiro também concedeu ao Presidente Georgi Parvanov a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Grã-Cruz. O decreto foi publicado nesta quarta no **Diário Oficial da União**.

Ao lado do Presidente búlgaro, Dilma defendeu mais relações econômicas e políticas com o país europeu. Brasil e Bulgária assinaram acordo de cooperação econômica e outro na área de informática.

Dilma deve participar ainda nesta quarta do Fórum Econômico Bulgária-Brasil, que terá a presença de representantes de empresas brasileiras como PETROBRAS, Vale, ELETROBRAS, Marcopolo e EMBRAER. Os representantes da ELETROBRAS, da PETROBRAS e do Ministério de Minas e Energia farão uma exposição intitulada *Energias renováveis: a experiência brasileira*.

Na quinta, a Presidente vai visitar Gabrovo, região central da Bulgária, onde encontra familiares. Foi lá que o pai de Dilma nasceu e morou antes de se mudar para a França, nos anos 1920, de onde seguiria para a Argentina e finalmente para o Brasil.

Além disso, a Presidente vai à exposição sobre sua família no Museu Regional de História, sob o título "As raízes búlgaras de Dilma Rousseff".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) – Deputado Amauri Teixeira, peço a V.Exa. que assuma a presidência dos trabalhos, para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. Izalci, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amauri Teixeira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Izalci, um dos Deputados mais atuantes desta Casa, pelo Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL. S.Exa. disporá de até 10 minutos.

O SR. IZALCI (Bloco/PR – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de entrar no tema do qual devo falar agora, quero ressaltar algumas coisas que foram ditas e falar da passeata do dia 12 de outubro, feriado, pelo voto aberto nas deliberações do Congresso Nacional.

Tive o privilégio de relatar a matéria quando fui Deputado Distrital. Na Câmara Legislativa do Distrito Federal, conseguimos aprovar o voto aberto, o relatório foi aprovado por unanimidade. Então, sou totalmente a favor do voto aberto.

Espero que esse tema também seja prioridade para as Lideranças e que possamos votá-lo imediatamente, aqui na Câmara Federal.

Outra questão que tem causado certa preocupação no Distrito Federal, que sempre tem sido referência, é o trânsito. Estamos assistindo diariamente a

muitas mortes, a muitos acidentes no trânsito do Distrito Federal. E Brasília talvez seja a cidade brasileira que mais arrecada recursos com multas de trânsito. Ontem mesmo, o jornal *Correio Braziliense* publicou artigo em que mostra que o DETRAN comprou alguns equipamentos, algumas armas, para serem utilizadas por seus agentes. Isso foi totalmente contestado, inclusive pelo Governador, que já disse que vai transferir para a Polícia Militar os equipamentos adquiridos.

Então, é preciso que tomemos providências para diminuir os acidentes e a violência no trânsito de Brasília.

Sr. Presidente, eu quero elogiar, talvez pela primeira vez, o Governo do Distrito Federal, pela nomeação do Deputado Distrital Cristiano Araújo para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

O Deputado Cristiano Araújo foi membro da CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e durante todo o seu mandato nos apoiou muito, época em que fui Secretário de Ciência e Tecnologia, ampliando os nossos recursos orçamentários. Apesar dessa ajuda, infelizmente ainda não conseguimos aprovar a Lei de Inovação na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Praticamente todos os Estados já conseguiram aprovar esse importante instrumento de inovação. Sou testemunha de que o Deputado Cristiano Araújo fez um esforço muito grande não só para aprovar a Lei de Inovação, mas também pela recuperação do percentual estabelecido pela Lei Orgânica, que era de 2% e passou para 0,5%. Sou testemunha de que ele lutou muito também para que se retornasse aos 2%. É uma promessa dos Deputados aprovar esta matéria.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que espero que haja uma mudança radical na referida Secretaria, porque, de acordo com os dados que levantei – fiz pronunciamento nesse sentido na semana passada —, das 30 administrações regionais do Distrito Federal, 90% só trabalharam com eventos culturais e para manutenção da própria burocracia, da própria administração. Dificilmente se encontra uma administração que tenha investido no seu papel principal, que é o de cuidar das obras, as pequenas obras da cidade: da poda de árvores, do desentupimento de bocas de lobo, do atendimento à comunidade. Nem mesmo os alvarás, que são fundamentais para as nossas empresas, estão sendo emitidos. Então, não se justifica uma estrutura com 300, 400, 500 servidores em cada administração, se cuidam apenas dos eventos culturais.

E, analisando dados da Secretaria de Ciência e Tecnologia, eu percebi também que não foi aplicado nenhum recurso em programas. Houve apenas gastos com a máquina pública, e nenhum investimento em projetos.

Então, a substituição do Secretário veio em boa hora. Agora, não se pode simplesmente nomear aquelas pessoas que foram substituídas para outro cargo, fazer cabide de emprego. As pessoas incompetentes que são substituídas devem ser exoneradas do serviço público e não aproveitadas, como temos assistido. Diversas pessoas não têm a mínima condição de continuar no Governo.

Eu mesmo recebi informação, que fui apurar, de que o Secretário de Saúde teria demitido o chefe da UAG, peça fundamental em qualquer Secretaria, em qualquer instituição. Ele teria sido demitido exatamente por causa de denúncias veiculadas na mídia do Distrito Federal, principalmente em *blogs*, de que o UAG da Saúde estaria praticando uma série de irregularidades.

Achei essa posição audaciosa, porque o chefe da UAG demitido foi chefe da UAG do Ministério do Esporte na época das denúncias sobre o Programa Segundo Tempo. Quando o contactei, quando liguei para ele, até para tirar algumas dúvidas com relação a processos do Ministério do Esporte, ele me disse que continuava no Governo e que havia sido promovido para a Secretaria da Criança. Essas coisas não dá para entender.

Mas eu gostaria de sugerir ao nosso novo Secretário de Ciência e Tecnologia que resgatasse aquilo que iniciamos: o Programa Bolsa Universitária, fundamental para implantarmos e concluirmos, principalmente nas escolas das cidades administrativas mais carentes, a educação integral. Está aí o Plano Nacional de Educação, está aí o Dia do Professor – amanhã. Precisamos investir na educação. E o Bolsa Universitária era um instrumento que nos ajudava na implantação da educação integral, inclusive porque diminuía a repetência e a evasão que estão acontecendo no Distrito Federal, onde os recursos são abundantes se comparados aos dos demais Estados, mas os resultados são piores do que em muitos deles, como se vê nos índices de repetência e evasão. E tudo isso por falta de reforço escolar, por falta de infraestrutura e de atenção especial à educação.

Eu gostaria de sugerir também que se resgatasse a ideia da universalização do acesso à tecnologia, à Internet. O Programa DF Digital, que atendeu a mais de 500 mil pessoas, está sendo desarticulado, está tendo seus contratos rescindidos, com demissão de todas as pessoas. O Distrito Federal está hoje disparado com relação a acesso à Internet e a capacitação a distância, muito melhor inclusive do que São Paulo, segundo as últimas estatísticas, e exatamente graças

aos investimentos e à prioridade que foi dada à inclusão digital.

Sr. Presidente, vi na mídia de hoje notícia sobre a visita dos chineses, a propósito da implantação aqui no Brasil da Foxconn, fabricante de *tablets*, e dos investimentos na área de tecnologia. Não adianta, num momento como este, simplesmente oferecer um almoço, um cafezinho, e conversar. Essas coisas têm de ser feitas com antecedência, com competência.

Eu estive na China em 2007 e 2008, especificamente em Taiwan, onde é feito o maior investimento na área de tecnologia, onde mais se produz tecnologia da informação no mundo. A primeira coisa que fizemos foi visitar as universidades e as empresas, exatamente para atrair investimentos para o Brasil. Brasília, infelizmente, perdeu muito tempo. A Cidade Digital, um dos maiores programas de geração de emprego e renda e de tecnologia no Brasil, está praticamente parada. A única coisa que está sendo construída no Parque Capital Digital é o Datacenter do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, ainda do período em que éramos Secretário de Ciência e Tecnologia.

Para o Governo demonstrar interesse aos empresários que querem investir nessa área, ele precisa começar a investir em infraestrutura. Nós, quando fizemos o projeto do Parque Capital Digital, previmos uma escola técnica e uma sede para a Fundação de Apoio à Pesquisa, instituição fundamental na área de pesquisa em tecnologia, mas o Governo não toma nenhuma iniciativa para iniciar essas obras, que não dependem de mais ninguém, só de vontade política. Uma forma de demonstrar à sociedade, aos investidores lá de fora e aos investidores de outros Estados que isso é prioridade governamental é construir as instalações das incubadoras e a sede da Fundação de Apoio à Pesquisa, que está prevista para ser também sede do Centro de Genômica. Nós investimos 30 milhões em pesquisas de biotecnologia, mas ainda precisamos de uma sede, porque o Centro funciona hoje, provisoriamente, nas instalações da Universidade Católica. Ele precisa ser transferido para a Cidade Digital, para que a Polícia Civil, o LACEN, a UnB, a Católica e também a EMBRAPA possam ter melhores condições de trabalho e o Centro de Genômica seja de fato uma referência em biotecnologia para o País, aqui no Distrito Federal.

Outros dois projetos nossos que estão abandonados merecem atenção especial. Um deles é o Polo de Microeletrônica e Semicondutores. Quando estivemos em Taiwan, um dos nossos objetivos era exatamente atrair investimentos para Brasília, para que entrássemos no ramo da construção de semicondutores. O outro é o Polo do Conhecimento. Temos uma área maravilhosa em Samambaia. Queremos fazer desse projeto uma espécie de ITA do Distrito Federal, uma universidade de referência na área de tecnologia.

Desejo muito sucesso ao novo Secretário e tenho certeza de que ele fará um bom trabalho à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Antes de encerrar os trabalhos, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Mauro Benevides, para uma breve comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medicina, no Ceará, perdeu, no último dia 9, um de seus mais competentes representantes, o Dr. José Sarto Saraiva, cujo desempenho profissional fê-lo respeitado por seus colegas e pacientes, a que servia com extraordinária dedicação e competência.

Na tarde daquele dia ocorreu o seu sepultamento, após velório na Funerária Ternura, quando a família e numerosos amigos foram testemunhar preito de saudade pelo seu desaparecimento.

Tive o prazer de com ele, durante algumas décadas, conviver de perto, juntamente com a sua esposa, Ceres, e filhos, dele recolhendo sempre gestos de fidalguia, enobrecedores de sua postura de aprimorado cavalheirismo.

Integrante de várias entidades, nelas sobressaía pelas excepcionais qualidades que exornavam sua personalidade de escol.

Neste breve pronunciamento, reverencio a memória de José Sarto Saraiva, que se tornará imperecível para quantos, como eu, com ele conviveram, extraindo exemplos edificantes de um homem correto, a serviço da comunidade.

Esta, portanto, Sr. Presidente, a homenagem que presto, comovidamente, ao meu conterrâneo e amigo Dr. José Sarto Saraiva, que, integrando os quadros do corpo médico do Ceará, prestou relevantes serviços à comunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

VII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, lembrando que hoje, sexta-feira, dia 14, às 15 horas, haverá sessão solene em homenagem ao Dia do Professor, convocada pelo Exmo. Sr. Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) – Encerro a sessão, convocando para segunda-feira, dia 17, às 14 horas, sessão ordinária de debates.

AVISOS

EMENDAS

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.
Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1° do RICD).

1.1 – COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1.410/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Cocal dos Alves a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cocal dos Alves, Estado do Piauí.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 1.433/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ribeirão Corrente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 1.826/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 1.830/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Conjunto São Joaquim – AMCOSAJ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teresina, Estado do Piauí.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 1.882/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora da Barra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra Bonita, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 1.984/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Asa Dourada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.061/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Salete/SC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salete, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.094/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Almeirim, Estado do Pará.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.104/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.243/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sanhauá FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mari, Estado da Paraíba.
Apensado ao TVR-1702/2009(Poder Executivo)
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.309/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Bastos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, no Município de Bastos, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.384/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Farroupilha de Comunicação Comunitária a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.385/2009 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Fundação Paulo Bezerra de Sousa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Piauí, Estado do Piauí.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.429/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Canabravense de Desenvolvimento Sócio Cultural – ACCADESC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João da Canabrava, Estado do Piauí.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.574/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Difusão Comunitária Educativa de Pedras Grandes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedras Grandes, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.592/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.605/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Brochier a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brochier, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.689/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Alegretense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.778/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ipixuna do Pará, Estado do Pará.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.849/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Neusa e Lemos Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cerejeiras, Estado de Rondônia.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 2.852/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Governo do Estado de Goiás – Agência Goiana de Comunicação – AGECOM para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.870/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Jesus Libertador de Galvão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.871/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serra Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2883/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.896/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Catas Altas da Noruega a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catas Altas da Noruega, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

No. 2.911/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Editora Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.915/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Planície Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.936/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza o Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pilõezinhos, Estado da Paraíba.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.943/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Caciquense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.960/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Moreira Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.974/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Concórdia Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.976/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Osvaldo Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.992/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à LMG Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Manoel Vitorino, Estado da Bahia.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.998/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Indaial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 2.999/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Bandeirantes de Campinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campinas, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 3.003/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Organização dos Moradores de Pirituba a

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Paulo, Estado São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 3.009/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Ramalho, Estado de São Paulo.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 3.015/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Caeté Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 3.019/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 3.043/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Querência de Santo Augusto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 4a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18/10/2011

Nº 3.047/2010 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empreendimentos Radiodifusão Cabo Frio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 31/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Fundação Rádio Educativa de Barcelona a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caravelas, Estado da Bahia.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 69/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Gazeta Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 82/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descanps de Ocauçu – SP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ocauçu, Estado de São Paulo.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 88/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Paraíso FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 89/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Araxá, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 94/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Educacional, Cultural e Assistencial de Pinheiro – FECAP para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 101/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio 880 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 125/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura Taperense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Tapera, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 128/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Icatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Penápolis, Estado de São Paulo.
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

Nº 145/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Rádio Comunitária Alternativa FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 159/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos e Amigas de Turiaçú a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Turiaçú, Estado do Maranhão.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 160/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Brunópolis a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 167/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Alternativa de Jordânia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 178/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Brazlândia – ARCOBRAZ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brazlândia, no Distrito Federal.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 180/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Painense de Rádio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pains, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 192/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda., originariamente outorgada à FM Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 203/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 208/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Ruy Barbosa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 241/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educacional de Votuporanga para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Votuporanga, Estado de São Paulo.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

No. 243/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Iturama, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 250/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 264/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Aposentados, Pensionistas, Deficientes Físicos e Idosos do Município de Taiobeiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 270/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos de Rio Doce a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Doce, no Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 328/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurilândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

Nº 329/2011 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Rádio Carijós Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Conselheiro Lafaiette, Estado de Minas Gerais.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

PROJETO DE LEI

Nº 819/2011 (Onofre Santo Agostini) – Confere ao Município de Maravilha, no Estado de Santa Catarina, o título de Cidade das Crianças.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

1.2 – COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 3.031/2008 (Sandes Júnior) – Torna obrigatório o fornecimento gratuito de sapatos especiais ou de palmilhas ortopédicas para pacientes portadores de diabetes mellitus, no âmbito do SUS.
DECURSO: 3a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19/10/2011

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 C/C ART. 132, § 2º DO RICD
(Matérias sujeitas à deliberação do Plenário em apreciação preliminar, nos termos do art. 144 do RICD)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

2.3 CONTRA PARECER TERMINATIVO DA COMISSÃO ESPECIAL.

PROJETO DE LEI

Nº 7.495/2006 – Regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.
COM PARECER PELA INCOMPATIBILIDADE e INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: **PLs nº 4.568, de 2008, nº 4.907, de 2009, e nº 6.460, de 2009, apensados.**
DECURSO: 1a. SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21/10/2011

III – DIVERSOS

1. PRAZO PARA RECEBIMENTO DE SUGESTÕES A PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO: art. 212, § 2º, do RICD (30 dias).

PROJETO DE LEI

Nº 2006/2011 (José Mentor) – Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão. **(Publicado no Suplemento ao DCD Nº 175, de 06/10/11, e no DOU, de 06/10/11, Seção 1, pag 148)**
DECURSO: 11º. DIA
ÚLTIMO DIA: 5/11/2011
ARQUIVEM-SE, nos termos do artigo 163 c/c 164, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

Nº 7.393/2006 (Câmara dos Deputados) – "Dispõe sobre a regulamentação da profissão dos Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene".

Nº 7.470/2006 (Câmara dos Deputados) – "Dispõe sobre a regulamentação da profissão dos trabalhadores na área de estética e higiene e dá outras providências".

Nº 466/2007 (Câmara dos Deputados) – "Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicura, Pedicura e similares e dá outras providências".

Nº 1.221/2007 (Câmara dos Deputados) – "Regulamenta a atividade de cabeleireiro profissional autônomo e atividades afins".

Nº 1.868/2007 (Câmara dos Deputados) – "Dispõe sobre o exercício da profissão de cabeleireiros, manicures, pedicures, depiladores e afins".

Nº 2.436/2007 (Câmara dos Deputados) – "Regulamenta a profissão de cabeleireiro, barbeiro, depilador, esteticista, manicure, maquiador, escovista e atividades afins".

ARQUIVE-SE, nos termos do artigo 133 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 6.809/2010 (Ratinho Junior) – Altera o § 2º do art. 213 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2011

Dia 17, 2ª-feira

15:00 JOSÉ PRIANTE (PMDB – PA)
15:25 SABINO CASTELO BRANCO (PTB – AM)
15:50 PEDRO CHAVES (PMDB – GO)
16:15 ZENALDO COUTINHO (PSDB – PA)
16:40 SERGIO GUERRA (PSDB – PE)

Dia 18, 3ª-feira

15:00 OSMAR TERRA (PMDB – RS)
15:25 WALTER IHOSHI (DEM – SP)

Dia 19, 4ª-feira

15:00 ACELINO POPÓ (PRB – BA)
15:25 NEWTON LIMA (PT – SP)

Dia 20, 5ª-feira

15:00 HUGO LEAL (PSC – RJ)
15:25 REGUFFE (PDT – DF)

Dia 21, 6ª-feira

10:00 ANTÔNIO ANDRADE (PMDB – MG)
10:25 PEPE VARGAS (PT – RS)
10:50 VAZ DE LIMA (PSDB – SP)
11:15 RONALDO NOGUEIRA (PTB – RS)
11:40 PAULO MAGALHÃES (DEM – BA)

Dia 24, 2ª-feira

15:00 JOSÉ ROCHA (PR – BA)
15:25 JAIME MARTINS (PR – MG)
15:50 ANDRE VARGAS (PT – PR)
16:15 ARTUR BRUNO (PT – CE)
16:40 JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA)

Dia 25, 3ª-feira

15:00 MARCELO MATOS (PDT – RJ)
15:25 INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR – PE)

Dia 26, 4ª-feira

15:00 RICARDO BERZOINI (PT – SP)
15:25 CARLOS ROBERTO (PSDB – SP)

Dia 27, 5ª-feira

15:00 JOSÉ NUNES (DEM – BA)
15:25 JOÃO PIZZOLATTI (PP – SC)

Dia 28, 6ª-feira

10:00 SANDES JÚNIOR (PP – GO)
10:25 DRA. ELAINE ABISSAMRA (PSB – SP)
10:50 LUIZ COUTO (PT – PB)
11:15 JOSÉ AUGUSTO MAIA (PTB – PE)
11:40 NILSON LEITÃO (PSDB – MT)

Dia 31, 2ª-feira

15:00 ELI CORREA FILHO (DEM – SP)
15:25 MAURO BENEVIDES (PMDB – CE)
15:50 GERALDO THADEU (PPS – MG)
16:15 SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP)
16:40 REINHOLD STEPHANES (PMDB – PR)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-10-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.926/10 – do Sr. Ronaldo Caiado – que "dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal".
RELATOR: Deputado PAULO CESAR QUARTIERO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-11
Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 6.897/06 – do Sr. Luis Carlos Heinze – que "dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários e seus derivados, importados de outros países, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado MOREIRA MENDES.

PROJETO DE LEI Nº 1.911/07 – do Sr. Paulo Abi-Ackel e outros – que "autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, nos termos que especifica, e dá outras providencias".
RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):
PROJETO DE LEI Nº 1.311/07 – do Sr. Luiz Carlos Hauly – que "estabelece penalidades pelo descumprimento da Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998 e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LUIZ COUTO.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 7.579/10 – do Poder Executivo – (MSC 395/2010) – que "cria cargos na Carreira de Diplomata, altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, transforma cargos de Assistente de Chancelaria e cria cargos de Oficial de Chancelaria".
RELATOR: Deputado VIEIRA DA CUNHA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):
PROJETO DE LEI Nº 2.742/03 – do Sr. Luis Carlos Heinze – que "prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências" (Apensado: PL 3105/2004)
RELATOR: Deputado FABIO TRAD.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 20-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO
PROJETO DE LEI Nº 851/11 – do Sr. Geraldo Simões – que "dispõe sobre a incorporação do cacau como matéria prima nos produtos que especifica". (Apensado: PL 1533/2011)
RELATOR: Deputado WOLNEY QUEIROZ.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO
PROJETO DE LEI Nº 4.368/08 – da Sra. Elcione Barbalho – que "veda a cobrança na conta telefônica, em acréscimo ao valor da tarifa definida pela Agência Nacional de Telecomunicações, de tributos devidos pela concessionária de telefonia". (Apensado: PL 4481/2008)
RELATOR: Deputado FRANCISCO ARAÚJO.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.047/11 – do Sr. Dr. Ubiali – que "dispõe sobre compensação tributária em caso de requisição de funcionários e dá outras providências".
RELATOR: Deputado VALDIVINO DE OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI Nº 1.075/11 – dos Srs. Penna e Sarney Filho – que "dispõe sobre a eliminação controlada das Bifenilas Policloradas – PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e a eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos que contenham PCBs, e dá outras providências correlatas".
RELATOR: Deputado DR. UBIALI.

PROJETO DE LEI Nº 1.877/11 – da Sra. Janete Rocha Pietá – que "dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região do Alto Tietê".
RELATOR: Deputado CARLOS ROBERTO.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 758/11 – do Sr. Padre Ton – que "altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, para incluir as matérias primas de origem animal e os bens finais de informática entre as mercadorias beneficiadas pelo regime especial e institui benefícios fiscais relativos às contribuições para o Pis/Pasep, Cofins, Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IP)".
RELATOR: Deputado NATAN DONADONº

PROJETO DE LEI Nº 2.236/11 – do Sr. Audifax – que "altera a Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que "Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e dá outras providências", para dispor sobre o exame de patentes".
RELATOR: Deputado JOÃO MAIA.

PROJETO DE LEI Nº 2.285/11 – do Sr. Ricardo Izar – que "acrescenta-se o § 2º ao art. 50 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, dispondo sobre as condições para a concessão de garantias de bens móveis duráveis".
RELATOR: Deputado ARMANDO VERGÍLIO.
PROJETO DE LEI Nº 2.288/11 – do Sr. Carlos Bezerra – que "altera o art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990".
RELATOR: Deputado ANTONIO BALHMANNº

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

SEMINÁRIO

LOCAL: Auditório Nereu Ramos
HORÁRIO: 09h

A – Seminário:
Tema: 5º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos
Programação:
09h às 12h30 – Oficinas temáticas.
14h30 às 18h – Redação do documento oficial do Seminário por um grupo formado e escolhido nas plenárias temáticas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.527/08 – do Sr. Otavio Leite – que "institui o dia 14 de dezembro, como Dia Nacional do Movimento de Vida Independente".
RELATORA: Deputada MARA GABRILLI.

PROJETO DE LEI Nº 7.722/10 – do Sr. Felipe Bornier – que "altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para determinar que, durante as edições da Copa do Mundo de Futebol organizada pela Fédération Internationale Football Association – FIFA, serão feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira Masculina de Futebol"
RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

PROJETO DE LEI Nº 1.169/11 – do Sr. Rogério Carvalho – que "altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que "Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Ju-

ventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e nº 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências", para dispor sobre o certificado de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde e sua exigência nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS".
RELATOR: Deputado NAZARENO FONTELES.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 17-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.245/07 – do Sr. Reginaldo Lopes – que "regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ANGELO VANHONI.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 849/11 – do Sr. Luis Carlos Heinze – que "cria o Programa Nacional de Apoio às Microdestilarias de Álcool – Pronama – estabelece critérios para a produção e a comercialização de álcool hidratado e dá outras providências".
RELATOR: Deputado VINICIUS GURGEL.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 21-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 178/07 – do Sr. Otavio Leite – que "acrescenta Parágrafo Único ao art. 9º da Lei nº 6.815, de 1980, que "Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração"". (Apensados: PL 3059/2008 e PL 4010/2008 (Apensado: PL 4652/2009))
RELATOR: Deputado ARNON BEZERRA.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.997/11 – do Sr. Mauro Nazif – que "altera a redação do art. 45, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever o atendimento pelos serviços de saúde das Forças Armadas dos seringueiros que, entre 1943 e 1945, foram alistados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA com objetivo de extrair borracha na Amazônia, como parte do esforço de guerra brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial".
RELATOR: Deputado VITOR PAULO.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE AMANHÃ (DIA 18/10/2011)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.671/11 – do Senado Federal – Paulo Paim – (PLS 466/2003) – que "altera o inciso I do art. 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para estabelecer que a pensão por morte será devida a contar da data do óbito quando requerida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data do falecimento do segurado". (Apensado: PL 2982/2008 (Apensado: PL 5824/2009))
RELATORA: Deputada BENEDITA DA SILVA.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 902/11 – do Sr. Geraldo Resende – que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por Agente Comunitário de Saúde e por Agente de Combate às Endemias". (Apensado: PL 949/2011)
RELATOR: Deputado AMAURI TEIXEIRA.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 20-10-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.953/11 – do Sr. Reinaldo Azambuja – que "altera a redação do cabeço do art. 1 º ; do art. 10 e do Inciso I do art. 12 e acrescenta o Inciso VI ao art. 37, da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e da outras providências"".
RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.681/05 – do Sr. Durval Orlato – que "altera os arts. 472 e 473 da Consolidação das Leis do Trabalho para prever regras específicas para o empregado candidato a mandato eleitoral". (Apensado: PL 5741/2005)
RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.118/04 – do Sr. Paulo Bauer – que "altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências.", a fim de reduzir o período aquisitivo de acesso ao seguro desemprego para os trabalhadores rurais ocupados em culturas sazonais". (Apensados: PL 5332/2005, PL 6271/2005, PL 6925/2006, PL 7479/2006 e PL 2990/2008)
RELATOR: Deputado MAURO NAZIF.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 19-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.687/11 – do Sr. Antônio Roberto – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a avaliação psicológica nos cursos de reciclagem de motoristas infratores". (Apensado: PL 1825/2011)
RELATOR: Deputado RICARDO IZAR.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-10-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 2.128/11 – do Sr. Alberto Mourão – que "revoga o § 9º do art. 14 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, que institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO".
RELATOR: Deputado RONALDO BENEDET.

PROJETO DE LEI Nº 2.138/11 – do Sr. Wilson Filho – que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica".
RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 2.175/11 – do Sr. Fernando Torres – que "estabelece normas para apresentação de filmes em ônibus interestaduais".
RELATOR: Deputado CARLOS ROBERTO.

PROJETO DE LEI Nº 2.179/11 – do Sr. Fernando Torres – que "estabelece normas para apresentação de trios elétricos, carros de som ou similares que transitem com pessoas na parte superior, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LUIZ ARGÔLO.

PROJETO DE LEI Nº 2.192/11 – do Sr. Roberto Dorner – que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.".
RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 2.194/11 – do Sr. João Pizzolatti – que "denomina "Rodovia Prefeito Genésio Pasinato" o trecho da BR-163 compreendido entre os Municípios de Itapiranga e Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina".
RELATOR: Deputado LÁZARO BOTELHO.

PROJETO DE LEI Nº 2.223/11 – do Senado Federal – Walter Pinheiro – (PLS 201/2011) – que "denomina "Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto" o trecho ferroviário compreendido entre os Municípios de Ilhéus, no Estado da Bahia – BA, e Figueirópolis, no Estado do Tocantins – TO". (Apensado: PL 1266/2011)
RELATOR: Deputado LUIZ ARGÔLO.

PROJETO DE LEI Nº 2.224/11 – do Sr. Hugo Motta – (PL 6965/2010) – que "dispõe sobre a oferta de acesso gratuito à internet no interior de terminais aeroportuários".
RELATOR: Deputado GERALDO SIMÕES.

PROJETO DE LEI Nº 2.235/11 – da Sra. Rose de Freitas – que "acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a sinalização de veículos de transporte de carga estacionados na pista de rolamento, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ANDERSON FERREIRA.

PROJETO DE LEI Nº 2.239/11 – do Sr. Edson Silva – que "altera a Lei nº 11.363 de 23 de outubro de 2005, que denomina "Rodovia Santos Dumont" a rodovia BR 116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza, até o entroncamento com a BR 040 no Estado do Rio de Janeiro".
RELATOR: Deputado FRANCISCO FLORIANO.

PROJETO DE LEI Nº 2.245/11 – da Sra. Sandra Rosado – que "acrescenta o Inciso VI e o parágrafo 2º ao art. 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo 1º".
RELATOR: Deputado JOSÉ CHAVES.

PROJETO DE LEI Nº 2.246/11 – do Sr. Roberto de Lucena – que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre penas alternativas para infrações de trânsito".
RELATOR: Deputado JOÃO BITTAR.

PROJETO DE LEI Nº 2.250/11 – do Sr. Felipe Bornier – que "torna obrigatório em todo território nacional a cobertura de seguro em acidentes pessoais e assistência funerária nas rodovias do país sujeitas à cobrança de pedágio".
RELATOR: Deputado EDINHO ARAÚJO.

PROJETO DE LEI Nº 2.256/11 – do Sr. Edivaldo Holanda Junior – que "inclui a rodovia que liga os Municípios de Bequimão/MA a Central do Maranhão/MA na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação".
RELATOR: Deputado JAIME MARTINS.

PROJETO DE LEI Nº 2.258/11 – do Sr. Alfredo Sirkis – que "altera o Anexo II da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o formato da sinalização semafórica".
RELATOR: Deputado DIEGO ANDRADE.

PROJETO DE LEI Nº 2.275/11 – do Sr. Audifax – que "altera a redação do inciso V do art. 230 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e acrescenta inciso XXIII ao referido artigo, para dispor sobre as infrações que especifica".
RELATOR: Deputado WELLINGTON FAGUNDES.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 17-10-11

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.769/11 – do Sr. Diego Andrade – que "denomina "Rodovia Presidente Itamar Franco" a Rodovia BR 267, no Estado de Minas Gerais".
RELATOR: Deputado LEONARDO QUINTÃO.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 061-A, DE 2011, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O ART. 76 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (PRORROGA A VIGÊNCIA DA DRU ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015)

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Anexo II, Plenário 11
HORÁRIO: 20h30min

A – Reunião Deliberativa:

Discussão e votação do Parecer do Relator, Deputado Odair Cunha, à PEC 61-A/11 e apensada.

B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61/11 – do Poder Executivo – que "altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". (Apensado: PEC 75/2011)
RELATOR: Deputado ODAIR CUNHA.
PARECER: a proferir.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 10ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 17-10-11

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61/11 – do Poder Executivo – que "altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". (Apensado: PEC 75/2011)
RELATOR: Deputado ODAIR CUNHA.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7672, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA ESTABELECER O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SEREM EDUCADOS E CUIDADOS SEM O USO DE CASTIGOS CORPORAIS OU DE TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE"

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 18-10-11

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.672/10 – do Poder Executivo – (MSC 409/2010) – que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante".
RELATORA: Deputada TERESA SURITA.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SEMINÁRIO

LOCAL: Auditório da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP – Av. da Universidade, 220 – Travessa Onze – Cidade Universitária – São Paulo
HORÁRIO: 14h

A – Seminário do II PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
Composição da Mesa:
·Deputado IVAN VALENTE – Coordenador dos Trabalhos
·Deputado ANGELO VANHONI – Relator da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação
·Profa. LISETE ARELARO – Diretora da FEUSP – Faculdade de Educação da USP
·Parlamentares Presentes
Palestrantes:
·Prof. OTAVIANO HELENE – Instituto de Física da USP – Tema: Financiamento da Educação;
·Prof. LUIZ CARLOS DE FREITAS – Faculdade de Educação da UNICAMP – Tema: Avaliação; e
·Professor representante da UNESP – Tema: Ensino Superior
Debate:
· aberto ao público presente.
(Requerimento nº 73/11 do Deputado Ivan Valente)

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8046, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (REVOGA A EI Nº 5.869, DE 1973)

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DA COMISSÃO ESPECIAL "CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL"
RECIFE/PE – PROGRAMAÇÃO
Local: Salão Pleno do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
Endereço: Av. Cais do Apolo, s/n, Edifício Ministro Djaci Falcão, Bairro do Recife – Recife/PE, CEP 50030.908
Telefones: (81) 3425-9000
Horário: 14h
Coordenador: **Deputado Bruno Araújo** (PSDB/PE) – 3215-5718
Tema: Debate sobre o novo "Código de Processo Civil' – Projeto de Lei nº 8046/2010, do Senado Federal.
Convidados para compor a mesa de abertura:
Deputado FABIO TRAD (PMDB/MS), Presidente da Comissão Especial;
Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT/BA), Relator-Geral da Comissão Especial;

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE), membro da Comissão Especial
Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, Presidente do TRF 5ª Região
Convidados palestrantes:
Desembargador Federal Marcelo Navarro (TRF 5ª Região), Professor da UFRN
Desembargador Frederico Neves (TJ/PE), Professor da UNICAP/PE
Procurador do Estado Leonardo Carneiro da Cunha, Professor da UFPE.
Participe também da Comunidade Legislativa do Código de Processo Civil contribuindo com sugestões, artigo por artigo, ao texto proposto de novo código. Acesse: Portal e-Democracia – www.edemocracia.gov.br

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (40 SESSÕES)

DECURSO: 21ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 14-11-11
* prazo prorrogado Ad Referendum pelo Presidente
Projetos de Lei (Art. 205, §4º)
PROJETO DE LEI Nº 8.046/10 – do Senado Federal – José Sarney – (PLS 166/2010) – que trata do "Código de Processo Civil".
RELATOR GERAL: Deputado SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO.

III – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 14/10/2011:

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional:

PROJETO DE LEI Nº 2.390/2011

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:
PROJETO DE LEI Nº 2.426/2011

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

PROJETO DE LEI Nº 2.377/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.399/2011

Comissão de Defesa do Consumidor:

PROJETO DE LEI Nº 2.364/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.392/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.393/2011

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.336/2011

Comissão de Desenvolvimento Urbano:
PROJETO DE LEI Nº 2.404/2011

Comissão de Educação e Cultura:

PROJETO DE LEI Nº 2.368/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.374/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.405/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.422/2011

Comissão de Finanças e Tributação:

PROJETO DE LEI Nº 2.401/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.402/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.421/2011

Comissão de Minas e Energia:
PROJETO DE LEI Nº 2.403/2011

Comissão de Seguridade Social e Família:

PROJETO DE LEI Nº 2.391/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.398/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.425/2011

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

PROJETO DE LEI Nº 2.385/2011

Comissão de Viação e Transportes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 440/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.290/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.369/2011
PROJETO DE LEI Nº 2.423/2011

(Encerra-se a sessão às 11 horas e 8 minutos.)

Ata da 285ª Sessão, Solene, Vespertina, em 14 de outubro de 2011

Presidência do Sr.: Mauro Benevides, Izalci § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

Ata da 285ª Sessão da Câmara dos Deputados, Solene, Vespertina, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, em 14 de outubro de 2011. Às 15h17, o Sr. Mauro Benevides, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, no exercício da Presidência, declarou aberta a sessão e deu por dispensada a leitura da ata da sessão anterior. O Sr. Presidente informou que a sessão destinou-se à homenagem ao Dia do Professor; saudou convidados presentes, prestou as devidas homenagens e convidou para compor a Mesa os Srs. Deputados Izalci, Wilson Filho e Professora Dorinha Seabra Rezende, autores da proposição; Renan Filho, do PMDB/AL; e Israel Matos Batista, Deputado Distrital do PDT/DF. O Sr. Presidente convidou todos a ouvirem o Hino Nacional, executado pelo Coral Madrigal da Escola de Música de Brasília, sob a regência de Eder Kamusi. Após assistir a dois vídeos institucionais e proferir parcialmente o discurso do Sr. Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, além da apresentação do Coral Madrigal da Escola de Música de Brasília, interpretando as músicas "Matona Mia Cara", de Orlando Dilasso, e "La Guerre", de Clemente Janekuin, sob a regência de Eder Kamusi, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Izalci, autor da proposição. Nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, assumiu a Presidência o Sr. Izalci e concedeu a palavra aos Srs. Mauro Benevides, pelo PMDB; Professora Dorinha Seabra Rezende, autora da proposição; Wilson Filho, autor da proposição; Renan Filho, pelo Governo; Amauri Teixeira, pelo PT; Sr. Israel Matos Batista, componente da Mesa; e ao Sr. Rodrigo de Paula, Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – SINPROEP/DF. O Sr. Presidente registrou a presença de convidados, reiterou as homenagens prestadas, agradeceu a presença de todos e, às 16h56, encerrou a sessão.

Manato, Presidente – **Jonas Donizette,** Secretário.

As notas taquigráficas desta sessão solene poderão ser solicitadas ao Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

OFÍCIO

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício nº 008/2011 – GAB/JUIZ, do Dr. JORSENILDO DOURADO DO NASCIMENTO, Juiz de Direito da Vara do Meio Ambiente e Questões Agrárias do Estado do Amazonas. Requerimento de representação em desfavor do Deputado Federal SABINO CASTELO BRANCO. Prática de conduta incompatível com o decoro parlamentar.

Em 14/10/2011.

Arquive-se, tendo em vista o não atendimento aos requisitos do art. 1º, § 1º, I e III, do Ato da Mesa n. 37, de 2009. Publique-se.

MARCO MAIA
Presidente

PROPOSIÇÕES

REQUERIMENTO Nº 2.550, DE 2011
(Do Sr. Ivan Valente)

Requerimento de convocação do ministro dos transportes para prestar informações sobre as denúncias ocorridas nos últimos meses

(SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 117, INCISO II, C/C O ART. 219, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. PUBLIQUE-SE. OFICIE-SE.)

REQUERIMENTO Nº 2.612, DE 2011
(Do Sr. Chico Alencar)

Requerimento para a convocação do Ministro de Estado do Ministério das Cidades, Sr. Mário Sílvio Mendes Negromonte, para prestar esclarecimentos ao Plenário desta Casa sobre irregularidades constata-

das pelo Tribunal de Contas da União TCU em obras do Ministério, bem como liberação de recursos para obras que o TCU determinou a retenção de pagamentos

(Submeta-se ao Plenário, nos termos do art. 117, Inciso II, c/c o art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.)

PARECERES

PROJETO DE LEI Nº 1.243-A, DE 2011

(Do Sr. Aelton Freitas)

Denomina "Viaduto Ma Shou Tao" o viaduto localizado no Km 198 da BR-050 (Rodovia Francisco Cândido Xavier) No Entroncamento com a Br-464, Estado de Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Newton Cardoso).

Despacho: Às Comissões De: Viação e Transportes; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Viação e Transportes

I – Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Aelton Freitas, pretende denominar "Viaduto Ma Shou Tao" o viaduto localizado no km 198 da rodovia BR-050, no entroncamento com a BR-464, no Município de Conquista, Estado de Minas Gerais.

Nos termos do art.32, XX, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a este órgão técnico pronunciar-se sobre *"assuntos referentes ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral"*. Quanto ao mérito da homenagem cívica, compete à Comissão de Educação e Cultura manifestar-se, nos termos da alínea "f" do inciso IX do mesmo dispositivo regimental.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A proposição sob análise já recebeu, nesta Comissão, parecer apresentado pelo antigo relator, Deputado João Bittar, o qual não chegou a ser apreciado. Por concordarmos integralmente com seu voto, adotamos como nosso seu texto:

> "O nobre Deputado Aelton Freitas pretende, com este projeto de lei, homenagear o Sr. Ma Shou Tao, dando o seu nome ao viaduto localizado no quilômetro 198 da rodovia BR-050, no entroncamento com a BR-464, no Município de Conquista, Estado de Minas Gerais. Nascido em 1923, na cidade de Yantai, República Popular da China, o homenageado radicou-se na cidade mineira de Conquista, onde viveu o restante da sua vida. Economista e Administrador de Empresas, formado na St. John University, em Xangai, o Sr. Ma Shou Tao demonstrou tino empresarial e grande visão de futuro criando diversas empresas alimentícias e de alta tecnologia agropecuária. Foi o fundador do Grupo Boa Fé, responsável por indústrias onde se destacam a produção de sementes de soja, genética bovina, leite e alimentos industrializados. Faleceu em 18 de julho de 2010, aos 87 anos de idade.

A BR-050, onde se localiza o viaduto em questão, está inclusa no item 2.2.2 da Relação Descritiva do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1.973, que aprovou o Plano Nacional de Viação (PNV).

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do PNV, cuja disposição é a seguinte:

> "Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade."

Por todo o exposto, naquilo que cabe a este órgão técnico, nosso voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.243, de 2011.

Sala da Comissão, em 28 de setembro de 2011. – Deputado **Newton Cardoso,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.243/11, nos termos do parecer do relator, Deputado Newton Cardoso.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Edson Ezequiel – Presidente, Washington Reis e Hugo Leal – Vice-Presidentes, Anderson Ferreira, Carlos Roberto, Diego Andrade, Edinho Araújo, Eduardo Sciarra, Geraldo Simões, Giroto, Jaime Martins, João Bittar, José

Chaves, Jose Stédile, Leonardo Quintão, Lúcio Vale, Luiz Argôlo, Milton Monti, Newton Cardoso, Wellington Fagundes, Zeca Dirceu, Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Ronaldo Benedet e William Dib.

Sala da Comissão, em 5 de outubro de 2011. – Deputado **Edson Ezequiel,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.829-A, DE 2011
(Do Tribunal Superior do Trabalho)
OF.TST.GDGSET.GP.Nº238/2011

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. AUGUSTO COUTINHO).

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Apreciação:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que amplia o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE, criando 57 (cinqüenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.

Na sua justificação, o Tribunal Superior do Trabalho argumenta que o presente projeto de lei foi examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, reconheceu a necessidade de criação de 57 (cinqüenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE. Adiante, sustenta que o aumento das demandas trabalhistas "*em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional nº 45, passou a exigir providências no sentido de dotar o citado Tribunal Regional com mão de obra especializada, capaz de desenvolver ferramentas tecnológicas necessárias ao funcionamento eficaz dos serviços judiciários, beneficiando, dessa forma, a sociedade e contribuindo para a efetivação do princípio constitucional que estabelece o respeito à razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, LXXVIII, da Constituição F*ederal.

A presente proposta veio acompanhada das decisões do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho.

Segundo a Proposição, as despesas decorrentes da aplicação da lei projetada correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 6ª Região.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Analisando o Projeto de criação de 57 (cinqüenta e sete) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE, não vislumbramos nenhum obstáculo à sua aprovação.

A justificação da proposição registra que a ampliação do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, restou aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, a teor do disposto no art. 82, inciso IV, da Lei nº 11.768/08, na Sessão de 14.06.2010, bem como atende às recomendações contidas na Resolução CNJ nº 90/2009 e nos acórdãos Nº 1.603/2008 e Nº 663/2009 do TCU que tratam, respectivamente, dos nivelamentos de Tecnologia da Informação – TI no âmbito do Poder Judiciário, da apresentação de resultado da avaliação sobre a governança de TI em órgãos da Administração Pública Federal.

Ademais, extrai-se dos dados do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT que o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região possui, aproximadamente, 1.900 usuários internos de recursos de tecnologia da informação, entre magistrados, servidores e estagiários. Nos termos da citada Resolução CNJ nº 90/2009, um Tribunal que ocupa a faixa entre 1.501 e 3.000 usuários de TIC necessita de um mínimo de 4% desse número de profissionais atuando na área. Aplicando-se a regra, o TRT da 6ª Região careceria de 95 (noventa e cinco) servidores na área de TIC, sendo que no mínimo 75 deverão ser servidores do quadro permanente do Tribunal. No entanto, a unidade de informática conta apenas com 19 (dezenove) servidores ocupantes de cargos específicos da área de tecnologia da informação, sendo, portanto, imprescindível readequar seu quadro de pessoal aos dispositivos da sobredita Resolução, o que, dentre outras motivações, justifica a aprovação do presente projeto.

Como se não bastasse, a implantação, em escala nacional, do PJ-e (processo judicial eletrônico) determinará a automatização de diversos procedimentos, o que exigirá mudança de perfil do Poder Judiciário. Logo, para a Justiça do Trabalho acompanhar a evolução que ocorrerá nos demais órgãos jurisdicionais é preciso dotá-la de melhores condições funcionais para implementação dos desafios que se avizinham, mormente procedendo à ampliação do seu quadro próprio permanente de profissionais da área de Tecnologia da Informação.

Em face das razões expostas, entendemos ser meritória e oportuna a proposição ora em análise, razão pela qual votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº.1829, de 2011.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2010. – Deputado **Augusto Coutinho,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.829/11, nos termos do parecer do relator, Deputado Augusto Coutinho.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Silvio Costa – Presidente, Eros Biondini e Augusto Coutinho – Vice-Presidentes, Assis Melo, Eudes Xavier, Fátima Pelaes, Flávia Morais, Gorete Pereira, Laercio Oliveira, Luciano Castro, Mauro Nazif, Policarpo, Roberto Balestra, Ronaldo Nogueira, Sérgio Moraes, Vicentinho, Alex Canziani, André Figueiredo, Heleno Silva, Irajá Abreu e Manuela d'Ávila.

Sala da Comissão, em 28 de setembro de 2011. – Deputado **Silvio Costa,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 1.869-A, DE 2011
(Do Tribunal Superior do Trabalho)
OF. TST.GDGSET.GP. N° 246/2011

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. MAURO NAZIF).

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição E Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 1.869, de 2011, propõe a criação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 14ª Região, com sede na cidade de Porto Velho, em Rondônia, de dez cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados.

As despesas decorrentes da criação dos referidos cargos correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 14ª Região no Orçamento Geral da União.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – Voto do Relator

A proposta sob exame, oriunda de demanda apresentada pelo TRT da 14ª Região, recebeu a necessária aprovação por parte do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, conforme exigido pela Lei nº 12.309, de 2010, e pelo Ato Conjunto nº 26/2010 – TST/CSJT.

O projeto visa acrescentar ao quadro de pessoal do TRT da 14ª Região dez cargos de provimento efetivo, indispensáveis ao adequado funcionamento daquele órgão do Poder Judiciário. A insuficiência do atual quantitativo de cargos daquela Corte é assim relatada na justificativa da proposição:

> "Segundo dados da unidade de estatística do Tribunal Superior do Trabalho, as Varas Trabalhistas daquele Regional deveriam contar com 77 (setenta e sete) servidores nessa especialidade, no entanto existem em seu Quadro Permanente apenas 59 (cinquenta e nove), resultando um déficit de 18 (dezoito) Analistas Judiciários na Especialidade Execução de Mandados.
>
> As grandes distâncias e as diversidades naturais da Amazônia são fatores gravosos à prestação jurisdicional, na medida em que o jurisdicionado tem dificuldade de acesso a algumas Varas do Trabalho do Tribunal da 14ª Região, constituído pelos Estados do Acre e de Rondônia. O eminente Relator do processo no Conselho Nacional de Justiça, nesse aspecto, ponderou:
>
> 'Imperioso destacar-se que algumas situações extrapolam aspectos meramente técnicos lastreados em dados matemáticos e estatísticos, como no caso presente em que os Estados de Rondônia e do Acre fazem fronteiras com países da América do Sul, o que torna sua localização estratégica. Ademais, há que frisar-se a peculiar situação do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

que deverá acompanhar a alteração brusca do cenário econômico regional em especial pelas obras nas Usinas de Santo Antônio e Jirau, além de sua localização geográfica que acarreta dificultoso transporte e cumprimento de mandados na região.'

De outro lado, atualmente encontram-se em andamento obras de relevo no Estado de Rondônia, fato que influi sobre a demanda jurisdicional da Região. "

Evidenciam-se, à luz desses argumentos, a oportunidade e a conveniência da proposta. Sem dúvida, a criação dos cargos mencionados contribuirá para reduzir o déficit de pessoal do TRT da 14ª Região, propiciando melhor atendimento à população local.

Em face do exposto, nosso voto é pela integral aprovação do Projeto de Lei nº 1.869, de 2011.

Sala da Comissão, em 14 de setembro de 2011. – Deputado **Mauro Nazif,** Relator

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.869/11, nos termos do parecer do relator, Deputado Mauro Nazif.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Silvio Costa – Presidente, Eros Biondini e Augusto Coutinho – Vice-Presidentes, Assis Melo, Eudes Xavier, Fátima Pelaes, Flávia Morais, Gorete Pereira, Laercio Oliveira, Luciano Castro, Mauro Nazif, Policarpo, Roberto Balestra, Ronaldo Nogueira, Sérgio Moraes, Vicentinho, Alex Canziani, André Figueiredo, Heleno Silva, Irajá Abreu e Manuela d'Ávila.

Sala da Comissão, 28 de setembro de 2011. – Deputado **Silvio Costa,** Presidente.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:

MARCO MAIA - PT - RS

1º Vice-Presidente:

ROSE DE FREITAS - PMDB - ES

2º Vice-Presidente:

EDUARDO DA FONTE - PP - PE

1º Secretário:

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

2º Secretário:

JORGE TADEU MUDALEN - DEM - SP

3º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE

4º Secretário:

JÚLIO DELGADO - PSB - MG

1º Suplente de Secretário:

GERALDO RESENDE - PMDB - MS

2º Suplente de Secretário:

MANATO - PDT - ES

3º Suplente de Secretário:

CARLOS EDUARDO CADOCA - PSC - PE

4º Suplente de Secretário:

SÉRGIO MORAES - PTB - RS

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Liderança do Governo

Líder: CÂNDIDO VACCAREZZA

Vice-Líderes:
Osmar Serraglio, Luciano Castro, Alex Canziani, José Guimarães, Odair Cunha, Waldir Maranhão, Hugo Leal e Rebecca Garcia.

Liderança da Minoria
Líder: PAULO ABI-ACKEL

Vice-Líderes:
Antonio Carlos Mendes Thame (1º Vice), Nelson Marchezan Junior, Felipe Maia, Arnaldo Jordy e Rui Palmeira.

PT
Líder: PAULO TEIXEIRA

Vice-Líderes:
Arlindo Chinaglia, Henrique Fontana, Artur Bruno, Dr. Rosinha, Janete Rocha Pietá, Pepe Vargas, Valmir Assunção, Assis Carvalho, Beto Faro, Carlos Zarattini, Edson Santos, Emiliano José, Márcio Macêdo, Pedro Eugênio, Dalva Figueiredo, Sibá Machado, Waldenor Pereira, Zeca Dirceu, Assis do Couto, Chico D'angelo, Jilmar Tatto e Luiz Couto.

PMDB
Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES

Vice-Líderes:
Teresa Surita, Almeida Lima, Antônio Andrade, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Edinho Araújo, Edinho Bez, Eduardo Cunha, Gastão Vieira (Licenciado), Genecias Noronha, Mauro Benevides, Renan Filho, Newton Cardoso, Marllos Sampaio, Lucio Vieira Lima, Francisco Escórcio, Gabriel Chalita, Marcelo Castro (1º Vice), Fabio Trad e Eliseu Padilha.

Bloco PSB, PTB, PCdoB
Líder: JOVAIR ARANTES

Vice-Líderes:
Osmar Júnior (1º Vice), Ana Arraes, Givaldo Carimbão, Edson Silva, Fernando Coelho Filho, Glauber Braga, Jose Stédile, Valadares Filho, Sandra Rosado, Arnaldo Faria de Sá, Arnon Bezerra, Josué Bengtson, Antonio Brito, Alice Portugal, Jô Moraes, Evandro Milhomen e Laurez Moreira.

PSDB
Líder: DUARTE NOGUEIRA

Vice-Líderes:
Otavio Leite (1º Vice), Alfredo Kaefer, Antonio Imbassahy, Bruno Araújo, Cesar Colnago, Domingos Sávio, Luiz Fernando Machado, Raimundo Gomes de Matos, Andreia Zito, Vanderlei Macris, Pinto Itamaraty, Reinaldo Azambuja, Bruna Furlan e Rogério Marinho.

Bloco PR, PTdoB, PRP, PHS, PTC, PSL
Líder: LINCOLN PORTELA

Vice-Líderes:
José Rocha (1º Vice), Anthony Garotinho, João Carlos Bacelar, Laercio Oliveira, Ronaldo Fonseca, Gorete Pereira, Izalci, Bernardo Santana de Vasconcellos, Maurício Quintella Lessa, Wellington Roberto, Lúcio Vale e Francisco Floriano.

DEM
Líder: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

Vice-Líderes:
Pauderney Avelino (1º Vice), Abelardo Lupion, Claudio Cajado, Efraim Filho, Marcos Montes, Mendonça Filho, Nice Lobão, Onyx Lorenzoni, Ronaldo Caiado, Rodrigo Maia e Alexandre Leite.

PP
Líder: AGUINALDO RIBEIRO

Vice-Líderes:
Jerônimo Goergen (1º Vice), Cida Borghetti, Luis Carlos Heinze, Sandes Júnior, Toninho Pinheiro, Renato Molling, Beto Mansur, Esperidião Amin, Paulo Maluf, Raul Lima e Simão Sessim.

PDT
Líder: GIOVANNI QUEIROZ

Vice-Líderes:
André Figueiredo (1º Vice), Wolney Queiroz, Paulo Pereira da Silva, Miro Teixeira, Ângelo Agnolin, Sueli Vidigal e Sebastião Bala Rocha.

Bloco PV, PPS
Líder: SARNEY FILHO

Vice-Líderes:
Rubens Bueno (1º Vice), Fábio Ramalho, Arnaldo Jardim, Roberto de Lucena, Antônio Roberto e Dr. Aluizio.

PSC
Líder: RATINHO JUNIOR

Vice-Líderes:
Zequinha Marinho (1º Vice), Edmar Arruda, Silas Câmara, Filipe Pereira e Carlos Eduardo Cadoca.

PRB
Líder: VITOR PAULO

Vice-Líderes:
George Hilton (1º Vice), Cleber Verde e Márcio Marinho.

PMN
Líder: FÁBIO FARIA

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL

Líder: CHICO ALENCAR

Vice-Líderes:
Ivan Valente.

PRTB
Repr.: AUREO

Líderes de Partidos
que participam de Bloco Parlamentar

PR

Líder: LINCOLN PORTELA

PSB

Líder: ANA ARRAES

PTB

Líder: JOVAIR ARANTES

PCdoB

Líder: OSMAR JÚNIOR

PV

Líder: SARNEY FILHO

PPS

Líder: RUBENS BUENO

PTdoB

Repr.: LOURIVAL MENDES

PSL

Repr.: DR. GRILO

PHS

Repr.: FELIPE BORNIER

PRP

Repr.: JÂNIO NATAL

PTC

Repr.: EDIVALDO HOLANDA JUNIOR

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Berinho Bantim - PSDB
Edio Lopes - PMDB
Francisco Araújo - PSL
Jhonatan de Jesus - PRB
Luciano Castro - PR
Paulo Cesar Quartiero - DEM
Raul Lima - PP
Teresa Surita - PMDB

Amapá

Dalva Figueiredo - PT
Davi Alcolumbre - DEM
Evandro Milhomen - PCdoB
Fátima Pelaes - PMDB
Janete Capiberibe - PSB
Luiz Carlos - PSDB
Sebastião Bala Rocha - PDT
Vinicius Gurgel - PR

Pará

André Dias - PSDB
Arnaldo Jordy - PPS
Asdrubal Bentes - PMDB
Beto Faro - PT
Cláudio Puty - PT
Elcione Barbalho - PMDB
Giovanni Queiroz - PDT
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Lira Maia - DEM
Lúcio Vale - PR
Miriquinho Batista - PT
Wandenkolk Gonçalves - PSDB
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Carlos Souza - PP
Francisco Praciano - PT
Henrique Oliveira - PR
Pauderney Avelino - DEM
Rebecca Garcia - PP
Sabino Castelo Branco - PTB
Silas Câmara - PSC

Rondônia

Carlos Magno - PP
Lindomar Garçon - PV
Marinha Raupp - PMDB
Mauro Nazif - PSB
Moreira Mendes - PPS
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB
Padre Ton - PT

Acre

Antônia Lúcia - PSC
Flaviano Melo - PMDB
Gladson Cameli - PP
Henrique Afonso - PV
Marcio Bittar - PSDB
Perpétua Almeida - PCdoB
Sibá Machado - PT
Taumaturgo Lima - PT

Tocantins

Ângelo Agnolin - PDT
César Halum - PPS
Eduardo Gomes - PSDB
Irajá Abreu - DEM
Júnior Coimbra - PMDB
Laurez Moreira - PSB
Lázaro Botelho - PP
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM

Maranhão

Alberto Filho - PMDB
Cleber Verde - PRB
Costa Ferreira - PSC
Davi Alves Silva Júnior - PR
Domingos Dutra - PT
Edivaldo Holanda Junior - PTC
Francisco Escórcio - PMDB
Hélio Santos - PSDB
Lourival Mendes - PTdoB
Nice Lobão - DEM
Pedro Novais - PMDB
Pinto Itamaraty - PSDB
Professor Setimo - PMDB
Ribamar Alves - PSB
Sarney Filho - PV
Waldir Maranhão - PP
Weverton Rocha - PDT
Zé Vieira - PR

Ceará

André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Balhmann - PSB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB

Artur Bruno - PT
Chico Lopes - PCdoB
Danilo Forte - PMDB
Domingos Neto - PSB
Edson Silva - PSB
Eudes Xavier - PT
Genecias Noronha - PMDB
Gorete Pereira - PR
João Ananias - PCdoB
José Airton - PT
José Guimarães - PT
José Linhares - PP
Manoel Salviano - PSDB
Mauro Benevides - PMDB
Raimundão - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PR

Piauí

Assis Carvalho - PT
Hugo Napoleão - DEM
Iracema Portella - PP
Jesus Rodrigues - PT
Júlio Cesar - DEM
Marcelo Castro - PMDB
Marllos Sampaio - PMDB
Nazareno Fonteles - PT
Osmar Júnior - PCdoB
Paes Landim - PTB

Rio Grande do Norte

Fábio Faria - PMN
Fátima Bezerra - PT
Felipe Maia - DEM
Henrique Eduardo Alves - PMDB
João Maia - PR
Paulo Wagner - PV
Rogério Marinho - PSDB
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Aguinaldo Ribeiro - PP
Benjamin Maranhão - PMDB
Damião Feliciano - PDT
Efraim Filho - DEM
Hugo Motta - PMDB
Luiz Couto - PT
Manoel Junior - PMDB
Nilda Gondim - PMDB
Romero Rodrigues - PSDB
Ruy Carneiro - PSDB
Wellington Roberto - PR
Wilson Filho - PMDB

Pernambuco

Ana Arraes - PSB
Anderson Ferreira - PR
Augusto Coutinho - DEM
Bruno Araújo - PSDB
Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Eduardo da Fonte - PP
Fernando Coelho Filho - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PR
João Paulo Lima - PT
Jorge Corte Real - PTB
José Augusto Maia - PTB
José Chaves - PTB
Luciana Santos - PCdoB
Mendonça Filho - DEM
Pastor Eurico - PSB
Paulo Rubem Santiago - PDT
Pedro Eugênio - PT
Raul Henry - PMDB
Roberto Teixeira - PP
Sergio Guerra - PSDB
Silvio Costa - PTB
Vilalba - PRB
Wolney Queiroz - PDT

Alagoas

Arthur Lira - PP
Celia Rocha - PTB
Givaldo Carimbão - PSB
João Lyra - PTB
Joaquim Beltrão - PMDB
Maurício Quintella Lessa - PR
Renan Filho - PMDB
Rosinha da Adefal - PTdoB
Rui Palmeira - PSDB

Sergipe

Almeida Lima - PMDB
Andre Moura - PSC
Heleno Silva - PRB
Laercio Oliveira - PR
Márcio Macêdo - PT
Mendonça Prado - DEM
Rogério Carvalho - PT
Valadares Filho - PSB

Bahia

Acelino Popó - PRB
Alice Portugal - PCdoB
Amauri Teixeira - PT
Antonio Brito - PTB
Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM
Antonio Imbassahy - PSDB
Arthur Oliveira Maia - PMDB
Claudio Cajado - DEM
Daniel Almeida - PCdoB

Edson Pimenta - PCdoB
Emiliano José - PT
Erivelton Santana - PSC
Fábio Souto - DEM
Félix Mendonça Júnior - PDT
Fernando Torres - DEM
Geraldo Simões - PT
Jânio Natal - PRP
João Carlos Bacelar - PR
José Carlos Araújo - PDT
José Nunes - DEM
José Rocha - PR
Joseph Bandeira - PT
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Lucio Vieira Lima - PMDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Argôlo - PP
Márcio Marinho - PRB
Marcos Medrado - PDT
Maurício Trindade - PR
Nelson Pellegrino - PT
Oziel Oliveira - PDT
Paulo Magalhães - DEM
Roberto Britto - PP
Rui Costa - PT
Sérgio Barradas Carneiro - PT
Sérgio Brito - PSC
Valmir Assunção - PT
Waldenor Pereira - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PDT
Aelton Freitas - PR
Antônio Andrade - PMDB
Antônio Roberto - PV
Aracely de Paula - PR
Bernardo Santana de Vasconcellos - PR
Bonifácio de Andrada - PSDB
Carlaile Pedrosa - PSDB
Diego Andrade - PR
Dimas Fabiano - PP
Domingos Sávio - PSDB
Dr. Grilo - PSL
Eduardo Azeredo - PSDB
Eduardo Barbosa - PSDB
Eros Biondini - PTB
Fábio Ramalho - PV
Gabriel Guimarães - PT
George Hilton - PRB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Jaime Martins - PR
Jairo Ataíde - DEM
Jô Moraes - PCdoB
João Bittar - DEM
João Magalhães - PMDB
José Humberto - PHS
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - DEM
Leonardo Monteiro - PT
Leonardo Quintão - PMDB
Lincoln Portela - PR
Luis Tibé - PTdoB
Luiz Fernando Faria - PP
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Marcos Montes - DEM
Marcus Pestana - PSDB
Mário de Oliveira - PSC
Mauro Lopes - PMDB
Miguel Corrêa - PT
Newton Cardoso - PMDB
Odair Cunha - PT
Padre João - PT
Paulo Abi-ackel - PSDB
Paulo Piau - PMDB
Reginaldo Lopes - PT
Renzo Braz - PP
Rodrigo de Castro - PSDB
Saraiva Felipe - PMDB
Toninho Pinheiro - PP
Vitor Penido - DEM
Walter Tosta - PMN
Weliton Prado - PT
Zé Silva - PDT

Espírito Santo

Audifax - PSB
Camilo Cola - PMDB
Cesar Colnago - PSDB
Dr. Jorge Silva - PDT
Lauriete - PSC
Lelo Coimbra - PMDB
Manato - PDT
Paulo Foletto - PSB
Rose de Freitas - PMDB
Sueli Vidigal - PDT

Rio de Janeiro

Adrian - PMDB
Alessandro Molon - PT
Alexandre Santos - PMDB
Alfredo Sirkis - PV
Andreia Zito - PSDB
Anthony Garotinho - PR
Arolde de Oliveira - DEM
Aureo - PRTB
Benedita da Silva - PT
Brizola Neto - PDT
Chico Alencar - PSOL
Chico D'angelo - PT
Deley - PSC
Dr. Adilson Soares - PR
Dr. Aluizio - PV
Dr. Carlos Alberto - PMN
Dr. Paulo César - PR
Edson Ezequiel - PMDB
Edson Santos - PT

Eduardo Cunha - PMDB
Eliane Rolim - PT
Felipe Bornier - PHS
Fernando Jordão - PMDB
Filipe Pereira - PSC
Francisco Floriano - PR
Glauber Braga - PSB
Hugo Leal - PSC
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
Jean Wyllys - PSOL
Liliam Sá - PR
Marcelo Matos - PDT
Miro Teixeira - PDT
Neilton Mulim - PR
Nelson Bornier - PMDB
Otavio Leite - PSDB
Paulo Feijó - PR
Rodrigo Maia - DEM
Romário - PSB
Simão Sessim - PP
Solange Almeida - PMDB
Stepan Nercessian - PPS
Vitor Paulo - PRB
Walney Rocha - PTB
Washington Reis - PMDB
Zoinho - PR

São Paulo

Alberto Mourão - PSDB
Aldo Rebelo - PCdoB
Alexandre Leite - DEM
Aline Corrêa - PP
Antonio Bulhões - PRB
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Jardim - PPS
Beto Mansur - PP
Bruna Furlan - PSDB
Cândido Vaccarezza - PT
Carlinhos Almeida - PT
Carlos Roberto - PSDB
Carlos Sampaio - PSDB
Carlos Zarattini - PT
Delegado Protógenes - PCdoB
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Ubiali - PSB
Dra. Elaine Abissamra - PSB
Duarte Nogueira - PSDB
Edinho Araújo - PMDB
Eleuses Paiva - DEM
Eli Correa Filho - DEM
Gabriel Chalita - PMDB
Guilherme Campos - DEM
Guilherme Mussi - PV
Ivan Valente - PSOL
Janete Rocha Pietá - PT
Jefferson Campos - PSB
Jilmar Tatto - PT
João Dado - PDT
João Paulo Cunha - PT
Jonas Donizette - PSB
Jorge Tadeu Mudalen - DEM
José de Filippi - PT
José Mentor - PT
Junji Abe - DEM
Keiko Ota - PSB
Luiz Fernando Machado - PSDB
Luiza Erundina - PSB
Mara Gabrilli - PSDB
Marcelo Aguiar - PSC
Milton Monti - PR
Missionário José Olimpio - PP
Nelson Marquezelli - PTB
Newton Lima - PT
Otoniel Lima - PRB
Pastor Marco Feliciano - PSC
Paulo Freire - PR
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - PDT
Paulo Teixeira - PT
Penna - PV
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Izar - PV
Ricardo Tripoli - PSDB
Roberto de Lucena - PV
Roberto Freire - PPS
Roberto Santiago - PV
Salvador Zimbaldi - PDT
Tiririca - PR
Valdemar Costa Neto - PR
Vanderlei Macris - PSDB
Vaz de Lima - PSDB
Vicente Candido - PT
Vicentinho - PT
Walter Ihoshi - DEM
William Dib - PSDB

Mato Grosso

Carlos Bezerra - PMDB
Homero Pereira - PR
Júlio Campos - DEM
Neri Geller - PP
Nilson Leitão - PSDB
Roberto Dorner - PP
Valtenir Pereira - PSB
Wellington Fagundes - PR

Distrito Federal

Augusto Carvalho - PPS
Erika Kokay - PT
Izalci - PR
Jaqueline Roriz - PMN
Luiz Pitiman - PMDB
Policarpo - PT

Reguffe - PDT
Ronaldo Fonseca - PR

Goiás

Armando Vergílio - PMN
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Flávia Morais - PDT
Heuler Cruvinel - DEM
Íris de Araújo - PMDB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Magda Mofatto - PTB
Marina Santanna - PT
Pedro Chaves - PMDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - DEM
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PR
Valdivino de Oliveira - PSDB

Mato Grosso do Sul

Biffi - PT
Fabio Trad - PMDB
Geraldo Resende - PMDB
Giroto - PR
Mandetta - DEM
Marçal Filho - PMDB
Reinaldo Azambuja - PSDB
Vander Loubet - PT

Paraná

Abelardo Lupion - DEM
Alex Canziani - PTB
Alfredo Kaefer - PSDB
Andre Vargas - PT
André Zacharow - PMDB
Angelo Vanhoni - PT
Assis do Couto - PT
Cida Borghetti - PP
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Edmar Arruda - PSC
Eduardo Sciarra - DEM
Fernando Francischini - PSDB
Giacobo - PR
Hermes Parcianello - PMDB
João Arruda - PMDB
Leopoldo Meyer - PSB
Luiz Carlos Setim - DEM
Luiz Nishimori - PSDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Nelson Padovani - PSC
Osmar Serraglio - PMDB
Ratinho Junior - PSC
Reinhold Stephanes - PMDB
Rosane Ferreira - PV
Rubens Bueno - PPS
Sandro Alex - PPS
Takayama - PSC
Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Carmen Zanotto - PPS
Celso Maldaner - PMDB
Décio Lima - PT
Edinho Bez - PMDB
Esperidião Amin - PP
Gean Loureiro - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Jorginho Mello - PSDB
Luci Choinacki - PT
Mauro Mariani - PMDB
Onofre Santo Agostini - DEM
Pedro Uczai - PT
Rogério Peninha Mendonça - PMDB
Ronaldo Benedet - PMDB
Valdir Colatto - PMDB

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP
Alceu Moreira - PMDB
Alexandre Roso - PSB
Assis Melo - PCdoB
Bohn Gass - PT
Danrlei de Deus Hinterholz - PTB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Fernando Marroni - PT
Giovani Cherini - PDT
Henrique Fontana - PT
Jerônimo Goergen - PP
José Otávio Germano - PP
Jose Stédile - PSB
Luis Carlos Heinze - PP
Luiz Noé - PSB
Manuela D'ávila - PCdoB
Marco Maia - PT
Marcon - PT
Nelson Marchezan Junior - PSDB
Onyx Lorenzoni - DEM
Osmar Terra - PMDB
Paulo Pimenta - PT
Pepe Vargas - PT
Renato Molling - PP
Ronaldo Nogueira - PTB
Ronaldo Zulke - PT
Sérgio Moraes - PTB
Vieira da Cunha - PDT
Vilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Lira Maia (DEM)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Celso Maldaner (PMDB)
3º Vice-Presidente: José Nunes (DEM)

Titulares	Suplentes
PT	
Assis do Couto	Geraldo Simões
Beto Faro	Miriquinho Batista
Bohn Gass	Padre Ton
Jesus Rodrigues	Valmir Assunção
Josias Gomes	Waldenor Pereira
Marcon	2 vagas
Vander Loubet	
PMDB	
Alceu Moreira	Alberto Filho
Celso Maldaner	Antônio Andrade
Leandro Vilela	Edinho Araújo
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Paulo Piau	Lucio Vieira Lima vaga do PR
Pedro Chaves vaga do PDT	Valdir Colatto
Reinhold Stephanes	1 vaga
PSDB	
Domingos Sávio	Alfredo Kaefer
Hélio Santos	Duarte Nogueira
Luiz Nishimori	Nilson Leitão vaga do DEM
Reinaldo Azambuja	Raimundo Gomes de Matos
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Wandenkolk Gonçalves
	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PP	
Arthur Lira vaga do PR	Afonso Hamm vaga do PSDB
Carlos Magno vaga do PSB	Lázaro Botelho vaga do PR
Dilceu Sperafico	Neri Geller
João Pizzolatti	Roberto Dorner
Luis Carlos Heinze	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
DEM	
Abelardo Lupion vaga do Bloco PV, PPS	Heuler Cruvinel vaga do Bloco PV, PPS
Jairo Ataíde vaga do PSB	Luiz Carlos Setim
José Nunes	Marcos Montes vaga do PSB
Lira Maia	Onofre Santo Agostini
Paulo Cesar Quartiero vaga do PSB	Onyx Lorenzoni vaga do PSB
Ronaldo Caiado	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Vitor Penido vaga do PSDB	
PR	
Davi Alves Silva Júnior	Aelton Freitas
Homero Pereira	Diego Andrade vaga do PRB
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Fernando Coelho Filho
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PDT	
Zé Silva	Giovanni Queiroz
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Oziel Oliveira
Bloco PV, PPS	
Moreira Mendes	César Halum
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PTB	
Josué Bengtson	Celia Rocha
Nilton Capixaba	Nelson Marquezelli
	Sérgio Moraes vaga do PP

PSC

Nelson Padovani — Antônia Lúcia

PCdoB

Edson Pimenta — João Ananias

PRB

Heleno Silva — (Dep. do PR ocupa a vaga)

PMN

(Dep. do PSL ocupa a vaga) — Jaqueline Roriz

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32
Telefones: 3216-6403/6404/6406
FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Gladson Cameli (PP)
1º Vice-Presidente: Carlos Souza (PP)
2º Vice-Presidente: Raul Lima (PP)
3º Vice-Presidente: Zequinha Marinho (PSC)

Titulares — **Suplentes**

PT

Miriquinho Batista — Francisco Praciano

Padre Ton — Zé Geraldo

Taumaturgo Lima — 1 vaga

PMDB

Marinha Raupp — Asdrubal Bentes

(Dep. do PP ocupa a vaga) — Átila Lins

1 vaga — José Priante

PSDB

Marcio Bittar — Hélio Santos vaga do PP

Zenaldo Coutinho — Luiz Carlos vaga do PR

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

PP

Carlos Souza — Luis Carlos Heinze

Gladson Cameli — (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

Neri Geller vaga do PMDB

Raul Lima vaga do Bloco PV, PPS

DEM

(Dep. do PSB ocupa a vaga) — Paulo Cesar Quartiero

1 vaga — 1 vaga

PR

2 vagas — Lúcio Vale

(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PSB

Janete Capiberibe vaga do DEM — Glauber Braga

Laurez Moreira — Valtenir Pereira vaga do PCdoB

PDT

Giovanni Queiroz — Ademir Camilo

Bloco PV, PPS

(Dep. do PP ocupa a vaga) — Arnaldo Jordy vaga do PSDB

Henrique Afonso vaga do PSDB

Lindomar Garçon

PTB

Magda Mofatto — Ronaldo Nogueira

PSC

Zequinha Marinho — Antônia Lúcia

PCdoB

Perpétua Almeida — (Dep. do PSB ocupa a vaga)

Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires
Local: Anexo II - Sala T- 59
Telefones: 3216-6432
FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Bruno Araújo (PSDB)
1º Vice-Presidente: Antonio Imbassahy (PSDB)
2º Vice-Presidente: Silas Câmara (PSC)
3º Vice-Presidente: Ruy Carneiro (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlinhos Almeida	Beto Faro
Emiliano José	Biffi
Gilmar Machado	Dalva Figueiredo
Newton Lima	Fernando Marroni
Sibá Machado	Joseph Bandeira
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Josias Gomes
(Dep. do PRTB ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PMDB	
Hermes Parcianello	Benjamin Maranhão vaga do PMN
Hugo Motta	Júnior Coimbra
Marllos Sampaio	Manoel Junior
Rogério Peninha Mendonça	Wilson Filho
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Wladimir Costa
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)
	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSDB	
Antonio Imbassahy	Eduardo Azeredo
Bruno Araújo	Paulo Abi-ackel
Duarte Nogueira	Rodrigo de Castro
Ruy Carneiro	Romero Rodrigues
PP	
Beto Mansur	Carlos Souza
Missionário José Olimpio	Renzo Braz
Sandes Júnior	Waldir Maranhão
DEM	
Arolde de Oliveira	Eli Correa Filho
Júlio Campos	Rodrigo Maia vaga do PTB
Marcos Montes	Walter Ihoshi
	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PR	
Dr. Adilson Soares	Davi Alves Silva Júnior vaga do PT
Francisco Floriano	Gorete Pereira vaga do PMDB
José Rocha	Izalci
	Milton Monti
	Wellington Roberto
PSB	
Ariosto Holanda	Domingos Neto
Luiza Erundina	Edson Silva
Pastor Eurico vaga do PTB	Luiz Noé
Paulo Foletto vaga do PCdoB	
Ribamar Alves	
PDT	
Miro Teixeira	Brizola Neto
Salvador Zimbaldi	Félix Mendonça Júnior
Bloco PV, PPS	
Lindomar Garçon	Fábio Ramalho vaga do DEM
Paulo Wagner	Stepan Nercessian
Sandro Alex vaga do PTB	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PTB	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Arnon Bezerra
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
PSC	
Antônia Lúcia vaga do PT	Mário de Oliveira vaga do Bloco PV, PPS
Marcelo Aguiar vaga do PMDB	Takayama vaga do PMDB
Ratinho Junior	Zequinha Marinho
Silas Câmara vaga do PMN	
PCdoB	

Luciana Santos vaga do PMDB	Evandro Milhomen
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	

PRB

Cleber Verde	Jhonatan de Jesus
Márcio Marinho vaga do PTdoB	

PMN

(Dep. do PSC ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTdoB

(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do PSL ocupa a vaga)

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49
Telefones: 3216-6452 A 6458
FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: João Paulo Cunha (PT)
1º Vice-Presidente: Arthur Oliveira Maia (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vicente Candido (PT)
3º Vice-Presidente: Cesar Colnago (PSDB)

Titulares	**Suplentes**

PT

Alessandro Molon	Assis Carvalho
Jilmar Tatto	Décio Lima
João Paulo Cunha	Fátima Bezerra
João Paulo Lima	Gabriel Guimarães
José Mentor	Márcio Macêdo
Luiz Couto	Marina Santanna
Nelson Pellegrino	Nazareno Fonteles
Odair Cunha	Pedro Eugênio
Ricardo Berzoini	Pedro Uczai
Rubens Otoni	Sérgio Barradas Carneiro
Vicente Candido	Sibá Machado

PMDB

Almeida Lima	Benjamin Maranhão
Arthur Oliveira Maia	Francisco Escórcio
Carlos Bezerra vaga do PMN	Gabriel Chalita
Danilo Forte	Gean Loureiro
Eduardo Cunha	João Magalhães
Eliseu Padilha	Leandro Vilela
Fabio Trad vaga do Bloco PV, PPS	Mauro Lopes vaga do PSB
Marçal Filho vaga do PSC	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
Mauro Benevides	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
Osmar Serraglio	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Solange Almeida	
Wilson Filho	

PSDB

André Dias	Bruna Furlan
Bonifácio de Andrada	Bruno Araújo
Cesar Colnago vaga do PTB	Carlos Sampaio
João Campos	Fernando Francischini
Jorginho Mello	Luiz Fernando Machado vaga do DEM
Jutahy Junior	Nelson Marchezan Junior
Luiz Carlos	Ricardo Tripoli

PP

Dimas Fabiano	Cida Borghetti
Esperidião Amin	Dilceu Sperafico
Paulo Maluf	Márcio Reinaldo Moreira
Roberto Teixeira	Rebecca Garcia vaga do PTB
Vilson Covatti	Roberto Balestra
	Sandes Júnior

DEM

Efraim Filho	Alexandre Leite
Felipe Maia	Antonio Carlos Magalhães Neto
Mendonça Filho	Pauderney Avelino
Mendonça Prado	Ronaldo Caiado

Onyx Lorenzoni	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PR	
Anthony Garotinho	Gorete Pereira
Henrique Oliveira	Jaime Martins
Maurício Quintella Lessa	Maurício Trindade
Ronaldo Fonseca	Sandro Mabel
Vicente Arruda	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PSB	
Edson Silva	Domingos Neto
Sandra Rosado	Gonzaga Patriota
Valtenir Pereira	Laurez Moreira
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PDT	
Brizola Neto	José Carlos Araújo
Félix Mendonça Júnior	Wolney Queiroz
Marcos Medrado	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
Vieira da Cunha vaga do PSB	
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Alfredo Sirkis
Roberto Freire	Moreira Mendes vaga do PMDB
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Sandro Alex
	Sarney Filho
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	João Lyra
Paes Landim	Nilton Capixaba
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PSC	
Pastor Marco Feliciano	Hugo Leal
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Sérgio Brito vaga do PMDB
	Silas Câmara
PCdoB	
Delegado Protógenes	Chico Lopes
Evandro Milhomen	Daniel Almeida
PRB	
Antonio Bulhões	Cleber Verde vaga do PR
	Vitor Paulo
PMN	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Armando Vergílio vaga do PDT
	Walter Tosta
PTdoB	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	Lourival Mendes

Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II,Térreo, Ala A, sala 21
Telefones: 3216-6494
FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Roberto Santiago (PV)
1º Vice-Presidente: César Halum (PPS)
2º Vice-Presidente: Ricardo Izar (PV)
3º Vice-Presidente: Wolney Queiroz (PDT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Joseph Bandeira	Carlinhos Almeida
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Cláudio Puty
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	João Paulo Cunha
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Weliton Prado
PMDB	
Gean Loureiro vaga do PT	Fabio Trad
Raimundão	Nilda Gondim
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PSDB	

Carlos Sampaio	Rogério Marinho
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do DEM ocupa a vaga)

PP

Iracema Portella	Aline Corrêa
João Leão (Licenciado)	(Dep. do PSL ocupa a vaga)

DEM

Eli Correa Filho	Augusto Coutinho vaga do PSDB
Walter Ihoshi	Felipe Maia
	Hugo Napoleão

PR

(Dep. do PRB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PRB ocupa a vaga)

PSB

Ana Arraes	Valadares Filho
Givaldo Carimbão vaga do PT	

PDT

José Carlos Araújo	Marcos Medrado
Reguffe vaga do PT	
Wolney Queiroz vaga do PR	

Bloco PV, PPS

César Halum vaga do PMDB	Antônio Roberto
Ricardo Izar vaga do PSDB	Dimas Ramalho vaga do PR
Roberto Santiago	

PTB

Nelson Marquezelli	Silvio Costa

PSC

Deley	Carlos Eduardo Cadoca
Lauriete vaga do PMDB	

PCdoB

Chico Lopes	(Dep. do PRTB ocupa a vaga)

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 3216-6920 A 6922
FAX: 3216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: João Maia (PR)
1º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PHS)
2º Vice-Presidente: Natan Donadon (PMDB)
3º Vice-Presidente: Romero Rodrigues (PSDB)

Titulares	**Suplentes**

PT

Francisco Praciano	Jesus Rodrigues
Miguel Corrêa	Jorge Boeira
Ronaldo Zulke	Luiz Alberto

PMDB

Camilo Cola	Fátima Pelaes
Natan Donadon	Osmar Terra
(Dep. do PHS ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)

PSDB

Romero Rodrigues	Carlos Roberto vaga do DEM
Valdivino de Oliveira	Mara Gabrilli
	Otavio Leite

PP

Renato Molling	Simão Sessim
	Vilson Covatti vaga do PMDB

DEM

Mandetta	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PR

João Maia	Giacobo vaga do PHS
	Wellington Fagundes

PSB

Antonio Balhmann	Dr. Ubiali

(Dep. do PMN ocupa a vaga) (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PDT

Ângelo Agnolin Damião Feliciano

Bloco PV, PPS

(Dep. do PTB ocupa a vaga) Guilherme Mussi

PTB

João Lyra Jorge Corte Real

José Augusto Maia vaga do Bloco PV, PPS

PSC

Andre Moura Edmar Arruda

PHS

Felipe Bornier vaga do PMDB (Dep. do PR ocupa a vaga)

(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 3216-6601 A 6609
FAX: 3216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Manoel Junior (PMDB)
1º Vice-Presidente: Roberto Britto (PP)
2º Vice-Presidente: José de Filippi (PT)
3º Vice-Presidente: Leopoldo Meyer (PSB)

Titulares **Suplentes**

PT

Eliane Rolim Artur Bruno

Fernando Marroni João Paulo Lima

José de Filippi José Guimarães

PMDB

Francisco Escórcio vaga do PTB Adrian vaga do PRP

Genecias Noronha vaga do PSL Edinho Araújo vaga do PSL

João Arruda Flaviano Melo

Manoel Junior Hugo Motta

Mauro Mariani Teresa Surita

PSDB

Bruna Furlan Alberto Mourão

William Dib (Dep. do PP ocupa a vaga)

PP

Roberto Britto Luiz Argôlo vaga do PSDB

Roberto Dorner vaga do PDT Roberto Teixeira

DEM

Heuler Cruvinel (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PR

Zoinho João Carlos Bacelar vaga do PRTB

Paulo Freire

PSB

Leopoldo Meyer Audifax

PDT

(Dep. do PP ocupa a vaga) Marcelo Matos

Bloco PV, PPS

Rosane Ferreira Arnaldo Jardim

PTB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) José Chaves

PRTB

(Dep. do PRB ocupa a vaga) (Dep. do PR ocupa a vaga)

PRP

(Dep. do PTC ocupa a vaga) (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSL

(Dep. do PMDB ocupa a vaga) (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Iracema Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 3216-6551/ 6554
FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Manuela D'ávila (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Domingos Dutra (PT)
2º Vice-Presidente: Arnaldo Jordy (PPS)
3º Vice-Presidente: Liliam Sá (PR)

Titulares	Suplentes
PT	
Domingos Dutra	Luiz Couto
Edson Santos	Marcon
Erika Kokay	Vicentinho
Janete Rocha Pietá vaga do PTB	
PMDB	
3 vagas	Íris de Araújo
	Teresa Surita
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PSDB	
Marco Tebaldi (Licenciado)	Rogério Marinho
1 vaga	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
PP	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Jair Bolsonaro
DEM	
Fernando Torres	Paulo Magalhães
PR	
Liliam Sá	Anderson Ferreira
PSB	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Keiko Ota
	Luiza Erundina vaga do PMDB
PDT	
Manato	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
Arnaldo Jordy	Henrique Afonso
Geraldo Thadeu vaga do PP	
PTB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Josué Bengtson
PSOL	
Chico Alencar	Jean Wyllys
PRP	
1 vaga	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
PTC	
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 3216-6571
FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Fátima Bezerra (PT)
1º Vice-Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
2º Vice-Presidente: Artur Bruno (PT)
3º Vice-Presidente: Alice Portugal (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
Artur Bruno	Alessandro Molon
Biffi	Angelo Vanhoni
Fátima Bezerra	Eliane Rolim
Nazareno Fonteles	Emiliano José
Paulo Pimenta	José de Filippi vaga do PMDB
Pedro Uczai vaga do PDT	Newton Lima
Reginaldo Lopes vaga do PRB	Rui Costa vaga do PRB
Waldenor Pereira vaga do PP	
PMDB	
Gabriel Chalita	Eliseu Padilha vaga do PSB
Gastão Vieira (Licenciado)	Mauro Benevides vaga do PR
Joaquim Beltrão	Osmar Serraglio
Lelo Coimbra	Pedro Chaves vaga do PDT
Professor Setimo	Renan Filho
Raul Henry vaga do PP	Rogério Peninha Mendonça
	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	(Dep. do PT ocupa a vaga)

PSDB

Mara Gabrilli	Bonifácio de Andrada
Pinto Itamaraty	Eduardo Barbosa
Rogério Marinho	Jorginho Mello vaga do PP
	Nelson Marchezan Junior

PP

Waldir Maranhão	Esperidião Amin
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	José Linhares
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

DEM

Luiz Carlos Setim	Eleuses Paiva
Nice Lobão	João Bittar
Professora Dorinha Seabra Rezende	Onyx Lorenzoni

PR

Izalci	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Paulo Freire	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Tiririca	(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSB

Dr. Ubiali	Ariosto Holanda vaga do PR
Luiz Noé	Romário vaga do PR
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	1 vaga

PDT

Paulo Rubem Santiago	Oziel Oliveira
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

Antônio Roberto	Penna
Stepan Nercessian	Rosane Ferreira

PTB

Alex Canziani	Danrlei de Deus Hinterholz

PSC

1 vaga	Pastor Marco Feliciano

PCdoB

Alice Portugal	Jandira Feghali

PRB

(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)

Secretário(a): Jairo Luís Brod
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628
FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Cláudio Puty (PT)
1º Vice-Presidente: Júnior Coimbra (PMDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Andre Vargas	Amauri Teixeira
Assis Carvalho	José Mentor
Cláudio Puty	Policarpo
José Guimarães	Reginaldo Lopes
Pedro Eugênio	Ricardo Berzoini
Pepe Vargas	Rogério Carvalho
Rui Costa vaga do PDT	Zeca Dirceu vaga do PDT
Valmir Assunção vaga do PMDB	
PMDB	
José Priante	Arthur Oliveira Maia
Júnior Coimbra	Celso Maldaner vaga do PR
Lucio Vieira Lima	Eduardo Cunha
Luiz Pitiman	Genecias Noronha
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Lelo Coimbra vaga do Bloco PV, PPS
	Reinhold Stephanes

	Solange Almeida

PSDB

Alfredo Kaefer	Antonio Carlos Mendes Thame
Rui Palmeira	Marcus Pestana
Vaz de Lima	Valdivino de Oliveira

PP

Jerônimo Goergen	José Otávio Germano
Márcio Reinaldo Moreira	Paulo Maluf
Renzo Braz	Vilson Covatti vaga do DEM
	1 vaga

DEM

Alexandre Leite	Jairo Ataíde
Júlio Cesar vaga do Bloco PV, PPS	João Bittar
Pauderney Avelino	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Rodrigo Maia	

PR

Aelton Freitas	João Maia
Maurício Trindade	Luciano Castro
(Dep. do PHS ocupa a vaga)	Maurício Quintella Lessa vaga do PTB
	Vinicius Gurgel vaga do PRB
	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSB

Audifax	Jose Stédile
Fernando Coelho Filho	Mauro Nazif

PDT

João Dado	André Figueiredo
(Dep. do PT ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)

Bloco PV, PPS

Carmen Zanotto	Arnaldo Jardim
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTB

Jorge Corte Real	(Dep. do PR ocupa a vaga)

PSC

Edmar Arruda	Marcelo Aguiar

PCdoB

1 vaga	1 vaga

PRB

(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Marcelle R. Campello Cavalcanti
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 3216-6654/6655/6652
FAX: 3216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Sérgio Brito (PSC)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Jorge Boeira (PT)
3º Vice-Presidente: Filipe Pereira (PSC)

Titulares	**Suplentes**

PT

Angelo Vanhoni	Devanir Ribeiro
Jorge Boeira	Edson Santos
Sérgio Barradas Carneiro	Odair Cunha

PMDB

Alexandre Santos	Edinho Bez
Edio Lopes vaga do PP	Eduardo Cunha
João Magalhães	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Marcelo Castro vaga do PSC	
Nelson Bornier	

PSDB

Carlos Brandão (Licenciado)	Carlaile Pedrosa
Fernando Francischini vaga do PTB	Duarte Nogueira
Nilson Leitão	Vanderlei Macris vaga do PSC
	Vaz de Lima vaga do PTB

PP

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Carlos Magno
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Sandes Júnior
DEM	
2 vagas	Davi Alcolumbre
	Mendonça Filho
PR	
Paulo Feijó	Anthony Garotinho vaga do PSB
Wellington Roberto	Dr. Paulo César
	(Dep. do PRTB ocupa a vaga)
PSB	
Glauber Braga	(Dep. do PR ocupa a vaga)
PDT	
Ademir Camilo	João Dado
	Marcos Medrado vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Moreira Mendes
PTB	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PSC	
Filipe Pereira vaga do PP	Deley vaga do PCdoB
Sérgio Brito vaga do Bloco PV, PPS	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PCdoB	
Osmar Júnior	(Dep. do PSC ocupa a vaga)

Secretário(a): Regina Pereira Games
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 3216-6671 A 6675
FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Vitor Paulo (PRB)
1º Vice-Presidente: Edivaldo Holanda Junior (PTC)
2º Vice-Presidente: Dr. Grilo (PSL)
3º Vice-Presidente: Jânio Natal (PRP)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Ferro	Fátima Bezerra vaga do PR
Fernando Marroni	Leonardo Monteiro
Paulo Pimenta	Marina Santanna
	Miriquinho Batista
	Pedro Uczai vaga do PMDB
PMDB	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Luiz Fernando Machado	2 vagas
1 vaga	
PP	
Roberto Britto	Cida Borghetti
Waldir Maranhão	Iracema Portella
DEM	
Paulo Magalhães	1 vaga
PR	
1 vaga	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSB	
Glauber Braga vaga do PMDB	Jose Stédile
Luiza Erundina	
PDT	
Sebastião Bala Rocha	Paulo Rubem Santiago
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PSL ocupa a vaga)	Arnaldo Jordy
PTB	
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	Antonio Brito
PSC	

Silas Câmara — Erivelton Santana

PCdoB

(Dep. do PTC ocupa a vaga) — 1 vaga

Secretário(a): Sônia Hypolito
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6699

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Giovani Cherini (PDT)
1º Vice-Presidente: Oziel Oliveira (PDT)
2º Vice-Presidente: Claudio Cajado (DEM)
3º Vice-Presidente: Penna (PV)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Leonardo Monteiro	Assis do Couto
Márcio Macêdo	Domingos Dutra
Marina Santanna	Fernando Ferro
Zé Geraldo vaga do PSOL	Taumaturgo Lima vaga do PP
PMDB	
Valdir Colatto	Fernando Jordão
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Moacir Micheletto
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Paulo Piau vaga do PTB
	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PSDB	
Nelson Marchezan Junior	Antonio Carlos Mendes Thame
Ricardo Tripoli	Marcio Bittar
PP	
Rebecca Garcia vaga do PMDB	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Toninho Pinheiro	
DEM	
Claudio Cajado vaga do PSB	Marcos Montes
Irajá Abreu	
PR	
Giacobo	Bernardo Santana de Vasconcellos vaga do PRTB
	Homero Pereira
PSB	
(Dep. do DEM ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão
PDT	
Giovani Cherini	Miro Teixeira
Oziel Oliveira vaga do PMDB	
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho vaga do PTB	1 vaga
Penna vaga do PRTB	
Sarney Filho	
PTB	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSC	
Mário de Oliveira	Lauriete
PSOL	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Chico Alencar
PRTB	
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Ana Katia Martins Bertholdo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 142
Telefones: 3216-6521 A 6526
FAX: 3216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Luiz Fernando Faria (PP)
1º Vice-Presidente: Wladimir Costa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (DEM)
3º Vice-Presidente: Simão Sessim (PP)

Titulares	**Suplentes**
PT	

Carlos Zarattini	Andre Vargas
Fernando Ferro	Gilmar Machado
Gabriel Guimarães	Padre João
Luiz Alberto	Ronaldo Zulke
Weliton Prado	(Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

Adrian	Alexandre Santos vaga do PCdoB
Aníbal Gomes	Edio Lopes
Antônio Andrade	João Arruda
Asdrubal Bentes vaga do PCdoB	Leonardo Quintão
Edinho Bez vaga do PSB	Professor Setimo
Fernando Jordão	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Ronaldo Benedet vaga do PTB	
Wladimir Costa	

PSDB

Berinho Bantim	André Dias
Luiz Fernando Machado vaga do PSB	Domingos Sávio
Paulo Abi-ackel	Rodrigo de Castro
Sergio Guerra vaga do PSC	
Wandenkolk Gonçalves	

PP

José Otávio Germano	Aguinaldo Ribeiro
Luiz Fernando Faria	Carlos Souza vaga do PT
Simão Sessim	Dimas Fabiano
	Luiz Argôlo

DEM

Davi Alcolumbre	Abelardo Lupion
Onofre Santo Agostini	Fernando Torres
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	Júlio Campos

PR

Bernardo Santana de Vasconcellos	Aracely de Paula
João Carlos Bacelar	Laercio Oliveira
Vinicius Gurgel vaga do PRB	Paulo Feijó vaga do PRB

PSB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Antonio Balhmann vaga do PMDB
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Ribamar Alves
	(Dep. do PRB ocupa a vaga)

PDT

Marcelo Matos	Ângelo Agnolin

Bloco PV, PPS

Arnaldo Jardim	Arnaldo Jordy
Dr. Aluizio	Paulo Wagner
Guilherme Mussi vaga do DEM	

PTB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Sabino Castelo Branco

PSC

(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Nelson Padovani

PCdoB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PRB

(Dep. do PR ocupa a vaga)	George Hilton vaga do PSB
	(Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 3216-6711 / 6713
FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Carlos Alberto Leréia (PSDB)
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (DEM)
2º Vice-Presidente: Eduardo Azeredo (PSDB)
3º Vice-Presidente: Vitor Paulo (PRB)

Titulares	**Suplentes**

PT

Arlindo Chinaglia	Benedita da Silva
Dalva Figueiredo	Carlos Zarattini
Décio Lima	Janete Rocha Pietá
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto
Henrique Fontana	Leonardo Monteiro
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Paulo Pimenta

PMDB

Átila Lins	Almeida Lima
Flaviano Melo	André Zacharow
Geraldo Resende vaga do PP	Marcelo Castro vaga do PSB
Íris de Araújo	Raul Henry vaga do PMN
(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame	Berinho Bantim
Carlos Alberto Leréia	Luiz Nishimori
Eduardo Azeredo	Reinaldo Azambuja

PP

Cida Borghetti	Beto Mansur
Jair Bolsonaro	Missionário José Olimpio
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Renato Molling

DEM

Fábio Souto	Claudio Cajado
Hugo Napoleão	Mandetta

PR

(Dep. do PRB ocupa a vaga)	José Rocha
(Dep. do PRB ocupa a vaga)	Vicente Arruda

PSB

Gonzaga Patriota	Abelardo Camarinha (Licenciado)
Jefferson Campos	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PDT

Damião Feliciano	Salvador Zimbaldi
Sebastião Bala Rocha	Vieira da Cunha

Bloco PV, PPS

Alfredo Sirkis	Augusto Carvalho vaga do PSC
Dimas Ramalho vaga do PMDB	Geraldo Thadeu vaga do PMDB
Roberto de Lucena vaga do PTdoB	Stepan Nercessian

PTB

Arnon Bezerra	Antonio Brito
	Paes Landim vaga do PMDB

PSC

Takayama	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

PCdoB

Aldo Rebelo	Perpétua Almeida

PMN

Jaqueline Roriz	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTdoB

(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Ana Cristina Oliveira
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Mendonça Prado (DEM)
1º Vice-Presidente: Fernando Francischini (PSDB)
2º Vice-Presidente: Enio Bacci (PDT)
3º Vice-Presidente: José Augusto Maia (PTB)

Titulares	**Suplentes**

PT

Alessandro Molon	Benedita da Silva
Domingos Dutra	Dalva Figueiredo

Nelson Pellegrino	Emiliano José
PMDB	
Alberto Filho	Edio Lopes
Marllos Sampaio	Fátima Pelaes
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Mauro Lopes
PSDB	
Fernando Francischini	Carlos Sampaio
João Campos vaga do PSC	Nilson Leitão
Romero Rodrigues	Pinto Itamaraty vaga do Bloco PV, PPS
	William Dib vaga do PP
PP	
Arthur Lira	(Dep. do PRB ocupa a vaga)
Jair Bolsonaro	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
DEM	
Mendonça Prado	Alexandre Leite vaga do PDT
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PR	
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Ronaldo Fonseca
PSB	
Keiko Ota	Gonzaga Patriota
	Pastor Eurico vaga do DEM
PDT	
Enio Bacci	(Dep. do DEM ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PTB	
José Augusto Maia	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Hugo Leal
PCdoB	
Perpétua Almeida	Delegado Protógenes

Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 3216-6761 / 6762
FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Saraiva Felipe (PMDB)
1º Vice-Presidente: Padre João (PT)
2º Vice-Presidente: Dr. Paulo César (PR)
3º Vice-Presidente: Amauri Teixeira (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Arlindo Chinaglia
Benedita da Silva	Dr. Rosinha
Chico D'angelo	Erika Kokay
Padre João	Henrique Fontana
Rogério Carvalho	Luci Choinacki
1 vaga	Pepe Vargas
PMDB	
André Zacharow	Danilo Forte
Darcísio Perondi	Geraldo Resende
Elcione Barbalho	Marllos Sampaio
Nilda Gondim	Raimundão
Osmar Terra vaga do Bloco PV, PPS	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
Saraiva Felipe	
Teresa Surita vaga do PSC	
PSDB	
Eduardo Barbosa	Andreia Zito
Marcus Pestana	Cesar Colnago
Raimundo Gomes de Matos	João Campos
PP	
Aline Corrêa	Cida Borghetti vaga do PR
José Linhares	Iracema Portella
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Toninho Pinheiro

(Dep. do PRB ocupa a vaga)

DEM

Eleuses Paiva	Mandetta
Lael Varella	Ronaldo Caiado
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PR

Dr. Paulo César	Davi Alves Silva Júnior
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	(Dep. do PRP ocupa a vaga)

PSB

Alexandre Roso	Pastor Eurico
Dra. Elaine Abissamra	Paulo Foletto

PDT

Dr. Jorge Silva	Flávia Morais
Sueli Vidigal	Salvador Zimbaldi

Bloco PV, PPS

Henrique Afonso	Dr. Aluizio
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Roberto de Lucena

PTB

Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Celia Rocha vaga do PP	Eros Biondini vaga do DEM

PSC

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Pastor Marco Feliciano

PCdoB

Jandira Feghali	Jô Moraes
João Ananias vaga do PR	

PRB

Jhonatan de Jesus	Acelino Popó vaga do PP
	Antonio Bulhões

Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 3216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Silvio Costa (PTB)
1º Vice-Presidente: Eros Biondini (PTB)
2º Vice-Presidente: Sabino Castelo Branco (PTB)
3º Vice-Presidente: Augusto Coutinho (DEM)

Titulares	**Suplentes**

PT

Eudes Xavier	Bohn Gass
Policarpo	Nelson Pellegrino
Vicentinho	Odair Cunha
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PMDB

Fátima Pelaes	Darcísio Perondi
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Edinho Bez vaga do PT
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Elcione Barbalho
1 vaga	Leonardo Quintão
	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PSDB

Andreia Zito	João Campos
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Jutahy Junior
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PP

Roberto Balestra	Luiz Fernando Faria
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)

DEM

Augusto Coutinho	Efraim Filho
1 vaga	Irajá Abreu

PR

Gorete Pereira vaga do PMDB	Henrique Oliveira
Laercio Oliveira	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
Luciano Castro	
Sandro Mabel vaga do PRB	

PSB

Mauro Nazif — Alexandre Roso

(Dep. do PCdoB ocupa a vaga) — Sandra Rosado

PDT

Flávia Morais vaga do PP — André Figueiredo

Paulo Pereira da Silva — Sebastião Bala Rocha vaga do PP

Bloco PV, PPS

(Dep. do PTB ocupa a vaga) — Roberto Santiago

PTB

Eros Biondini vaga do PSDB — Alex Canziani vaga do PSDB

Ronaldo Nogueira vaga do PSDB — Jovair Arantes

Sabino Castelo Branco vaga do PMDB

Sérgio Moraes vaga do PT

Silvio Costa

Walney Rocha vaga do Bloco PV, PPS

PSC

Erivelton Santana — Filipe Pereira

PCdoB

Assis Melo — Alice Portugal

Daniel Almeida vaga do PSB — Manuela D'ávila vaga do PMDB

PRB

(Dep. do PR ocupa a vaga) — Heleno Silva

Secretário(a): José Mauro Meira Magalhães
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Jonas Donizette (PSB)
1º Vice-Presidente: Romário (PSB)
2º Vice-Presidente: Valadares Filho (PSB)
3º Vice-Presidente: Renan Filho (PMDB)

Titulares — **Suplentes**

PT

José Airton — Chico D'angelo

Luci Choinacki — Vicente Candido

(Dep. do PSB ocupa a vaga) — (Dep. do PDT ocupa a vaga)

PMDB

Benjamin Maranhão — Edinho Bez

Renan Filho — Hermes Parcianello

(Dep. do PMN ocupa a vaga) — Joaquim Beltrão

PSDB

Carlaile Pedrosa — Rui Palmeira

Otavio Leite — Ruy Carneiro

PP

Afonso Hamm — Roberto Britto

Nelson Meurer — (Dep. do PTB ocupa a vaga)

DEM

(Dep. do PSB ocupa a vaga) — Fábio Souto

(Dep. do PSB ocupa a vaga) Professora Dorinha Seabra Rezende

PR

(Dep. do PRB ocupa a vaga) — Giroto

José Rocha vaga do Bloco PV, PPS

PSB

Domingos Neto vaga do DEM — Janete Capiberibe vaga do PTB

Jonas Donizette — Jefferson Campos

Romário vaga do DEM

Valadares Filho vaga do PT

PDT

André Figueiredo — Dr. Jorge Silva

Manato vaga do PT

Bloco PV, PPS

Rubens Bueno — (Dep. do PR ocupa a vaga)

PTB

Danrlei de Deus Hinterholz — Arnon Bezerra vaga do PP

(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PSC

Carlos Eduardo Cadoca — Andre Moura

PCdoB

Jô Moraes — Delegado Protógenes

Secretário(a): James Lewis Gorman Júnior
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833
FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)
1º Vice-Presidente: Washington Reis (PMDB)
2º Vice-Presidente: Lázaro Botelho (PP)
3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Devanir Ribeiro	José Airton
Geraldo Simões	Rubens Otoni
Zeca Dirceu	Vander Loubet
(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga
PMDB	
Edinho Araújo	Camilo Cola
Edson Ezequiel	Francisco Escórcio vaga do PTB
Leonardo Quintão vaga do PCdoB	Marinha Raupp
Mauro Lopes vaga do PSDB	Mauro Mariani
Newton Cardoso	Ronaldo Benedet vaga do PT
Washington Reis	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PSDB	
Alberto Mourão	Carlos Alberto Leréia
Carlos Roberto vaga do DEM	Mara Gabrilli
Vanderlei Macris	William Dib
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PP	
Lázaro Botelho	Jerônimo Goergen
Luiz Argôlo	Nelson Meurer
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Raul Lima
DEM	
Eduardo Sciarra	Lael Varella
João Bittar	Vitor Penido
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PR	
Anderson Ferreira vaga do PP	Francisco Floriano
Aracely de Paula vaga do PDT	Liliam Sá
Diego Andrade vaga do PT	Zoinho vaga do PHS
Giroto	
Jaime Martins vaga do PT	
Lúcio Vale vaga do PSOL	
Milton Monti	
Wellington Fagundes vaga do PHS	
PSB	
Jose Stédile	Gonzaga Patriota
1 vaga	Leopoldo Meyer
PDT	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	Giovani Cherini
	Zé Silva vaga do PMDB
Bloco PV, PPS	
(Dep. do PRP ocupa a vaga)	Arnaldo Jardim vaga do PCdoB
	Fábio Ramalho
	Ricardo Izar vaga do DEM
PTB	
José Chaves	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PSC

Hugo Leal	Sérgio Brito

PCdoB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)

PTdoB

Lourival Mendes	(Dep. do PTC ocupa a vaga)

PSOL

(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga

PHS

(Dep. do PR ocupa a vaga)	(Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Admar Pires dos Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 3216-6853 A 6856
FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO À REFORMA POLÍTICA.

Presidente: Almeida Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)
Relator: Henrique Fontana (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Bohn Gass
Henrique Fontana	Dalva Figueiredo
João Paulo Lima	Fernando Ferro
José Guimarães	Luci Choinacki
Ricardo Berzoini	Luiz Alberto
Rubens Otoni	Sibá Machado
Waldenor Pereira	Vicente Candido
PMDB	
Alceu Moreira	Danilo Forte
Almeida Lima	Eduardo Cunha
Edinho Araújo	Íris de Araújo
Mauro Benevides	Marcelo Castro
Newton Cardoso	Professor Setimo
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Raul Henry
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Eduardo Azeredo	Bonifácio de Andrada
Marcus Pestana	Marcio Bittar
William Dib	Romero Rodrigues
PP	
Esperidião Amin	Aguinaldo Ribeiro
José Otávio Germano	Márcio Reinaldo Moreira
Paulo Maluf	Roberto Balestra
Simão Sessim	1 vaga
DEM	
Augusto Coutinho	Eleuses Paiva
Efraim Filho	Felipe Maia
Pauderney Avelino	Mendonça Filho
Ronaldo Caiado	Onofre Santo Agostini
PR	
Luciano Castro	Maurício Quintella Lessa
Ronaldo Fonseca	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
Vicente Arruda	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)
PSB	
Luiza Erundina	Jefferson Campos
Ribamar Alves	Pastor Eurico
Valtenir Pereira	Valadares Filho
PDT	
Miro Teixeira	Félix Mendonça Júnior

Reguffe	Sueli Vidigal
Bloco PV, PPS	
Alfredo Sirkis	Penna
Sandro Alex	Rosane Ferreira
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Eros Biondini
Jovair Arantes	Paes Landim
PSC	
Carlos Eduardo Cadoca	Edmar Arruda
PCdoB	
Daniel Almeida	Delegado Protógenes
PRB	
Vitor Paulo	George Hilton
PMN	
Fábio Faria	Dr. Carlos Alberto

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL PARA EFETUAR ESTUDO SOBRE AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO CONSUMO ABUSIVO DE ÁLCOOL ENTRE CIDADÃOS BRASILEIROS E, ESPECIALMENTE, AS RAZÕES QUE DETERMINAM O AUMENTO EXPONENCIAL DO CONSUMO DESSA SUBSTÂNCIA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS.

Presidente: Geraldo Resende (PMDB)
1º Vice-Presidente: Jesus Rodrigues (PT)
2º Vice-Presidente: Mandetta (DEM)
3º Vice-Presidente: Aline Corrêa (PP)
Relator: Vanderlei Macris (PSDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Jesus Rodrigues	Domingos Dutra
Paulo Pimenta	Emiliano José
Reginaldo Lopes	Henrique Fontana
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Geraldo Resende	Alberto Filho
Leandro Vilela	Darcísio Perondi
Marllos Sampaio	Solange Almeida
Nilda Gondim	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PSDB	
Fernando Francischini	Bruno Araújo
Vanderlei Macris	João Campos
Vaz de Lima	1 vaga
PP	
Aline Corrêa	Afonso Hamm
Toninho Pinheiro	José Linhares
DEM	
Mandetta	Efraim Filho
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PR	
Paulo Freire	Jaime Martins vaga do PDT
Ronaldo Fonseca	Vinicius Gurgel vaga do PRTB
	(Dep. do PTC ocupa a vaga)
	1 vaga
PSB	
Givaldo Carimbão	Keiko Ota
Pastor Eurico	1 vaga
PDT	
Sueli Vidigal	(Dep. do PR ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
Dr. Aluizio	Carmen Zanotto
PTB	
José Augusto Maia	1 vaga
PSC	
Marcelo Aguiar	Erivelton Santana vaga do PMDB

Pastor Marco Feliciano

PCdoB

João Ananias — Chico Lopes

PRTB

Aureo — (Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Heloísa Maria Diniz
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6201
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DAS SEGUINTES LEIS DE ANISTIA: LEI Nº 8878/1994, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA"; LEI Nº 10.790/2003, QUE "CONCEDE ANISTIA A DIRIGENTES OU REPRESENTANTES SINDICAIS E TRABALHADORES PUNIDOS POR PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO"; LEI Nº 11.282/2006, QUE "ANISTIA OS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS-ECT PUNIDOS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO GREVISTA"; E LEI Nº 10.559/2002, QUE "REGULAMENTA O ARTIGO 8º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Chico Lopes (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Carlinhos Almeida — Devanir Ribeiro
Luiz Alberto — Edson Santos
Luiz Couto — Erika Kokay
Policarpo — Fátima Bezerra

PMDB

Átila Lins — Edinho Bez
Fátima Pelaes — Mauro Benevides
Marinha Raupp — 2 vagas
Marllos Sampaio

PSDB

Andreia Zito — 3 vagas
Otavio Leite
Vanderlei Macris

PP

Sandes Júnior — Márcio Reinaldo Moreira
Vilson Covatti — Roberto Teixeira

DEM

Alexandre Leite — 2 vagas
Mendonça Prado

PR

Gorete Pereira — 2 vagas
Zoinho

PSB

Mauro Nazif — 2 vagas
Sandra Rosado

PDT

Paulo Pereira da Silva — Giovani Cherini

Bloco PV, PPS

Roberto Santiago — 1 vaga

PTB

Arnaldo Faria de Sá — 1 vaga

PSC

Filipe Pereira — 1 vaga

PCdoB

Chico Lopes — Daniel Almeida

PRB

Jhonatan de Jesus — Cleber Verde

PHS

Felipe Bornier — 1 vaga

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E APRESENTAR PROPOSTAS EM RELAÇÃO ÀS MEDIDAS

PREVENTIVAS E SANEADORAS DIANTE DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS.

Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)
1º Vice-Presidente: Onofre Santo Agostini (DEM)
2º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)
3º Vice-Presidente: Dr. Paulo César (PR)
Relator: Glauber Braga (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Décio Lima	Chico D'angelo
José Airton	Fernando Ferro
Leonardo Monteiro	Jorge Boeira
Luci Choinacki	Pedro Eugênio
PMDB	
Adrian	Fernando Jordão
Celso Maldaner	João Magalhães
Edinho Araújo	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
Jorginho Mello	3 vagas
Otavio Leite	
1 vaga	
PP	
Márcio Reinaldo Moreira	Esperidião Amin
Simão Sessim	1 vaga
DEM	
Onofre Santo Agostini	Arolde de Oliveira
1 vaga	Vitor Penido
PR	
Dr. Paulo César	(Dep. do PRTB ocupa a vaga)
Laercio Oliveira	(Dep. do PTC ocupa a vaga)
PSB	
Audifax	Paulo Foletto
Glauber Braga	1 vaga
PDT	
Marcelo Matos	Ademir Camilo
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	Dr. Aluizio
PTB	
Walney Rocha	Eros Biondini
PSC	
Hugo Leal	Andre Moura
	Silas Câmara vaga do PMDB
PCdoB	
Perpétua Almeida	Jandira Feghali
PRB	
Vitor Paulo	Antonio Bulhões
PTdoB	
1 vaga	Rosinha da Adefal

Secretário(a): Manuel Alvim
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6205
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXECUTIVA ENCARREGADA DE IMPLEMENTAR TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA SESSÃO DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Alessandro Molon	
Reginaldo Lopes	
PMDB	
Gabriel Chalita	
Hugo Motta	
PSDB	

Luiz Fernando Machado

DEM

Professora Dorinha Seabra Rezende

PSB

Domingos Neto

PCdoB

Manuela D'ávila

PSOL

Jean Wyllys

Secretário(a): Érika
Local: CEFOR
Telefones: Ramal 67620

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10-A, DE 1995, DO SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO, QUE "MODIFICA O ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ACRESCENTA PARÁGRAFOS AO MESMO ARTIGO", CRIANDO O SISTEMA DISTRITAL MISTO

Presidente: Almeida Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Edinho Araújo (PMDB)
2º Vice-Presidente: William Dib (PSDB)
3º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (DEM)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Erika Kokay	Bohn Gass
Henrique Fontana	Fernando Ferro
João Paulo Lima	Luci Choinacki
José Guimarães	Luiz Alberto
Ricardo Berzoini	Sibá Machado
Rubens Otoni	Taumaturgo Lima
Waldenor Pereira	Vicente Candido
PMDB	
Alceu Moreira	Danilo Forte
Almeida Lima	Eduardo Cunha
Edinho Araújo	Íris de Araújo
Mauro Benevides	Marcelo Castro
Newton Cardoso	Raul Henry
Professor Setimo	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Alfredo Kaefer
Eduardo Azeredo	Bonifácio de Andrada
Marcus Pestana	Marcio Bittar
William Dib	Romero Rodrigues
PP	
Esperidião Amin	Aguinaldo Ribeiro
José Otávio Germano	Márcio Reinaldo Moreira
Paulo Maluf	Roberto Balestra
Simão Sessim	1 vaga
DEM	
Augusto Coutinho	Felipe Maia
Efraim Filho	Mandetta
Pauderney Avelino	Mendonça Filho
Ronaldo Caiado	Onyx Lorenzoni
PR	
Jaime Martins	Maurício Quintella Lessa
Luciano Castro	(Dep. do PHS ocupa a vaga)
Vicente Arruda	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	Jefferson Campos
Ribamar Alves	Pastor Eurico
Valtenir Pereira	Valadares Filho
PDT	
Miro Teixeira	Félix Mendonça Júnior
Reguffe	Sueli Vidigal
Bloco PV, PPS	
Alfredo Sirkis	Roberto Freire

Sandro Alex	Rosane Ferreira
PTB	
Antonio Brito	Arnaldo Faria de Sá
Walney Rocha	Paes Landim
PSC	
Carlos Eduardo Cadoca	Edmar Arruda
PCdoB	
Daniel Almeida	Delegado Protógenes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Lourival Mendes	1 vaga

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6214
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 061-A, DE 2011, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O ART. 76 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (PRORROGA A VIGÊNCIA DA DRU ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015).

Presidente: Júnior Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente: Luiz Pitiman (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nelson Marchezan Junior (PSDB)
3º Vice-Presidente: Hugo Leal (PSC)
Relator: Odair Cunha (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Edson Santos	Luiz Couto
José Guimarães	Ricardo Berzoini
José Mentor	Rui Costa
Odair Cunha	1 vaga
PMDB	
Eduardo Cunha	Benjamin Maranhão
Gean Loureiro	Edio Lopes
Júnior Coimbra	João Arruda
Luiz Pitiman	1 vaga
PSDB	
Cesar Colnago	Vaz de Lima
Jutahy Junior	2 vagas
Nelson Marchezan Junior	
PP	
Esperidião Amin	Cida Borghetti
Rebecca Garcia	Márcio Reinaldo Moreira
DEM	
Rodrigo Maia	Felipe Maia
Ronaldo Caiado	Onyx Lorenzoni
PR	
Aelton Freitas	Izalci
Luciano Castro	João Maia
	Maurício Quintella Lessa vaga do PRP
PSB	
Domingos Neto	Dr. Ubiali
Paulo Foletto	1 vaga
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Félix Mendonça Júnior
Bloco PV, PPS	
Fábio Ramalho	Sandro Alex
PTB	
Alex Canziani	1 vaga
PSC	
Hugo Leal	Zequinha Marinho
PCdoB	
Daniel Almeida	Evandro Milhomen
PRB	
George Hilton	Antonio Bulhões

PRP

Jânio Natal (Dep. do PR ocupa a vaga)

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6211
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 443-A, DE 2009, DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA, ESTABELECENDO QUE "O SUBSÍDIO DO GRAU OU NÍVEL MÁXIMO DAS CARREIRAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DAS PROCURADORIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL CORRESPONDERÁ A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL, FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E OS SUBSÍDIOS DOS DEMAIS INTEGRANTES DAS RESPECTIVAS CATEGORIAS DA ESTRUTURA DA ADVOCACIA PÚBLICA SERÃO FIXADOS EM LEI E ESCALONADOS, NÃO PODENDO A DIFERENÇA ENTRE UM E OUTRO SER SUPERIOR A DEZ POR CENTRO OU INFERIOR A CINCO POR CENTO, NEM EXCEDER A NOVENTA INTEIROS E VINTE E CINCO CENTÉSIMOS POR CENTO DO SUBSÍDIO MENSAL FIXADO PARA OS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, OBEDECIDO, EM QUALQUER CASO, O DISPOSTO NOS ARTIGOS 37, XI, E 39, § 4º"

Presidente: José Mentor (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mauro Benevides (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Amauri Teixeira	Luiz Couto
Décio Lima	Nelson Pellegrino
José Mentor	Policarpo
Sérgio Barradas Carneiro	Vicente Candido
PMDB	
Manoel Junior	Marçal Filho
Mauro Benevides	Nelson Bornier
Osmar Serraglio	Rogério Peninha Mendonça
Wilson Filho	1 vaga
PSDB	
Bonifácio de Andrada	André Dias
Otavio Leite	Andreia Zito
Reinaldo Azambuja	Romero Rodrigues
PP	
Jerônimo Goergen	Roberto Balestra
1 vaga	Vilson Covatti
DEM	
Davi Alcolumbre	Júlio Cesar
Eli Correa Filho	Mendonça Prado
PR	
Gorete Pereira	Bernardo Santana de Vasconcellos
(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)	Lincoln Portela
PSB	
Valadares Filho	Mauro Nazif
Valtenir Pereira	1 vaga
PDT	
Vieira da Cunha	João Dado
Bloco PV, PPS	
Lindomar Garçon	Moreira Mendes
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Antonio Brito
PSC	
Antônia Lúcia	1 vaga
PCdoB	
Jô Moraes	Chico Lopes
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PHS	
Felipe Bornier	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado Campos
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 445-A, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA OS ARTS. 21, 22 E 48 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA TRANSFERIR DA UNIÃO PARA O DISTRITO FEDERAL AS ATRIBUIÇÕES DE ORGANIZAR E MANTER A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL"

Presidente: Valtenir Pereira (PSB)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
2º Vice-Presidente: Izalci (PR)
3º Vice-Presidente: Leandro Vilela (PMDB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Artur Bruno	Alessandro Molon
Erika Kokay	José Mentor
Padre João	2 vagas
Policarpo	
PMDB	
Leandro Vilela	Geraldo Resende
Luiz Pitiman	Leonardo Quintão
Pedro Chaves	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
André Dias	3 vagas
Andreia Zito	
Luiz Fernando Machado	
PP	
Sandes Júnior	Márcio Reinaldo Moreira
Vilson Covatti	1 vaga
DEM	
Augusto Coutinho	2 vagas
João Bittar	
PR	
Izalci	Laercio Oliveira
Ronaldo Fonseca	1 vaga
PSB	
Jose Stédile	2 vagas
Valtenir Pereira	
PDT	
Vieira da Cunha	1 vaga
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Nilton Capixaba
PSC	
Erivelton Santana	1 vaga
PCdoB	
Jô Moraes	1 vaga
PRB	
Cleber Verde	1 vaga
PRP	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): -
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 478-A, DE 2010, DO SR. CARLOS BEZERRA, QUE "REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECER A IGUALDADE DE DIREITOS TRABALHISTAS ENTRE OS EMPREGADOS DOMÉSTICOS E OS DEMAIS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS"

Presidente: Marçal Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Benedita da Silva (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Benedita da Silva	Amauri Teixeira

Biffi	Carlos Zarattini
Luci Choinacki	Luiz Couto
Luiz Alberto	Miriquinho Batista
PMDB	
Adrian	Fabio Trad
Carlos Bezerra	Fátima Pelaes
Marçal Filho	2 vagas
Nilda Gondim	
PSDB	
João Campos	Domingos Sávio
Pinto Itamaraty	Nelson Marchezan Junior
Reinaldo Azambuja	1 vaga
PP	
Roberto Balestra	Cida Borghetti
Simão Sessim	Iracema Portella
DEM	
Onofre Santo Agostini	2 vagas
Onyx Lorenzoni	
PR	
Gorete Pereira	Henrique Oliveira
Maurício Trindade	Laercio Oliveira
PSB	
Dra. Elaine Abissamra	2 vagas
Sandra Rosado	
PDT	
Flávia Morais	Paulo Pereira da Silva
Bloco PV, PPS	
Roberto de Lucena	Augusto Carvalho
PTB	
Ronaldo Nogueira	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Pastor Marco Feliciano	Andre Moura
PCdoB	
Jô Moraes	1 vaga
PRB	
Vitor Paulo	Cleber Verde
PTdoB	
Lourival Mendes	(Dep. do PSL ocupa a vaga)

Secretário(a): -
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2330, DE 2011, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS RELATIVAS À COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA DE 2013 E À COPA DO MUNDO FIFA DE 2014, QUE SERÃO REALIZADAS NO BRASIL"

Presidente: Renan Filho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Edio Lopes (PMDB)
2º Vice-Presidente: Rui Palmeira (PSDB)
3º Vice-Presidente: José Rocha (PR)
Relator: Vicente Candido (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
José Guimarães	Artur Bruno
Vicente Candido	Dr. Rosinha
Waldenor Pereira	Emiliano José
(Dep. do PMN ocupa a vaga)	Gilmar Machado
PMDB	
Alceu Moreira	Edinho Bez
Edio Lopes	João Arruda
Renan Filho	2 vagas
Solange Almeida	
PSDB	
Carlaile Pedrosa	Cesar Colnago
Otavio Leite	Rogério Marinho

Rui Palmeira	Romero Rodrigues
PP	
Afonso Hamm	Beto Mansur
Simão Sessim	Renzo Braz
DEM	
Fábio Souto	2 vagas
Rodrigo Maia	
PR	
José Rocha	Lincoln Portela
Maurício Quintella Lessa	1 vaga
PSB	
Jonas Donizette	Jose Stédile
Romário	Leopoldo Meyer
PDT	
André Figueiredo	Marcelo Matos
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno	Sarney Filho
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Ronaldo Nogueira
PSC	
Deley	Andre Moura
PCdoB	
Jô Moraes	Delegado Protógenes
PRB	
Acelino Popó	Heleno Silva
PTdoB	
Luis Tibé	Rosinha da Adefal

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6203
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6826, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CÍVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: João Arruda (PMDB)
1º Vice-Presidente: Alberto Filho (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Fernando Machado (PSDB)
3º Vice-Presidente: Audifax (PSB)
Relator: Carlos Zarattini (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Carlos Zarattini	Alessandro Molon
Francisco Praciano	Erika Kokay
Gabriel Guimarães	Luiz Couto
Henrique Fontana	1 vaga
PMDB	
Alberto Filho	Marçal Filho
Eliseu Padilha	3 vagas
João Arruda	
Osmar Serraglio	
PSDB	
Carlos Sampaio	Cesar Colnago
Fernando Francischini	João Campos
Luiz Fernando Machado	1 vaga
PP	
Vilson Covatti	Roberto Teixeira
1 vaga	Sandes Júnior
DEM	
Mendonça Filho	Alexandre Leite
Onyx Lorenzoni	1 vaga
PR	
Laercio Oliveira	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Liliam Sá	1 vaga
PSB	

Audifax 2 vagas

Leopoldo Meyer

PDT

André Figueiredo Giovani Cherini

Paulo Rubem Santiago vaga do PR

Bloco PV, PPS

Dr. Aluizio 1 vaga

PTB

Arnaldo Faria de Sá 1 vaga

PSC

Edmar Arruda Andre Moura

PCdoB

Delegado Protógenes 1 vaga

PRB

Cleber Verde 1 vaga

PTC

Edivaldo Holanda Junior 1 vaga

Secretário(a): -
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7123, DE 2010, DO SR. ASSIS DO COUTO, QUE "INSTITUI A ESTRADA-PARQUE CAMINHO DO COLONO, NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU"

Presidente: Eduardo Sciarra (DEM)
1º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB)
2º Vice-Presidente: Dilceu Sperafico (PP)
3º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PT

Assis do Couto Andre Vargas

Beto Faro Marcon

Biffi Pedro Uczai

Luci Choinacki Zeca Dirceu

PMDB

Hermes Parcianello Valdir Colatto

Moacir Micheletto 3 vagas

Osmar Serraglio

Reinhold Stephanes

PSDB

Alfredo Kaefer 3 vagas

Fernando Francischini

Luiz Nishimori

PP

Dilceu Sperafico Cida Borghetti

Lázaro Botelho Sandes Júnior

DEM

Eduardo Sciarra 2 vagas

Luiz Carlos Setim

PR

Giacobo 2 vagas

Giroto

PSB

Leopoldo Meyer 2 vagas

1 vaga

PDT

Oziel Oliveira Giovani Cherini

Bloco PV, PPS

Rubens Bueno Rosane Ferreira

PTB

Alex Canziani Ronaldo Nogueira

PSC

Nelson Padovani Edmar Arruda

PCdoB

Evandro Milhomen 1 vaga

PRB

1 vaga — 1 vaga

PRTB

1 vaga — 1 vaga

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6212
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7420, DE 2006, DA SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA, QUE "DISPÕE SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES PÚBLICOS NA SUA PROMOÇÃO"

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra vaga do PTC	Angelo Vanhoni vaga do PMDB
João Paulo Lima	Artur Bruno
Leonardo Monteiro	Dalva Figueiredo
Newton Lima	Emiliano José
Waldenor Pereira	Miriquinho Batista
PMDB	
Gabriel Chalita	Lelo Coimbra
Joaquim Beltrão	Renan Filho
Raul Henry	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Teresa Surita	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Mara Gabrilli
Jorginho Mello	2 vagas
Rogério Marinho	
PP	
Esperidião Amin	Cida Borghetti
José Linhares	Iracema Portella
DEM	
Luiz Carlos Setim	João Bittar
Professora Dorinha Seabra Rezende	1 vaga
PR	
Izalci	2 vagas
Paulo Freire	
PSB	
Audifax	2 vagas
Dr. Ubiali	
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Brizola Neto
Bloco PV, PPS	
Stepan Nercessian	1 vaga
PTB	
Alex Canziani	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	Jandira Feghali
PRB	
1 vaga	1 vaga
PTC	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Edivaldo Holanda Junior

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7495, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "REGULAMENTA OS §§ 4º E 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO, DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE PESSOAL AMPARADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (CRIA 5.365 EMPREGOS PÚBLICOS DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, NO ÂMBITO DO QUADRO SUPLEMENTAR DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DA FUNASA)

Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)
1º Vice-Presidente: Osmar Terra (PMDB)
2º Vice-Presidente: Valtenir Pereira (PSB)
3º Vice-Presidente: Raimundo Gomes de Matos (PSDB)
Relator: Domingos Dutra (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Domingos Dutra	Alessandro Molon
Josias Gomes	Amauri Teixeira vaga do PMDB
Padre Ton	Chico D'angelo
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Fátima Bezerra vaga do PR
	Miriquinho Batista
	Vicentinho
PMDB	
Benjamin Maranhão	Alberto Filho
Geraldo Resende	André Zacharow
Osmar Terra	Leandro Vilela
Pedro Chaves	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSDB	
João Campos	Andreia Zito
Raimundo Gomes de Matos	Antonio Imbassahy
Romero Rodrigues	Vaz de Lima
PP	
Aline Corrêa	José Linhares
Roberto Britto	Toninho Pinheiro
DEM	
Efraim Filho	Fábio Souto
Mendonça Prado	Mandetta
PR	
Dr. Paulo César	Liliam Sá
(Dep. do PHS ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PSB	
Mauro Nazif	Domingos Neto
Valtenir Pereira	Ribamar Alves
PDT	
Ângelo Agnolin vaga do PT	Dr. Jorge Silva
Flávia Morais	
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto	Rosane Ferreira
PTB	
Ronaldo Nogueira	Arnaldo Faria de Sá
PSC	
Carlos Eduardo Cadoca	Andre Moura
PCdoB	
Jô Moraes	Alice Portugal
PRB	
1 vaga	1 vaga
PRP	
Jânio Natal	1 vaga

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6209
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 7672, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA ESTABELECER O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SEREM EDUCADOS E CUIDADOS SEM O USO DE CASTIGOS CORPORAIS OU DE TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE"

Presidente: Erika Kokay (PT)
1º Vice-Presidente: Liliam Sá (PR)
2º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
3º Vice-Presidente: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)
Relator: Teresa Surita (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Alessandro Molon	Emiliano José
Erika Kokay	Fátima Bezerra

Luiz Couto	Marina Santanna
Reginaldo Lopes	1 vaga
PMDB	
Fátima Pelaes	Gastão Vieira (Licenciado)
Osmar Terra	3 vagas
Solange Almeida	
Teresa Surita	
PSDB	
Andreia Zito	3 vagas
Eduardo Barbosa	
Jorginho Mello	
PP	
Aline Corrêa	Iracema Portella
Cida Borghetti	Rebecca Garcia
DEM	
Efraim Filho	2 vagas
Professora Dorinha Seabra Rezende	
PR	
Liliam Sá	2 vagas
Paulo Freire	
PSB	
Romário	Domingos Neto
Sandra Rosado	Jose Stédile
PDT	
Sueli Vidigal	Flávia Morais
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto	Antônio Roberto
PTB	
Josué Bengtson	Celia Rocha
PSC	
Pastor Marco Feliciano	1 vaga
PCdoB	
Alice Portugal	1 vaga
PRB	
Vitor Paulo	Antonio Bulhões
PTdoB	
Rosinha da Adefal	1 vaga

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2010, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Presidente: Lelo Coimbra (PMDB)
1º Vice-Presidente: Teresa Surita (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nelson Marchezan Junior (PSDB)
3º Vice-Presidente: Alex Canziani (PTB)
Relator: Angelo Vanhoni (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Angelo Vanhoni	Alessandro Molon
Emiliano José	Artur Bruno
Fátima Bezerra	Biffi
Newton Lima	Dr. Rosinha vaga do PRB
	Gilmar Machado
PMDB	
Lelo Coimbra	Eliseu Padilha
Pedro Chaves vaga do PMN	Gabriel Chalita vaga do PSB
Raul Henry	Joaquim Beltrão
Renan Filho	Osmar Serraglio
Teresa Surita	Professor Setimo
PSDB	
Eduardo Barbosa	Jorginho Mello
Nelson Marchezan Junior	Mara Gabrilli

Rogério Marinho	Raimundo Gomes de Matos
PP	
José Linhares	Esperidião Amin
Waldir Maranhão	(Dep. do PR ocupa a vaga)
DEM	
Nice Lobão	Marcos Montes
Professora Dorinha Seabra Rezende	Onyx Lorenzoni
PR	
Izalci	Paulo Freire
Neilton Mulim	Ronaldo Fonseca vaga do PP
	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
PSB	
Ariosto Holanda	Luiz Noé
Dr. Ubiali	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PDT	
Paulo Rubem Santiago	Brizola Neto
Bloco PV, PPS	
Antônio Roberto	Stepan Nercessian
PTB	
Alex Canziani	Paes Landim
PSC	
Hugo Leal	Andre Moura
PCdoB	
Alice Portugal	Chico Lopes
PRB	
Márcio Marinho	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PMN	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6215
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8046, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL" (REVOGA A LEI Nº 5.869, DE 1973)

Presidente: Fabio Trad (PMDB)
1º Vice-Presidente: Miro Teixeira (PDT)
2º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PR)
3º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB)
Relator-Geral: Sérgio Barradas Carneiro (PT)
Relator-Parcial: Bonifácio de Andrada (PSDB)
Relator-Parcial: Jerônimo Goergen (PP)
Relator-Parcial: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Relator-Parcial: Efraim Filho (DEM)
Relator-Parcial: Hugo Leal (PSC)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Gabriel Guimarães	Francisco Praciano
José Mentor	Odair Cunha
Ricardo Berzoini	Padre João
Sérgio Barradas Carneiro	Vicente Candido
PMDB	
Arthur Oliveira Maia	Benjamin Maranhão
Eduardo Cunha	Danilo Forte
Fabio Trad	Eliseu Padilha
Marçal Filho	Júnior Coimbra
PSDB	
Bonifácio de Andrada	Alfredo Kaefer
Bruno Araújo	Nelson Marchezan Junior
Rui Palmeira	Paulo Abi-ackel
PP	
Esperidião Amin	Roberto Teixeira
Jerônimo Goergen	Vilson Covatti
DEM	
Efraim Filho	Augusto Coutinho
Felipe Maia	Mendonça Filho

PR

Ronaldo Fonseca — Anthony Garotinho

Vicente Arruda — Sandro Mabel

PSB

Sandra Rosado — Edson Silva

Valtenir Pereira — Gonzaga Patriota

PDT

Miro Teixeira — Sebastião Bala Rocha

Bloco PV, PPS

Sarney Filho — Moreira Mendes

PTB

Paes Landim — Arnaldo Faria de Sá

PSC

Hugo Leal — Marcelo Aguiar

PCdoB

Delegado Protógenes — (Dep. do PSL ocupa a vaga)

PRB

Márcio Marinho — Antonio Bulhões

PHS

Felipe Bornier — José Humberto

Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6235
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE PROJETOS DE LEI DESTINADOS A COMBATER E PREVENIR OS EFEITOS DO CRACK E DE OUTRAS DROGAS ILÍCITAS.

Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Wilson Filho (PMDB)
2º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
3º Vice-Presidente: Iracema Portella (PP)
Relator: Givaldo Carimbão (PSB)

Titulares — **Suplentes**

PT

Luiz Couto — Artur Bruno

Nelson Pellegrino — José Guimarães

Reginaldo Lopes — Paulo Pimenta

Rogério Carvalho — Weliton Prado

PMDB

Hugo Motta — Fabio Trad

Osmar Terra — Fátima Pelaes

Wilson Filho — Leonardo Quintão vaga do PSDB

(Dep. do PMN ocupa a vaga) — Marllos Sampaio

Raimundão

PSDB

João Campos — Eduardo Barbosa

William Dib — Fernando Francischini

(Dep. do PR ocupa a vaga) — (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PP

Afonso Hamm — Aline Corrêa

Iracema Portella — José Linhares

DEM

Eli Correa Filho — Augusto Coutinho

Fábio Souto — Mandetta

PR

Anderson Ferreira vaga do PSOL — Dr. Paulo César

Giacobo — Liliam Sá

Jaime Martins vaga do PSDB

(Dep. do PRTB ocupa a vaga)

PSB

Domingos Neto — Pastor Eurico

Givaldo Carimbão — Sandra Rosado

PDT

Vieira da Cunha — Dr. Jorge Silva

Bloco PV, PPS

Rosane Ferreira Geraldo Thadeu

PTB

Arnaldo Faria de Sá Ronaldo Nogueira

PSC

(Dep. do PHS ocupa a vaga) Marcelo Aguiar

PCdoB

Evandro Milhomen Delegado Protógenes

PRB

Heleno Silva Otoniel Lima

PSOL

(Dep. do PR ocupa a vaga) 1 vaga

Secretário(a): Fátima Moreira
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6204
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR TODOS OS ARTIGOS AINDA NÃO REGULAMENTADOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PT

Cândido Vaccarezza

João Paulo Cunha

PMDB

Osmar Serraglio

PSDB

Bruno Araújo

PDT

João Dado

Miro Teixeira

PTB

Arnaldo Faria de Sá

PCdoB

Aldo Rebelo

PRB

Cleber Verde

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993

Presidente: Fabio Trad (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PMDB

Fabio Trad

PSDB

Nelson Marchezan Junior

PDT

Félix Mendonça Júnior

Secretário(a): EUGÊNIA Kimie Suda Camacho Pestana
Local: Anexo II, CEDI, 1º Piso
Telefones: (61) 3216-5631
FAX: (61) 3216-5605

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO QUE VERSEM SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA.

Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Edio Lopes (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PT

José Mentor	Dalva Figueiredo
Paulo Pimenta	Décio Lima
Rui Costa	Miriquinho Batista
Zeca Dirceu	Vicentinho

PMDB

Átila Lins	Alceu Moreira
Danilo Forte	Fátima Pelaes
Edio Lopes	Gean Loureiro
Ronaldo Benedet	Mendes Ribeiro Filho (Licenciado)

PSDB

João Campos	Fernando Francischini
Reinaldo Azambuja	Wandenkolk Gonçalves
1 vaga	William Dib

PP

Jair Bolsonaro	Arthur Lira
Vilson Covatti	Sandes Júnior

DEM

Júlio Campos	2 vagas
1 vaga	

PR

Ronaldo Fonseca	(Dep. do PMN ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PTdoB ocupa a vaga)

PSB

Givaldo Carimbão	Gonzaga Patriota
Valtenir Pereira	Pastor Eurico

PDT

Vieira da Cunha	João Dado

Bloco PV, PPS

Paulo Wagner	Lindomar Garçon

PTB

Arnaldo Faria de Sá	José Augusto Maia

PSC

Andre Moura	Antônia Lúcia

PCdoB

Delegado Protógenes	Perpétua Almeida

PRB

Otoniel Lima	1 vaga

PRP

Jânio Natal	1 vaga

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROMOVER ESTUDOS E PROPOSIÇÕES VOLTADAS À REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NO BRASIL.

Presidente: Sandro Mabel (PR)
1º Vice-Presidente: Laercio Oliveira (PR)
2º Vice-Presidente: Alfredo Kaefer (PSDB)
3º Vice-Presidente: Augusto Coutinho (DEM)
Relator: Roberto Santiago (PV)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Eudes Xavier	Bohn Gass
Gilmar Machado	Nelson Pellegrino
Policarpo	Rogério Carvalho
Vicentinho	1 vaga
PMDB	
Adrian	Gean Loureiro
Darcísio Perondi	Leonardo Quintão
Edio Lopes	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
José Priante	(Dep. do Bloco PV, PPS ocupa a vaga)
PSDB	
Alfredo Kaefer	André Dias

Carlos Sampaio	Reinaldo Azambuja
Jutahy Junior	1 vaga
PP	
Jerônimo Goergen	Aguinaldo Ribeiro
José Otávio Germano	Aline Corrêa
DEM	
Augusto Coutinho	Efraim Filho
Onyx Lorenzoni	1 vaga
PR	
Gorete Pereira vaga do PTC	Aelton Freitas
Laercio Oliveira	Luciano Castro
Sandro Mabel	
PSB	
Dr. Ubiali	Alexandre Roso
Mauro Nazif	Sandra Rosado
PDT	
Paulo Pereira da Silva	João Dado
Bloco PV, PPS	
Roberto Santiago	Moreira Mendes
	Stepan Nercessian vaga do PMDB
PTB	
Silvio Costa	Arnaldo Faria de Sá vaga do PMDB
	Ronaldo Nogueira
PSC	
Andre Moura	Nelson Padovani
PCdoB	
Assis Melo	1 vaga
PRB	
1 vaga	Heleno Silva
PTC	
(Dep. do PR ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216 6211
FAX: (61) 3216 6225

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS FATOS E AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE ENVOLVEM OS DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS OCORRIDOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.

Coordenador: Cláudio Puty (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Cláudio Puty	
Francisco Praciano	
PCdoB	
Delegado Protógenes	
PSOL	
Jean Wyllys	

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA PARA FISCALIZAR AS ENTRADAS DE PRODUTOS ORIUNDOS DO JAPÃO NO PORTO DE SANTOS.

Coordenador: Roberto Santiago (PV)

Titulares	**Suplentes**
PSDB	
Carlos Sampaio	
DEM	
Walter Ihoshi	
PV	
Ricardo Izar	
Roberto Santiago	

Secretário(a): Valdivino
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A
Telefones: (61) 3216-6206
FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO EXTERNA PARA AUXILIAR, ORIENTAR, ORGANIZAR, FISCALIZAR E ACOMPANHAR OS PREPARATIVOS DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2013, QUE OCORRERÁ NO RIO DE JANEIRO.

Coordenador: Rodrigo Maia (DEM)
Relator: Alessandro Molon (PT)

Titulares **Suplentes**

PT

Alessandro Molon

PSDB

Otavio Leite

DEM

Rodrigo Maia

PR

Anthony Garotinho

PDT

Miro Teixeira

PSC

Hugo Leal

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INVESTIGAÇÕES ACERCA DOS AUTORES DOS DISPAROS CONTRA O JORNALISTA RICARDO GAMA , SEM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Titulares **Suplentes**

PMDB

Washington Reis

PR

Anthony Garotinho

PDT

Miro Teixeira

PTB

Walney Rocha

PV

Dr. Aluizio

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SEM ÔNUS PARA ESTA CASA, DESTINADA A ANALISAR E DISCUTIR O LEGADO A SER DEIXADO PELA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIÃO METROPOLITANA.

Titulares **Suplentes**

PT

Alessandro Molon

DEM

Arolde de Oliveira

PR

Liliam Sá

PSB

Glauber Braga

PDT

Marcelo Matos

PSC

Filipe Pereira

PRB

Vitor Paulo

Secretário(a): -

GRUPO DE TRABALHO COM VISTAS A APERFEIÇOAR A LEGISLAÇÃO ELEITORAL A VIGORAR A PARTIR DO PRÓXIMO PLEITO MUNICIPAL DE 2012.

Titulares **Suplentes**

PT

Rubens Otoni

PMDB

Marcelo Castro

PSDB

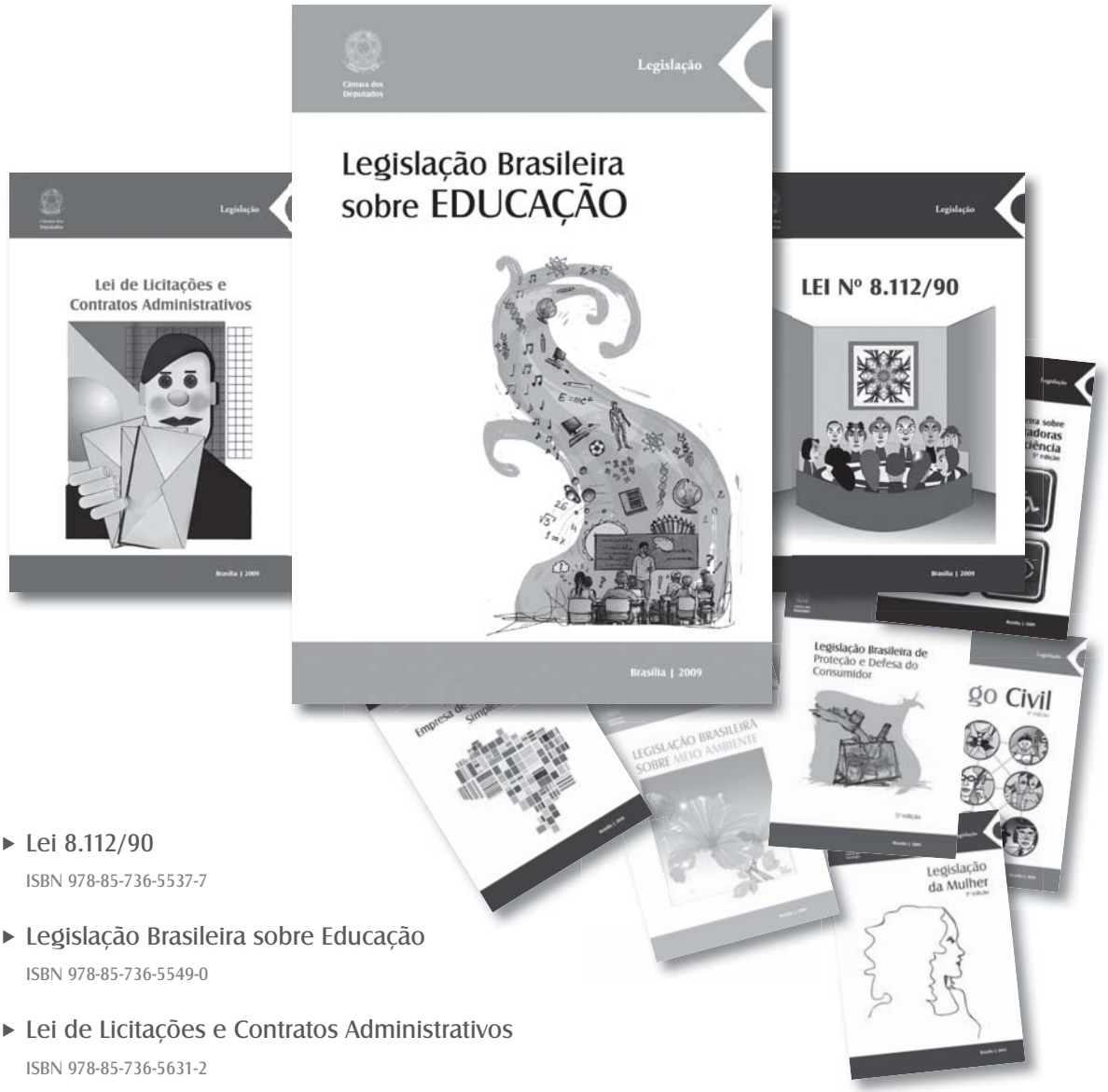
Marcus Pestana

DEM

Ronaldo Caiado

Secretário(a): -

Lançamentos da Edições Câmara



- Lei 8.112/90

  ISBN 978-85-736-5537-7

- Legislação Brasileira sobre Educação

  ISBN 978-85-736-5549-0

- Lei de Licitações e Contratos Administrativos

  ISBN 978-85-736-5631-2

edições câmara

CEDI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

INFORMAÇÕES

Coordenação Edições Câmara
Telefones: (61) 3216-5809
E-mail: edicoes.cedi@camara.gov.br
Site: http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes

LOCAL DE VENDA

Livraria Miller
Ed. Principal e Anexo IV
da Câmara dos Deputados
Telefone: (61) 3216-9971

panfleto_06_04_10_2.indd 1 16/4/2010 16:59:54

Edição de hoje: 110 páginas

(OS: 10359/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL